

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MULHERES NEGRAS MOVENDO AS ESTRUTURAS POR REPARAÇÃO E PELO
BEM VIVER: uma análise da atuação da Articulação de Organizações de Mulheres
Negras Brasileiras (AMNB) na contemporaneidade

Ana Luísa Machado de Castro

BELO HORIZONTE – MG

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MULHERES NEGRAS MOVENDO AS ESTRUTURAS POR REPARAÇÃO E PELO
BEM VIVER: uma análise da atuação da Articulação de Organizações de Mulheres
Negras Brasileiras (AMNB) na contemporaneidade

Linha de Pesquisa: Teorias da Justiça,
Feminismo e Pensamento Político Brasileiro.

Orientadora: Profa. Marlise Matos

Co-orientadora: Profa. Flavia Rios

BELO HORIZONTE – MG

2024

320	Castro, Ana Luísa Machado de .
C355m	Mulheres negras movendo as estruturas por reparação e pelo vem viver [recurso eletrônico]: uma análise da atuação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) na contemporaneidade/ Ana Luísa Machado de Castro. - 2024.
2024	1 recurso online (203 f.): pdf. Orientadora Marlise Miriam de Matos Almeida. Coorientadora: Flavia Mateus Rios.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Ciência política – Teses. 2. Negras – Teses. 3.Feminismo - Teses. 4.Democracia - Teses. 5.movimentos sociais - Teses. I. Almeida, Marlise Miriam de Matos. II. Rios, Flavia. III.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 16ª/2024 DA DEFESA DA TESE DA ALUNA ANA LUÍSA MACHADO DE CASTRO

Realizou-se, no dia 22 de agosto de 2024, às 14:00 horas, por videoconferência, a defesa da tese, intitulada "MULHERES NEGRAS MOVENDO AS ESTRUTURAS POR REPARAÇÃO E PELO BEM VIVER: uma análise da atuação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) na contemporaneidade", elaborada e apresentada por ANA LUÍSA MACHADO DE CASTRO - número de registro 2019664539, graduada no curso de RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida - Orientadora (DCP/UFMG), Profa. Flavia Mateus Rios - Coorientadora (UFF), Profa. Cláudia Pons Cardoso (UNEB), Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues (DCP/UFMG), Profa. Tianna Paschel (University of California – Berkeley), Profa. Luciana de Oliveira Dias (UFG). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 22 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Mateus Rios, Usuário Externo**, em 22/08/2024, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Pons Cardoso, Usuária Externa**, em 22/08/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Oliveira Dias, Usuária Externa**, em 22/08/2024, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlise Miriam de Matos Almeida, Professora do Magistério Superior**, em 23/08/2024, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano dos Santos Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 29/08/2024, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tianna Shonta Paschel, Usuária Externa**, em 09/09/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3482776** e o código CRC **CC694CC7**.

Referência: Processo nº 23072.247130/2024-41

SEI nº 3482776

*Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes*

(Trecho da música AmarElo (Sample: Sujeito de Sorte - Belchior) de
Emicida com participação de Pablo Vittar e Majur)

CASTRO, Ana Luísa Machado. **Mulheres negras movendo as estruturas por Reparação e pelo Bem Viver:** uma análise da atuação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) na contemporaneidade. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar uma análise da mobilização das mulheres negras brasileiras e, em particular, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) na construção de uma agenda interseccional de ampliação de direitos. A pesquisa investiga como essas ações têm impactado a dinâmica política brasileira nas últimas quatro décadas, durante as quais os movimentos de mulheres negras se fortaleceram e diversificaram suas estratégias de resistência e enfrentamento às opressões interseccionais. A AMNB, fundada em 2000, desempenha um papel crucial como uma rede que articula as lutas das mulheres negras em níveis nacional e internacional. Com representação em todas as regiões do Brasil, a AMNB tem sido uma frente importante na luta por igualdade racial e de gênero. A metodologia de pesquisa desenvolvida para esta tese inclui observação participante, análise de arquivos e de documentos, e, ademais, entrevistas com lideranças da AMNB e de outras organizações parceiras. Este estudo de caso, baseado em uma abordagem qualitativa e interpretativa, analisa como a AMNB mobiliza e constrói uma agenda de combate às opressões interseccionais, enfrentando os desafios de um contexto político cada vez mais complexo e adverso. A tese está estruturada em cinco capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo discute teoricamente a ação política das mulheres negras, articulando as teorias de movimentos sociais e as contribuições do feminismo negro para esse campo teórico. O segundo capítulo apresenta o histórico dos movimentos de mulheres negras no Brasil, delineando os fatores que contribuíram para a formação e consolidação da AMNB. Os capítulos seguintes exploram as estratégias de aproximação com o Estado, os impactos das turbulências políticas na segunda década de existência da AMNB, as práticas de produção de conhecimento e os novos enquadramentos discursivos adotados pela articulação. A análise revelou que os movimentos de mulheres negras, organizados de maneira interseccional, têm desempenhado um papel fundamental na luta por justiça social, racial e de gênero, influenciando significativamente a política brasileira.

Palavras-chave: mulheres negras; AMNB; feminismo negro.

CASTRO, Ana Luísa Machado. **Black Women Moving Structures for Reparation and Well-Being: An Analysis of the Actions of the Articulation of Brazilian Black Women's Organizations (AMNB) in Contemporary Times.** PhD Thesis (Graduate Program in Political Science). Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

ABSTRACT

The present research aims to provide an analysis of the mobilization of Brazilian Black women, particularly focusing on the Articulation of Brazilian Black Women's Organizations (AMNB) in the construction of an intersectional agenda for the expansion of rights. The research investigates how these actions have impacted the Brazilian political dynamics over the past four decades, during which Black women's movements have strengthened and diversified their strategies of resistance and confrontation of intersectional oppressions. Founded in 2000, AMNB plays a crucial role as a network that articulates the struggles of Black women on both national and international levels. With representation in all regions of Brazil, AMNB has been an important front in the fight for racial and gender equality. The research methodology developed for this thesis includes participant observation, archival and document analysis, and interviews with leaders of AMNB and other partner organizations. This case study, based on a qualitative and interpretative approach, analyzes how AMNB mobilizes and constructs an agenda to combat intersectional oppressions, addressing the challenges of an increasingly complex and adverse political context. The thesis is structured into five chapters, in addition to the introduction and final considerations. The first chapter theoretically discusses the political action of Black women, linking social movement theories with the contributions of Black feminism to this theoretical field. The second chapter presents the history of Black women's movements in Brazil, outlining the factors that contributed to the formation and consolidation of AMNB. The following chapters explore strategies of engagement with the state, the impacts of political upheavals in the second decade of AMNB's existence, practices of knowledge production, and the new discursive frameworks adopted by the articulation. The analysis revealed that Black women's movements, organized intersectionally, have played a fundamental role in the fight for social, racial, and gender justice, significantly influencing Brazilian politics.

Keywords: black Women; AMNB; black feminism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Lives e eventos on-line analisados	22
Quadro 2 - Organizações onde foram realizadas a coleta de registros históricos	24
Quadro 3 - Entrevistas realizadas.....	27
Quadro 4 - Categorias de análise do material empírico.....	28
Quadro 5 - Composição da coordenação geral da AMNB.....	95
Quadro 6 - Momentos relevantes relacionados a política de saúde da população negra	112
Quadro 7 - Representantes da AMNB no âmbito do CNPIR.....	120
Quadro 8 - Coordenação Geral AMNB (2000 – 2026).....	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de organizações que compõe a AMNB por região do país	136
Gráfico 2 – Número de organizações que compõe a AMNB por ano de filiação.....	137
Gráfico 3 – Organizações que compõe a AMNB de acordo com o tipo	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS	18
ALGUNS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS	18
METODOLOGIA	19
COLETA DE DADOS	20
1. A Observação participante	21
2. Arquivos e documentos.....	23
3. Entrevistas.....	25
4. A Análise dos dados	28
CAPÍTULO 1 - TEORIZANDO A AÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS	32
1.1 – AS TEORIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS	33
1.1.1 - Teorias dos movimentos sociais e contribuições a partir das margens.....	39
1.2 – A CONTRIBUIÇÃO DAS INTELECTUAIS NEGRAS PARA TEORIA POLÍTICA	44
1.2.1 - A interseccionalidade e seus usos para discussões que envolvem relações de poder	46
1.2.2 – Imagens de controle e autodefinição como ferramenta política	51
1.3 – UM BALANÇO CRÍTICO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS	55
CAPÍTULO 2 - O PROCESSO ANTERIOR À CONSOLIDAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS (AMNB).....	67
2.1 – POR QUE MULHERES NEGRAS? CONSOLIDAÇÃO DE UMA SUJEITA POLÍTICA <i>MULHERES NEGRAS</i>	69
2.2 - POR QUE AGORA? ALGUNS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS ANTERIORES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AMNB NO ANO 2000	75
2.2.1 – A relevância da arena internacional na década nas décadas de 1980 e 1990	81
2.3 – POR QUE UMA ARTICULAÇÃO? DEBATES E ECOS EM TORNO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AMNB	86
2.4 – POR QUE NACIONAL? EMBATES POLÍTICOS EM TORNO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS	92
2.5 – A ESTRUTURA INTERNA DA AMNB	94
CAPÍTULO 3: A PRIMEIRA DÉCADA: O LEGADO DE DURBAN E OS ESFORÇOS DE TENSIONAMENTO INSTITUCIONAL EM DIREÇÃO AO ESTADO.....	98
3.1 - AS POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO ESTRATÉGICA COM O ESTADO BRASILEIRO	100
3.2 - A INSERÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS	109
3.2.1 – A luta pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e a presença no Conselho Nacional de Saúde (CNS).....	111
3.2.2 - Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM)	114
3.2.3 – O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPRI)	118

CAPÍTULO 4 - A SEGUNDA DÉCADA: TURBULÊNCIAS POLÍTICAS E REORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	123
4.1 – ANOS DE TURBULÊNCIA E ACIRRAMENTO DE TENSÕES POLÍTICAS	125
4.2 – TRANSFORMAÇÕES INTERNAS NA AMNB E REDEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS	133
4.3 – REFLETINDO SOBRE A INTERAÇÃO COM O ESTADO	143
4.4 – MOVIMENTAÇÕES EM DIREÇÃO AO ATIVISMO INTERNACIONAL	149
CAPÍTULO 5 – REPERTÓRIOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E NOVOS ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS	156
5.1 – BREVE PANORAMA DOS DEBATES SOBRE REPARAÇÃO POLÍTICA	158
5.1.1 – <i>Mulheres negras brasileiras e o debate sobre reparação</i>	165
5.2 – BEM-VIVER COMO UTOPIA POLÍTICA	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
OS DEBATES QUE ME FORAM APRESENTADAS AO LONGO DO TRABALHO DE CAMPO DERAM ORIGEM AO CAPÍTULO 5, ...	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182
ANEXO 1 - LISTA DE ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM A AMNB ATUALMENTE	196
ANEXO 2 - LISTA DE ORGANIZAÇÕES FAZIAM PARTE DA AMNB NO ANO DA SUA CRIAÇÃO (2000).....	198
ANEXO 3 – LINHA DO TEMPO – ANO DE FUNDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕE A AMNB.....	199
ANEXO 4 - EVENTOS, ENCONTROS, SEMINÁRIOS E AÇÕES RELEVANTES PARA OS MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS.....	201
ANEXO 5 - ROTEIRO DE ENTREVISTA	202

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como o movimento de mulheres negras brasileiro em geral, e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) em específico, mobilizam e constroem uma agenda interseccional de ampliação de direitos e situar uma interpretação de como a dinâmica política brasileira tem sido afetada por esse tipo de ativismo político em direção ao Estado.

Nas últimas quatro décadas, os movimentos de mulheres negras brasileiras têm se fortalecido, ampliando o seu conteúdo político e diversificado suas estratégias de resistência e enfrentamento às opressões históricas impostas na população negra brasileira. Neste período, as mulheres negras foram às ruas, participaram de Conferências e Conselhos de Políticas Públicas, ocuparam espaços importantes na burocracia estatal, pressionaram as instituições nacionais e internacionais, compondo uma importante frente consistente de enfrentamento antirracista e antissexista no Brasil (Cardoso, 2012; Pereira, 2016; Rios e Maciel, 2018; Rodrigues e Freitas, 2021).

Uma das principais organizações que têm protagonizado estas lutas é a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), fundada no ano 2000 para articular as lutas interseccionais das mulheres negras em âmbito nacional e internacional. Com representação em todas as regiões do país, a AMNB é uma rede articuladora importante do movimento de mulheres negras, construindo a atual linha de frente da luta por igualdade racial no Brasil (Cardoso, 2012; Pereira, 2016; Rios e Maciel, 2018; Rodrigues e Freitas, 2021). Assim, ao longo deste trabalho, irei apresentar a centralidade das movimentações políticas das mulheres negras brasileiras para as lutas antirracistas, como foco especial na atuação da AMNB.

Importante contextualizar que, desde a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, houve uma crescente tentativa de institucionalização de demandas dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras, a partir da inserção em Conselhos temáticos, em níveis municipais, estaduais e nacional e da ocupação estratégica de postos burocráticos como a Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), além de uma expressiva institucionalização da pauta pela promoção da igualdade racial, a partir da aprovação de ações afirmativas, a exemplo das que foram

aprovadas no ensino superior e em concurso públicos e também com a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial (Rios, 2019).

A importância das mulheres negras fica evidente por exemplo no âmbito da SEPPIR, um dos primeiros órgãos desse tipo na burocracia estatal (Caldwell, 2017), comandada majoritariamente por militantes/intelectuais próximas ao movimento de mulheres negras, como Matilde Ribeiro, Luiza Bairros, Nilma Lino Gomes¹. Esse protagonismo contribuiu para a incorporação de ativistas do movimento de mulheres negras na equipe da Secretaria e para a inserção das reivindicações das mulheres negras na agenda do órgão (Alvarez, 2012; Castro, 2018).

A institucionalização das demandas, especialmente a partir de instrumentos com força de Lei, são determinantes para salvaguardar os avanços em momentos de reconfiguração do contexto político, sobretudo em um sentido de redução das interações sociais para determinados movimentos ou pautas. Na última década, as alterações no contexto político brasileiro, produziram efeitos nas relações entre movimentos sociais e Estado, durante o governo de Jair Bolsonaro, por exemplo, eleito com uma plataforma política abertamente contrária a “todos os ativismos”². São alterações que se somam a um processo de instabilidades políticas e movimentações antidemocráticas, observadas pelo menos desde 2013, evidentes nas manifestações de junho de 2013 e em episódios dramáticos, como o questionamento dos resultados das eleições presidenciais em 2014, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por parte da chapa derrotada; o *impeachment* ilegítimo da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, baseado em alegações extremamente frágeis; e, finalmente, a eleição do Presidente Jair Bolsonaro que protagonizou ações e discursos fortemente antidemocráticos (Avritzer, 2019).

¹ Matilde Ribeiro foi ministra da SEPPIR entre os anos de 2003 e 2008, Luiza Bairros comandou o Ministério entre os anos de 2011 e 2014 e Nilma Lino Gomes esteve à frente da pasta entre o final de 2015 e meados de 2016, após a reforma ministerial anunciada pela presidenta Dilma Rousseff, que unificou a Seppir e a SPM no Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

² Uma das primeiras movimentações do ex-Presidente Jair Bolsonaro foi assinar o Decreto 9.759 extinguindo centenas de conselhos federais (Almeida, 2019).

No âmbito da questão racial, a eleição de uma figura como a do Presidente Jair Bolsonaro se tornou particularmente preocupante quando consideramos as declarações abertamente racistas proferidas pelo político e o redirecionamento discursivo em torno da pauta racial. Ao longo de seu mandato, o político apresentou um histórico de falas que negava absolutamente a existência do racismo no Brasil, enquadrando o debate sobre a questão racial como discursos que “opõem brancos e negros” no país. Além disso, o seu mandato foi caracterizado pelo fortalecimento das forças coercitivas e de ações voltadas para o aumento do punitivismo, tendo como consequências o aumento do encarceramento e dos assassinatos das juventudes negras (Flauzina, 2019; Alves e Vargas, 2020). Para além da figura do ex-presidente, é evidente um aumento das violências racistas no âmbito da sociedade brasileira, que têm sido cada vez mais divulgadas, debatidas e rechaçadas de uma forma geral.

Apesar das turbulências, os movimentos antirracistas têm oferecido expressões políticas, desde as margens, para enfrentar uma conjuntura política cada vez mais complexa e crescentemente mais autoritária. Em particular, as mobilizações coletivas das mulheres negras têm impulsionado gramáticas políticas de transformação social que podem ser consideradas potencialmente criativas em um sentido de aprofundamento democrático e de ampliação de direitos, a partir de uma perspectiva interseccional (Cardoso, 2012; Pereira, 2016). Como exemplo, temos a *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver*, realizada no dia 18 de novembro de 2015, em Brasília, com a participação de aproximadamente 50 mil mulheres negras.

Construída pela AMNB e por outras organizações dos movimentos de mulheres negras, a Marcha teve como objetivo central denunciar a falência do projeto civilizatório implementado pelo Estado brasileiro, valorizar as lutas históricas das mulheres negras e fornecer estratégias alternativas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Figueiredo, 2018). Considerada a maior manifestação contra o racismo das últimas décadas no Brasil, em termos numéricos e organizativos, a Marcha também representou uma ampliação e diversificação das “bases” do movimento, incorporando mulheres negras jovens que trouxeram, por

exemplo, a internet como um novo elemento para a ativação das performances políticas (Rodrigues, 2020).

Realizada exatamente 20 anos após a histórica *Marcha do Tricentenário de Zumbi dos Palmares*, ela incorporou estratégias de articulação e mobilização historicamente adotadas pelos movimentos negros brasileiros, mas, dessa vez, com o protagonismo das mulheres negras, sua principal sujeita política³. O tema *Marcha das Mulheres Negras contra o racismo e a violência e pelo Bem Viver* evidencia os eixos que nortearam as discussões políticas ao longo dos três anos de preparação para o evento, focados nas denúncias do racismo e da violência, ressaltando o genocídio do povo negro, em especial dos jovens negros, vítimas da violência policial; bem como do feminicídio, que atinge majoritariamente mulheres negras (Castro, 2018). Para Nilma Bentes (2016, p. 8), uma das idealizadoras da *Marcha*, o conceito de Bem Viver indicava “a necessidade de mudança do chamado ‘modelo de desenvolvimento’, combatendo, portanto, a mercantilização-financeirização dos recursos naturais/bens comuns, o consumismo exacerbado, o lucro insano, o capitalismo neoliberal” e apontava, já àquela época, para a proposta de construção um novo pacto civilizatório, ancorado desta vez na utopia da construção de um mundo de todos(as) e para todos(as) (Carta das Mulheres Negras, 2015).

A *Marcha das Mulheres Negras* de 2015, além de indicar a estratégia da retomada das ruas como ferramenta de confronto político, também informou a alavancagem do protagonismo das mulheres negras na luta antirracista brasileira. Construída ao longo do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, também demonstrou certa autonomia do grupo em relação ao Estado, em um momento em que grande parte dos setores progressistas, inclusive os grupos feministas mais hegemônicos, apostavam no escopo da participação institucionalizada e na ocupação de cargos na burocracia como aqueles principais repertórios de interação com o Estado (Castro, Rosário e Silva, 2021).

³ A presente pesquisa, desenvolvida a partir de uma perspectiva feminista, se alinha à proposta de utilização de termos não sexistas e de uma escrita posicionada. Assim, sempre que possível será feita a flexão de gênero para visibilizar politicamente as mulheres.

Assim, tendo esse enquadramento geral como pano de fundo, a presente pesquisa pretendeu responder às seguintes perguntas: *Como os movimentos de mulheres negras brasileiras em geral, e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) em específico, organizaram e construíram uma agenda interseccional de ampliação de direitos? Quais fatores contribuíram para a criação da AMNB em 2000 e para a sua consolidação nos anos seguintes? Como este tipo de ativismo, em interação com o Estado brasileiro, afetou a dinâmica política do país?*

O momento político atual tem colocado desafios para o campo de estudos da Ciência Política, considerando que um dos principais objetos de estudos desse campo – a democracia – tem passado por crises, turbulências e instabilidades, inclusive em contextos anteriormente considerados como exemplos de consolidação democrática. Diante disso, refletir sobre a ação dos movimentos sociais nas lutas por ampliação dos direitos humanos e pela igualdade/equidade racial e de gênero, que historicamente pressionaram pelo alargamento das noções de democracia (Biroli, 2017), torna-se um terreno fértil para compreender, não apenas as dimensões políticas, como também os elementos culturais, econômicos e sociais que conformam o cenário atual.

Nas últimas décadas, a produção acadêmica brasileira no campo de estudos dos movimentos sociais foi marcada pela ampliação de pesquisas que buscavam explicar a crescente interação entre movimentos sociais e Estado, as rotinas e as estratégias adotadas pelos atores estatais e a incorporação das demandas pelos atores institucionais (Abers et al. 2014; Abers, Silva e Tatagiba, 2018; Lavallo, 2018). Agora, o desafio para os trabalhos que se voltam para o contexto mais atual, incluindo a presente pesquisa, é compreender teórico-analiticamente os limites e o legado dessa participação institucional e, principalmente, como as mudanças no contexto sociopolítico, nas configurações societárias e no jogo democrático brasileiro afetaram/afetam a atuação dos movimentos sociais de uma forma geral.

Algumas análises indicam diferentes respostas dos movimentos sociais, como a reinvenção de outros repertórios e estratégias de mobilização (Almeida, 2020); uma inédita e crescente interação de alguns movimentos sociais com instâncias legislativas

(Rios, 2018); ou até mesmo uma forte desilusão e abandono da política institucional por alguns atores políticos (Facchini; Carmo; Lima, 2020). Entretanto, no caso particular dos movimentos de mulheres negras, identifica-se uma lacuna essencial na produção de estudos que busquem relacionar a sua atuação com o contexto político de forma mais ampliada. Estudos como os de Kia Caldwell (2017), Cláudia Pons Cardoso (2012), Rosália Lemos (2016; 1997) e Cristiano Rodrigues (2006) são centrais para a compreensão do tema em sua dimensão histórica, mas no campo específico da Ciência Política ainda são poucos os trabalhos que se aprofundam na atuação contemporânea do movimento de mulheres negras brasileiras.

Assim, a justificativa da pesquisa se encontra na necessidade de uma compreensão mais aprofundada da atuação dos movimentos de mulheres negras brasileiras enquanto sujeitas políticas, que movimentam as bases da sociedade, interpelam o Estado, o regime democrático brasileiro e protagonizam ações diretas de enfrentamento antirracista e antissexista. Acreditamos ser frutífero analisar com centralidade as movimentações das mulheres negras, ecoando a potência de suas elaborações e imaginações políticas no ambiente acadêmico, porque estas experiências podem iluminar um caminho mais efetivo para a consolidação democrática brasileira.

A presente pesquisa também poderá contribuir para a ampliação do campo de estudos das relações raciais e sua relação com as instituições e com os regimes democráticos que têm se desenvolvido de forma marginal na Ciência Política brasileira, apesar da crescente politização do tema nas últimas décadas (Campos; Rodrigues, 2021). No quadro reduzido de produções, os estudos sobre movimentos negros e/ou antirracistas parecem ser os mais desenvolvidos, mas, como dito anteriormente, são poucos aqueles que buscam interpretar a ação coletiva das mulheres negras, que ao se voltarem simultaneamente para o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, elaboram outra gramática política, desta vez distinta àquela dos movimentos negros ou dos movimentos de mulheres.

OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo explicar como o movimento de mulheres negras brasileiro em geral, e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) em específico, mobilizam e constroem uma agenda interseccional de ampliação de direitos e explicar como a dinâmica política brasileira tem sido afetada por esse tipo de ativismo em direção ao Estado. Para atingi-los, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender como os movimentos de mulheres negras se organizam, em dimensões internas (quem são os grupos), externas (com quem se relacionam/articulam) e discursivas (como constroem a agenda da igualdade racial e de gênero).
2. Realizar uma recuperação do histórico da AMNB, buscando identificar as mudanças e permanências nas estratégias políticas adotadas pela instituição.
3. Identificar quais fatores contribuíram para a consolidação da AMNB como atora política relevante na cena política atual.
4. Compreender as estratégias políticas adotadas pela AMNB em direção ao Estado brasileiro ao longo dos seus anos de atuação.
5. Identificar os repertórios de produção de conhecimento adotados pela AMNB ao longo dos anos de atuação.

ALGUNS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

Antes de apresentar o percurso metodológico que será realizado nesta pesquisa, recorro às contribuições das epistemologias feministas e negras para destacar o “ponto de partida” das reflexões propostas nesta tese.

Refletindo sobre a produção de conhecimento, Sueli Carneiro (2005) afirma que, ao longo da modernidade colonial, houve não só uma hierarquização dos saberes, como também uma delimitação de quem era capaz de produzir conhecimentos, pela deslegitimação do Outro ou pela privação histórica do seu acesso ao conhecimento considerado legítimo. A reflexão da autora foi elaborada em diálogo direto com o

intelectual negro Charles Mills (1997), que aponta para a existência de uma *epistemologia da ignorância*, pautada num padrão global de produção de conhecimento que descarta a centralidade da raça e do racismo nas reflexões sobre justiça e injustiça social e política.

Nesse sentido, além de reconhecer que há uma dimensão da desqualificação da “elaboração teórica do subalterno”, na perspectiva de Mills, a posicionalidade do intelectual em relação às estruturas de opressão vai influenciar o conteúdo de sua obra, de modo que sujeitos subalternizados têm uma possibilidade maior de elaborarem textos críticos das opressões estruturais (Mills, 1998). Considero a argumentação como fundamental para esta pesquisa, uma vez que aponta para o caráter político (e, portanto, não neutro) de toda produção científica, seja em um eixo de manutenção das estruturas hierárquicas, como também em um eixo propositivo de mudanças.

Diante disso, me baseio na contribuição provocadora de Luciana de Oliveira Dias (2022) que nos convida a ter uma postura de *atreuimento* capaz de desestabilizar a ordem e as hierarquias estabelecidas; para me inserir em uma campo da produção de conhecimento que reconhece a pluralidade de vozes, corpos, olhares na elaboração de saberes potencialmente transformadores. Por fim, com base das epistemologias negras, almejo a produção de um conhecimento horizontalizado, construído de maneira colaborativa para a imaginação de horizontes de futuro mais igualitários e justos.

METODOLOGIA

Para compreender como o movimento de mulheres negras brasileiro em geral, e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) em específico, mobilizam e constroem uma agenda interseccional de ampliação de direitos democráticos, optei por realizar um estudo de caso, operacionalizado a partir de uma abordagem qualitativa interpretativa. Os estudos de caso, de acordo com John Gerring (2007, p. 19), são aqueles elaborados a partir de um estudo intensivo e sistemático de um número pequeno de casos para lançar luz a uma classe maior de casos ou da população em geral. Assim, nesta pesquisa, analiso a atuação da Articulação de

Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), composta por 50 organizações⁴ e com representação em todas as regiões do país. Atualmente, a AMNB é uma rede articuladora importante do movimento de mulheres negras brasileiras em específico, e do movimento negro, em geral, construindo a atual linha de frente da luta por igualdade racial.

Importante pontuar que ao longo da pesquisa foi identificado, em alguns momentos, certa dificuldade de separar o que era trabalho/ação/representação de alguma organização vinculada à AMNB ou quando essa representação era oficialmente da AMNB. Como será discutido mais adiante, a estrutura interna da AMNB, organizada a partir de uma estrutura de coordenação geral e secretaria executiva, possibilita essa mistura entre as ações construídas pelas organizações locais ou pela entidade nacional. Por isso, optei, ao longo da coleta de dados e do trabalho de campo, por realizar um registro ampliado das interações produzidas não apenas pela AMNB mas, também, pelas organizações vinculadas a ela. Claro que não foi possível fazer um relato sistemático das 50 organizações vinculadas a AMNB, mas, em momentos que essas organizações tinham uma atuação com eco maior na arena pública, suas estratégias foram incluídas nesta pesquisa, especialmente consideradas como uma ação vinculada ao *campo* de atuação da AMNB.

Coleta de dados

Para a realização da pesquisa, mobilizei três técnicas de pesquisa, tendo como base as entrevistas realizadas com as ativistas do movimento de mulheres negras brasileiro, complementadas pelas principais fontes documentais sobre estes ativismos que estão disponíveis (por exemplo: Manifestos, Cartas públicas, Fóruns online de discussão, Atas de reuniões, Publicações, Cartilhas etc.) e observação participante (presencial – sendo possível – e online) com a construção de um diário de campo para registro das discussões e ocorrências em eventos promovidos, principalmente, por tais grupos dos movimentos de mulheres negras.

⁴ A lista completa de organizações que compõem a AMNB está descrita no Anexo 1.

1. A Observação participante

A observação participante não tem se constituído numa técnica comum de pesquisa dos movimentos sociais no campo disciplinar da Ciência Política, mas, conforme destacam Philip Balsiger e Alexandre Lambelet (2014), essa técnica tem sido bastante produtiva para pesquisas sobre movimentos sociais em outras áreas, uma vez que ela permite um conhecimento aprofundado da comunidade social e possibilita ainda a compreensão dos significados e dos sentidos que atores/atrizes políticos recorrentemente dão às suas ações. Além disso, é uma técnica que permite uma entrada nos bastidores do movimento, acompanhando seu processo de elaboração política e a forma como são tomadas as decisões internas. Assim, para esta tese, acompanhamos encontros, eventos, *lives* e reuniões realizadas pela AMNB, durante os anos de 2021, 2022 e 2023 com o intuito de identificar quais são as organizações e as atrizes relevantes para esta pesquisa e captar: 1) seus discursos políticos; 2) as redes e os vínculos construídos por elas; 3) o conteúdo dos debates realizados em torno da conjuntura política e da agenda interseccional de ampliação de direitos. Essa aproximação com o campo também foi relevante para estabelecer contatos mais próximos com as organizações do movimento de mulheres negras para que, em um segundo momento, fosse possível marcar as entrevistas que foram realizadas com as lideranças dessas organizações.

Cabe pontuar que parte significativa da pesquisa foi iniciada em um contexto de pandemia, algo que colocou desafios metodológicos importantes que precisam ser pontuados. A atuação de parte dos movimento de mulheres negras entre os anos de 2020 e 2021, por exemplo, concentrou-se, majoritariamente, no ativismo *online*, a partir da realização de encontros, eventos e reuniões no formato de *lives*. A partir disso, inicialmente, o contexto direcionou a pesquisa para as movimentações realizadas na internet, sendo necessário considerar os limites e a possível perda da qualidade dos dados produzidos a partir dessas interações sociais, que são mediadas por tecnologias da informação e comunicação (Coacci, 2018).

Como se sabe, algumas nuances podem ser perdidas por essas performances que parecem ser mais estáticas e instantâneas. Além disso, o volume muito grande de

dados produzidos pode gerar dificuldades de se identificar quais informações seriam aquelas realmente relevantes ou seriam apenas elementos pontuais que contribuiriam pouco para a pesquisa. Esses elementos foram considerados para a realização da observação participante nesta pesquisa e para a escolha dos eventos transcritos e analisados. A quadro abaixo apresenta a lista das atividades *online* que foram transcritas e analisadas nesta pesquisa:

Quadro 1- Lives e eventos on-line analisados

DATA	NOME DO EVENTO	LINK
03/03/2022	Mulheres Negras e eleições: Conjuntura e Desafios	https://www.youtube.com/watch?v=S6qUoP1eOi4
10/18/2021	EP 1 21 anos de AMNB e 20 anos de Durban: Conquistas e Desafios por 7 Mulheres Negras Brasileiras	https://www.youtube.com/watch?v=Xc97RWie9zQ
10/18/2021	EP 2 21 anos de AMNB e 20 anos de Durban: Conquistas e Desafios por 7 Mulheres Negras Brasileiras	https://www.youtube.com/watch?v=CyHSkTDSAuA
22/09/2021	20 anos da Conferência de Durban: Desafios para o Enfretamento do Racismo	https://www.youtube.com/watch?v=iGaShGc7IKg
19/03/2021	LIVE - 20 Anos da Conferência de Durban e a Luta Global Contra o Racismo	https://www.youtube.com/watch?v=cQdS7mBCMYs
31/08/2021	LIVE “BRASIL E DURBAN 20 ANOS DEPOIS “	https://www.youtube.com/watch?v=PJwbOT-hjug

Fonte: Elaboração própria

A partir de 2022, com o retorno das atividades presenciais, foi possível acompanhar presencialmente eventos e reuniões realizados pela Articulação e pelas organizações vinculadas a ela. Dois momentos foram bastante importantes para o trabalho de campo realizado. Em primeiro lugar, o acompanhamento presencial das atividades do Instituto (BA), em julho de 2023, na cidade de Salvador, que permitiu, não apenas me aproximar das ativistas, como também acompanhar o dia a dia da entidade e os preparativos para o *Julho das Pretas*, de 2023. Outro momento importante foi a reunião presencial da Coordenação Geral da AMNB, realizada em Brasília, entre os dias 26 e 27 de agosto de 2023, na qual pude acompanhar como ouvinte e ver de perto as dinâmicas internas de diálogo entre as organizações e os processos de preparação das ações estratégicas da AMNB.

2. Arquivos e documentos

Apesar dos esforços recentes de preservação da memória e das narrativas das lutas negras, ainda há muito que se avançar nesse sentido em nosso país. No Brasil, são poucos os grupos dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras que possuem algum tipo de registro oficial, seja em um museu ou em algum arquivo mais institucionalizado e formalizado. O Arquivo Edgard Leuenroth, vinculado à Universidade de Campinas (UNICAMP), e Centro de Documentação e Memória Institucional do Geledés são dois dos poucos centros de documentação que abrigam documentos relacionados aos ativismos das mulheres negras, possibilitando alguma preservação e difusão da memória negra. Na maioria das vezes, os acervos, os documentos, as fotos e os registros desses grupos ficam restritos às sedes das organizações e/ou nas residências das ativistas carentes de uma sistematização e organização profissional do material.

Com essa precariedade, as histórias de resistência da população negra acabam ficando restritas à própria rede de ativistas, fazendo com que as/os pesquisadoras/es precisem, na maioria das vezes, se basear apenas na história oral para fazer as suas pesquisas. Apesar da importância metodológica da história oral, é preciso reconhecer que ela, ainda que extremamente necessária, não é suficiente para recuperar com precisão as informações sobre as movimentações políticas e as ações dos movimentos sociais, uma vez que só se pode acessar as narrativas dos membros que estão vivos e, ademais, a memória dos informantes pode se tornar imprecisa com o passar do tempo.

Assim, ao longo do trabalho de campo foi realizada uma pesquisa documental robusta nas sedes das organizações mais longevas da AMNB⁵, para coletar materiais e registros históricos do movimento de mulheres negras. Foram analisados os documentos dos acervos das seguintes organizações:

⁵ A pesquisa documental na sede das organizações faz parte de um projeto mais amplo de construção do arquivo institucional da AMNB desenvolvido no segundo semestre de 2023 com apoio do Black Studies Collaboratory da Universidade da Califórnia, Berkeley.

Quadro 2 - Organizações onde foram realizadas a coleta de registros históricos

CIDADE	SEDE DE ORGANIZAÇÕES VISITADAS
Campinas (SP)	Casa Laudelina Campos de Melo (SP); Arquivo Edgard Leuenroth
Goiânia (GO)	Grupo de Mulheres Negras Malunga (GO)
Rio de Janeiro (RJ)	Criola
Salvador (BA)	Instituto Odara (BA) - Instituto da Mulher Negra
Belém (PA)	CEDENPA
São Paulo (SP)	Centro de Documentação e Memória Institucional

Fonte: Elaboração própria

Algumas organizações vinculadas à AMNB, como Maria Mulher (RS)⁶, Criola (RJ)⁷, tem feito um esforço importante para organizar seus arquivos institucionais e disponibilizá-los *online*, que também foram consultados para essa pesquisa. Em relação a consulta de materiais *online*, cabe pontuar que, por mais que haja uma sensação de que as informações nesse espaço ficaram guardadas por longo prazo, isso não se mostrou verdadeiro no âmbito da AMNB. O site oficial da AMNB, por exemplo, foi relançado em 2014 e com isso, todas as informações anteriores, de fato, desapareceram da internet, não sendo possível acessar notícias, publicações e qualquer informação anteriores a essa data. Nessa mesma linha, o site da organização Maria Mulher, por mais que tenha um arquivo institucional disponibilizado com documentos impressos que foram digitalizados, com o relançamento do seu site oficial em 2021, ampla maioria dos registros da sua atuação nos anos anteriores não está mais disponível para consulta *online*.

Por fim, consultamos diversos documentos encontradas na internet que registravam a atuação da AMNB, como as Atas dos Conselhos participativos, tais como: do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

⁶ Acervo institucional: <https://mariamulher.org.br/index.php/2021/06/28/o-comeco-de-tudo/>

⁷ Publicações disponíveis em: <https://criola.org.br/multiversidade/>

3. Entrevistas

Nos estudos de movimentos sociais, as entrevistas constituem uma importante ferramenta para geração de dados empíricos, uma vez que permitem a construção de uma narrativa das microdinâmicas da participação política, desde as estratégias de mobilização dos grupos até as estruturas internas das organizações (Della Porta, 2014). Na presente pesquisa, foram realizadas 18 entrevistas com as lideranças das organizações que compõem a AMNB, especialmente aquelas que integraram e integram a sua Diretoria Executiva, para captar as percepções gerais das ativistas sobre as temáticas que envolvem a pesquisa; as principais estratégias de mobilização que foram adotadas a partir da percepção dessas atrizes; o que elas consideraram como fatos e agendas políticas mais determinantes; e também objetivamos mapear o campo discursivo de ação interseccional da Articulação, a partir da percepção delas.

Ao longo do trabalho de campo, não foi delimitado um número máximo ou mínimo de entrevistas a serem realizadas. Conforme indica Donatella Della Porta (2014), não existe um número ideal de entrevistas, mas o critério mais adotado pelos pesquisadores para finalizar coleta desse tipo de dado é saturação de informações, ou seja, quando as informações obtidas se tornam redundantes e repetitivas ou quando novas informações são muito periféricas para justificar o esforço de uma nova entrevista. Além disso, foi preciso considerar a própria limitação do campo e as dificuldades de acesso às lideranças dessas organizações

Para a seleção das entrevistadas, foi considerado o perfil variado de mulheres negras, contemplando diferentes gerações, diferentes trajetórias de militância e, especialmente, a sua diversidade regional. Assim, a partir da identificação das lideranças e de diferentes representações das organizações, iniciamos o contato individual para marcar as entrevistas *online* ou presencial, quando possível. Importante pontuar que a agenda atribulada das ativistas dificultou bastante essa etapa de coleta de dados. Com algumas ativistas foi necessário marcar e remarcar, por diversas vezes, até conseguirmos realizar efetivamente a entrevista e com outras, apesar da disponibilidade inicial, foi impossível conciliar as agendas.

Essa dificuldade não é particular da minha pesquisa e já foi relatada por outros pesquisadores de movimentos sociais (Coacci, 2018; Lemos, 2015). No caso específico das mulheres negras, essa dificuldade se torna ainda mais evidente por conta do volume de demandas que chegam às suas organizações e, certamente, por conta da tripla jornada de trabalho que a maioria delas possui. Para contornar essa questão, utilizamos bastante material de entrevistas concedidos para outras/os pesquisadoras/es em trabalhos já publicados, como por exemplo o trabalho de Sibelle de Jesus Ferreira (2020), que traz no Apêndice da Dissertação, a transcrição integral das entrevistas realizadas para a sua pesquisa. Além disso, o acervo de entrevistas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no âmbito do projeto História do Movimento Negro no Brasil, também foram consultadas como fonte para entrevistas nessa pesquisa⁸.

Após o encerramento da primeira etapa das entrevistas com as representantes das organizações que já fizeram ou fazem parte da coordenação geral, consideramos relevante iniciar uma segunda rodada de diálogos, desta vez com as representantes de organizações que ingressaram mais recentemente na Articulação. Além disso, realizamos diálogos com algumas interlocutoras por uma segunda vez para que fosse possível confirmar alguns aspectos e efetivar um maior detalhamento histórico da AMNB, assim como, questionar sobre pontos que não foram abordados na primeira entrevista.

Ao longo deste trabalho irei me referir às entrevistadas como *colaboradoras da pesquisa*, seguindo a nomenclatura proposta por Rosália Lemos (2015), que reconhece o protagonismo das suas entrevistas na elaboração do seu texto e a importância das suas contribuições para construção intelectual da pesquisa. Ao longo da pesquisa, busquei estabelecer um diálogo horizontal com as entrevistadas, de modo que as suas contribuições colaboraram para a construção de uma narrativa

⁸ As entrevistas analisadas foram as de Edna Roland (2004), Lúcia Xavier (2003), Nilma Bentes (2006) e Sueli Carneiro (2004).

histórica do tema e para a reflexão crítica das movimentações políticas analisadas ao longo das tese.

A relação das entrevistas realizadas com as colaboradas da pesquisa segue abaixo:

Quadro 3 - Entrevistas realizadas

	NOME	ORGANIZAÇÃO	DATA DA ENTREVISTA
1.	Alaerte Martins	Rede de Mulheres Negras do Paraná	30/01/2024
2.	Cleusa Silva	Casa Laudelina	24/04/2024
3.	Débora Olimpio	REDESSAN	22/02/2024
4.	Giselle Santos	CEERT	02/05/2024
5.	Heliana Hemetério	Rede de Mulheres Negras do Paraná	21/06/2024
6.	Lucia Xavier	Criola	14/11/2023
7.	Durica Rosário Almeida	IMENA	06/07/2022
8.	Maria Malcher	CEDENPA	03/06/2024
9.	Michely Ribeiro	Rede de Mulheres Negras do Paraná	01/04/2024
10.	Naiara Leite	Instituto Odara (BA)	19/09/2023
11.	Nilma Bentes	CEDENPA	21/09/2023
12.	Simone Cruz	Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN)	20/06/2022
13.	Simone Cruz	Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN)	15/04/2024
14.	Sonia Cleide	Malungas	02/2/2024
15.	Valdeci Nascimento	Instituto Odara (BA)	24/05/2024
16.	Valdeci Nascimento	Instituto Odara (BA)	12/06/2024
17.	Vinólia Andrade	Mãe Andresa	12/12/2023
18.	Erika Santos	Coletiva Preta	05/06/2024
19.	Wania Sant'Anna	Coalizão Negra Por Direitos	27/04/2024

Fonte: Elaboração própria

Importante pontuar que para a realização das entrevistas, foram adotados cuidados éticos rigorosos visando garantir a confidencialidade de dados sensíveis e a segurança das colaboradoras da pesquisa. No início de cada entrevista, foi realizada uma breve explicação sobre o tema da pesquisa e os objetivos do diálogo, ressaltando que, em caso de qualquer desconforto ou incômodo, a entrevista poderia ser encerrada imediatamente. Além disso, antes de iniciar o roteiro de perguntas, solicitei o consentimento das participantes para a gravação do áudio, para posterior transcrição, e para a utilização de seus nomes no trabalho final. Informei ainda que

tais autorizações poderiam ser retiradas a qualquer momento, caso desejassem. A versão final do trabalho foi enviada a todas as colaboradoras, permitindo-lhes solicitar modificações ou a supressão de trechos, conforme julgassem necessário.

4. A Análise dos dados

Após a coleta do material empírico (entrevistas, fontes documentais e diário de campo), foi realizada a interpretação dos dados, considerando a proposta da Análise Qualitativa de Conteúdo Discursivo (Mendonça, 2009).

Em um primeiro momento, foi realizada a organização do material coletado a partir de temas que mais se destacaram, em seguida a codificação dos fragmentos discursivos que interessavam para a pesquisa com o auxílio do software *Atlas.ti* e, por último, a interpretação dessas dimensões a partir da criação de um conjunto de categorias analíticas identificadas nas primeiras fases em diálogo e a partir da literatura mobilizada, considerando-se, sobretudo, as perguntas de pesquisa e as hipóteses previamente levantadas.

A proposta analítica desse autor permitiu uma imersão mais qualificada no material empírico, adotando-se uma perspectiva analítica mais fluida, sem pretender categorizações a delimitações muito rígidas e o direcionamento da análise para uma reflexão dos discursos mobilizados e sentidos construídos à luz do referencial teórico que norteia a tese.

Quadro 4 - Categorias de análise do material empírico

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Atoras/es hegemônicas/os	Atoras/es hegemônicas/os são aquelas/es que têm um papel ou influência dominante em um contexto específico, muitas vezes moldando as normas, valores e direções de um movimento ou campo por meio de seu poder e visibilidade.
Atoras/es marginalizados	Atoras/es marginalizadas/os são aqueles indivíduos ou grupos dentro de um movimento ou sociedade que muitas vezes são negligenciados, sub-representados ou não têm voz suficiente devido à influência dos grupos dominantes.
Malhas/teias/redes articuladoras	Malhas, teias ou redes articuladas referem-se às complexas conexões e relações entre diferentes grupos e movimentos feministas, destacando

	como eles interagem, apoiam e influenciam uns aos outros em vários espaços sociais e políticos. Essas redes são cruciais para disseminar ideias, estratégias e apoio, permitindo que as feministas lidem com as questões de gênero de forma mais eficaz, aproveitando a força e os recursos coletivos.
Pontos nodais	Os pontos nodais podem ser conceitos, eventos ou figuras significativas que unem várias vozes e ações feministas, ajudando a moldar a direção e o foco do movimento, destacando objetivos ou preocupações comuns.
Discursos definidores	Ideias e formas de falar sobre algo que moldam a forma como as pessoas pensam e agem sobre isso. No caso do feminismo, essas são as principais conversas e argumentos que as feministas usam para explicar seus pontos de vista e objetivos, ajudando a orientar a direção e as ações do movimento
Lutas interpretativas/conflitos constitutivo	Lutas interpretativas ou conflitos constitutivos são os debates e divergências dentro do movimento feminista sobre o que certas ideias significam e como elas devem ser postas em prática. Esses conflitos são naturais em qualquer campo político porque as pessoas têm visões e experiências diferentes que moldam sua compreensão das questões. Essas lutas são importantes porque ajudam o movimento a crescer e mudar, questionando e redefinindo constantemente seus objetivos e estratégias.
Paradoxos transformadores	O paradoxo envolve a institucionalização do movimento feminista, onde o foco na criação de políticas públicas para mulheres não aborda totalmente as questões sociais mais amplas enraizadas na lógica patriarcal e machista.
Imagens de controle	Representações limitadoras e estereotipadas das mulheres negras que são mantidas na cultura dominante. Tais imagens incluem a faceta ideológica do racismo e do sexismo, que são usadas pelos grupos dominantes para manter a violência e os padrões de controle que construíram no passado e para permanecerem no poder. São também usadas para caracterizar as mulheres negras baseando-se em estereótipos derivados de categorias articuladas de gênero, raça classe e sexualidade. Esses estereótipos são manipulados para dar às desigualdades estruturais uma aparência de naturalidade e inevitabilidade.
Estratégias de autodefinição	Processo fundamental pelo qual as mulheres negras reivindicam a autoridade sobre as suas próprias narrativas e identidades. Ao desafiar o processo de validação do conhecimento político que, por sua vez, é aquele que perpetua as imagens estereotipadas, as mulheres negras questionam as representações externas que as retratam de maneira desumanizadora e propõe representações construídas de forma autônoma pelas mulheres negras sobre as suas histórias, experiências e especificidades
Repertórios de interação	Repertórios de interação implicam a relação dos atores sociais com as instituições e com o Estado de forma complexificada, uma vez que essas instituições não seriam mais enquadradas apenas como “inimigas”, mas como instâncias capazes de participar de um diálogo estratégico para a construção de ações consensuadas em direção a sociedade civil.
Repertórios de práticas de conhecimento	Um conjunto de práticas dos movimentos que organizam as experiências locais e pessoais dentro de um sistema cognitivo compartilhado,

fornecendo orientação comum para ações coletivas e mudanças sociais, políticas e culturais.

Fonte: Elaboração própria

O processo de análise e interpretação do material empírico também considerou a perspectiva teórico-metodológica dos feminismos negros, ou seja, partiu de uma interpretação interseccional que considera as opressões de gênero, raça, classe e sexualidade como centrais para compreensão da manutenção e/ou do desmantelamento dos sistemas de poder.

A tese está estruturada em cinco capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo, apresento as principais discussões teóricas que irão colaborar com a análise e a interpretação das ações coletivas desenvolvidas pelas mulheres negras brasileiras, retomando especialmente as categorias dos campos de estudos dos movimentos sociais e do pensamento feminista negro. Considerando as especificidades dos movimentos de mulheres negras, proponho ao longo deste capítulo uma articulação analítica crítica entre os dois campos, fornecendo lentes teórico-conceituais mais adequadas para a interpretação do tema da pesquisa.

No segundo capítulo, forneço uma discussão histórico-contextual acerca dos episódios que marcaram o momento anterior a consolidação da AMNB, identificando elementos que justificam a sua formação da articulação no ano 2000, bem como os fatores que determinaram a sua relevância no cenário contemporâneo. O capítulo também aborda os arranjos internos escolhidos pelas atoras no âmbito da institucionalização da entidade, que afetam os processos de tomada de decisão interna e de construção de estratégias políticas de luta.

No terceiro capítulo, apresento a atuação da AMNB na sua primeira década de existência, destacando abertura de oportunidades políticas contribuiu para adoção de uma estratégia de interação com o Estado, especialmente a partir da presença da AMNB espaços nacionais controle social. O capítulo também traz como essa escolha estratégica ocupação desses espaços fez com que AMNB conquistasse um

protagonismo nos debates relacionados à ampliação de políticas públicas para a população negra de forma geral.

O quarto capítulo tem como foco a atuação da AMNB a partir dos anos 2010 até e identifica como o acirramento das tensões políticas contribuiu para a reorientação das estratégias políticas da entidade. É nesse contexto que as ativistas da AMNB protagonizam um dos mais importantes eventos das lutas antirracistas contemporâneas, a Marcha das Mulheres Negras de 2015. Além disso, o capítulo analisa as mudanças discursivas, estratégicas e políticas no âmbito da AMNB, resultado também reorganização interna que favoreceu a ascensão de novas lideranças políticas na organização.

No quinto e último capítulo, registro os novos repertórios de produção de conhecimento construídos pela AMNB na última década, resultado do amadurecimento político e analítico da entidade. As discussões relativas ao tema da Reparação e do Bem Viver são oriundas dos achados encontrados ao longo dos três anos de trabalho de campo realizados para esta pesquisa, que se mostraram cada vez mais relevantes nos discursos das colaboradoras da pesquisa e na agenda pública da AMNB. A partir disso, ao longo desse capítulo apresento a emergência desses debate em um contexto mais geral, indicando os elementos que levaram as ativistas da AMNB elegerem esses temas como central para as suas lutas atuais.

CAPÍTULO 1 - TEORIZANDO A AÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS

A diversificação dos temas e dos objetos de pesquisa é fundamental para a ampliação e para o desenvolvimento de um determinado campo científico. Em relação às teorias dos movimentos sociais, as transformações do contexto e a complexificação das análises sobre participação política no Brasil, realizadas nas últimas décadas, contribuíram para a adaptação e/ou para surgimento de novas categorias analíticas, capazes de interpretar melhor o contexto de interações dos atores sociais com o Estado e a institucionalização das suas demandas (Almeida e Dowbor, 2021). Apesar dos avanços e do desenvolvimento analítico desse campo, ainda existem alguns temas e debates que precisam ser ampliados em dimensões teóricas e empíricas. As movimentações coletivas protagonizadas por mulheres negras, por exemplo, ainda são, em sua maioria, analisadas nas sombras dos movimentos negros ou dos movimentos feministas, impossibilitando a identificação das suas características e das especificidades, ou seja, aquilo que às diferenciam desses dois grupos.

Diante disso, o presente Capítulo busca introduzir teoricamente o objeto da pesquisa, apresentando um panorama geral das perspectivas teóricas que irão colaborar com a análise e a interpretação das ações coletivas desenvolvidas pelas mulheres negras brasileiras na contemporaneidade. Em um primeiro momento, fazemos uma discussão breve sobre as teorias dos movimentos sociais, partindo das perspectivas mais tradicionais (Tilly, 2009, Tarrow, 2011, Abers et al. 2014) para uma reflexão crítica acerca das potencialidades e dos limites desses aportes teóricos para a interpretação de um objeto de estudo pouco estudado pelo campo. Em seguida, daremos foco em um conjunto delimitado de perspectivas teóricas elaboradas por mulheres negras, a partir do pensamento feminista negro e as suas contribuições para análises e reflexões que envolvem discussões sobre o conceito de poder (Alvarez, 2014; Matos e Simões, 2018). A proposta desta reflexão é reconhecer as discussões elaboradas pelas teóricas feministas negras como, *strictu sensu*, teoria política, e, aliás, teoria política capaz de refletir criticamente e de forma ampla sobre os mais distintos aspectos dos fenômenos políticos.

Por fim, apresentamos um balanço crítico das produções acadêmicas que forneceram as bases para a construção de uma descrição histórica dos movimentos de mulheres negras brasileiras, identificando as principais características, potencialidades e, além disso, as lacunas destas produções. A maior parte desses estudos foi desenvolvida sem um diálogo direto com as teorias clássicas dos movimentos sociais, mas estas apresentam, de fato, contribuições que são fundamentais de outros campos do conhecimento e/ou a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

1.1 – As Teorias de movimentos sociais e debates contemporâneos

O campo de estudos sobre os movimentos sociais possui uma diversidade de aportes teóricos e metodológicos, se multiplicando, especialmente a partir da década de 1970, com a profusão de diversas mobilizações e configurações, supostamente inéditas, que demandaram a elaboração de novas categorias analíticas. Essas novidades estiveram relacionadas à própria identidade dos movimentos, não mais inscritos exclusivamente sob uma lógica de classe, mas sim a partir de outros marcadores políticos dessas diferenças, como raça, etnia, gênero ou temáticas como a questão ambiental (Alonso, 2009; Pereira, 2016).

Parte dos autores dividem estes estudos em três grandes eixos que visualizam a ação coletiva sob diferentes prismas: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)⁹. Com uma abordagem mais racionalista, a TMR procurou explicar o processo de mobilização dos movimentos sociais argumentando que estes agem, em um cenário de disputas por recursos e simpatizantes, a partir de cálculos racionais dos custos e benefícios de determinadas ações. A TPP incorporou os pressupostos racionalistas da TMR, mas inclui outras variáveis ao modelo explicativo, como o contexto político e institucional em que os movimentos atuam, permitindo também uma reflexão inicial em torno da dimensão cultural do conflito, ou seja, das estratégias simbólicas adotadas pelos movimentos sociais. Partindo de uma abordagem culturalista, a TNMS

⁹ Para uma reflexão mais aprofundada sobre os principais argumentos, pressupostos e conceitos de cada eixo teórico, bem como seus principais autores e antagonistas, ver Alonso (2009).

busca compreender as lutas emancipatórias que não se organizam mais em oposição ou para a conquista do Estado, mais sim em torno de projetos de democratização social, demandando mudanças culturais no âmbito da sociedade civil (Alonso 2009; Pereira, 2016). Nas últimas décadas, os debates do campo avançaram no sentido de se tentar compreender quais seriam as limitações e as potencialidades de cada perspectiva, bem como os possíveis diálogos e interações entre elas.

Na América Latina, houve uma maior incorporação das perspectivas teórico-analíticas dos autores da TPP, agora renomeada de Teoria do Confronto Político. Um dos principais nomes deste campo, Charles Tilly (2009), desenvolveu o conceito de *repertórios de confronto* para explicar os “números limitados de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadores a objetos de reivindicação”, ou seja, as formas de ação continuamente adotadas pelos movimentos nos seus confrontos contra os detentores de poder (Tilly et al. 2009, p. 24). Outro conceito central é *estrutura de oportunidade políticas* (EOP), que de acordo com Sidney Tarrow (2011, p. 163), está relacionado às condições oferecidas pelo ambiente político para a deflagração de mobilizações na arena pública, afetando as expectativas de sucesso ou fracasso dos atores sociais.

Nas últimas décadas, os estudos latino-americanos, especialmente os brasileiros, deram um foco maior nas interações sócio estatais, buscando explorar a diversidade de interações possíveis entre os movimentos e o Estado para além do confronto político. São produções que refletem o *boom* da ampliação da participação social nas últimas três décadas, inauguradas pela promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e aprofundadas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, apresentam leituras críticas das produções teórico-analíticas produzidas nos contextos estadunidenses que apenas explicam as interações entre movimentos sociais e o Estado, apenas pelo viés da desmobilização ou da cooptação (Gurza Lavalle, 2019, p. 38).

Um dos mais importantes trabalhos nesse sentido é o das autoras Rebeca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) que, por sua vez, argumentam que no contexto de maior proximidade entre movimentos sociais e atores estatais, emergem

rotinas e práticas inovadoras de interação Estado-sociedade. A partir da noção de *repertório de confronto*, desenvolvida por Charles Tilly (2006) que foca na dimensão conflituosa da interação, as autoras propõem uma ampliação conceitual abarcando as dinâmicas de colaboração entre os atores na sociedade e no Estado. Assim, os *repertórios de interação* podem ser classificados em quatro tipos: os protestos e a ação direta; a participação institucionalizada; a política de proximidade e a ocupação de cargos na burocracia (Abers et al. 2014).

Um dos principais amadurecimentos teórico-analíticos fornecidos pela noção de repertórios de interação é a capacidade de se ir além das dicotomias tradicionais desse campo, a exemplo dos binarismos autonomia *versus* cooptação; ou institucionalização *versus* mobilização; que operavam nas décadas anteriores (Almeida e Dowbor, 2021). Assim, a relação dos atores sociais com as instituições e com o Estado se complexificou, uma vez que essas instituições não seriam mais enquadradas apenas como “inimigas”, mas como instâncias capazes de participar de um diálogo estratégico para a construção de ações consensuadas.

Esses autores também destacam que “contexto político” não deve ser analisado como ambiente externo aos movimentos, no qual ou a partir do qual eles reagem, ao contrário, ele seria um espaço em que vários atores interagem de forma interdependente. Assim, a noção de contexto político apresentada por eles busca aprofundar na compreensão deste espaço em que ocorrem as ações, enquadrando estas como “produtos de agenciamentos simultâneos e recíprocos de diversos atores, redes e instituições, incluindo os próprios movimentos” (Abers, Silva e Tatagiba, 2018, p. 38). Com isso, surgiu a noção de *estruturas relacionais*, contemplando a interdependência entre o regime político, ou seja, a configuração das relações entre os atores politicamente relevantes; e os *subsistemas de políticas públicas*, ou seja, as configurações de poder de cada setor da política pública; na produção do espaço de atuação dos movimentos sociais (Abers, Silva e Tatagiba, 2018).

Outro trabalho que também dialoga e amplia a noção de *repertórios de confronto* de Charles Tilly (2006) é o das autoras europeias Donatella della Porta e Elena Pavan (2017), no qual as autoras desenvolvem o conceito de *repertórios de práticas de*

*conhecimento*¹⁰. Elas argumentam que, tempos de crise, questões sobre o conhecimento ganham destaque no debate público, ampliando debates sobre as concepções e as práticas de produção e transmissão de conhecimento. Assim, partindo-se da ideia de que o conhecimento se tornou mais crucial nesses momentos, elas apontaram para a necessidade de expandir os estudos de movimentos sociais para abordar empiricamente aquelas práticas de conhecimento como parte importante dos ativismos progressistas contemporâneos. Assim, a proposta das autoras foi, justamente, aprofundar a discussão sobre como os movimentos sociais progressistas funcionariam como “laboratórios de inovação democrática” (2017, p. 4).

Assim, Della Porta e Pavan (2017, p. 7) conceituam *repertórios de práticas de conhecimento* como um conjunto de práticas dos movimentos que organizam as experiências locais e pessoais dentro de um sistema cognitivo compartilhado, fornecendo orientação comum para ações coletivas e mudanças sociais, políticas e culturais. Na busca por mudanças sociais e políticas, esses movimentos não se limitam a protestar, mas formam espaços coletivos onde a colaboração leva ao repensar da democracia e à geração de novos paradigmas e análises políticas. Com isso, os movimentos contribuem para mudanças sociais e políticas por criarem epistemologias alternativas – sistemas de ideias e estratégias para mudar o status quo e para alcançar uma noção de democracia mais ampliada (Della Porta e Pavan, 2017).

As autoras reconheceram que o debate sobre produção de conhecimento e movimentos sociais não seria novo, ele tem sido bastante discutido no âmbito das abordagens mais culturalistas e nas interpretações dos Novos Movimentos Sociais. O autor italiano Alberto Melucci (1996 *apud* 2017) já argumentava, por exemplo, que o conhecimento seria um recurso fundamental para novos atores que adentram na arena do conflito político, uma vez que é a partir do conhecimento que se pode expor

¹⁰ O conceito de *repertórios de práticas de conhecimento* (repertoire of knowledge practices) foi apresentado pelas autoras no artigo “Repertoires of knowledge practices: Social movements in times of crisis” publicado em 2017 na revista *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*. Não encontramos uma tradução do termo em textos em português e optamos por traduzi-lo dessa forma, de modo que se aproxima mais com a ideia desenvolvida pelas autoras.

os problemas sociais invisibilizados pelos grupos dominantes e o controle dos processos de produção e de circulação do conhecimento são determinantes para o sucesso de determinado ator político. Entretanto, para Della Porta e Pavan (2017), ainda que o debate sobre a produção de conhecimento elaborada pelos movimentos e já tenha sido discutida por alguns autores, há uma lacuna significativa na análise dessas relações, em especial na produção de análises empíricas mais sistemáticas capazes de explicar como o conhecimento é produzido de fato pelos movimentos, como ele é transmitido e os seus efeitos na arena política.

Nesse sentido, a discussão das autoras visa valorizar o papel dos movimentos como produtores de conhecimento, para ampliar a compreensão dos movimentos como atores políticos, esclarecendo processos mais amplos que vão, desde a definição de estratégias, até a construção de identidades coletivas. A proposta conceitual das autoras é bastante interessante, uma vez que coloca em evidência a necessidade da investigação sistemática das práticas de produção e difusão de conhecimento dos próprios movimentos sociais. Além disso, elas inovam ao dialogar e ampliar a clássica discussão sobre os repertórios de confronto feita por Charles Tilly (1986), introduzindo uma visão sistemática capaz de medir com mais precisão o processo de elaboração e transmissão do conhecimento dos movimentos sociais.

No âmbito da elaboração do conhecimento, Della Porta e Pavan (2017) identificam que os movimentos sociais, frequentemente, realizam eventos/encontros para refletir sobre a sua identidade coletiva, tais como assembleias, reuniões e discussões, onde os ativistas produzem conhecimento sobre suas próprias experiências e visões, construindo uma identidade coletiva compartilhada. Os movimentos sociais também produzem conhecimento ao desenvolver críticas ao status quo e propor alternativas políticas, envolvendo a produção de conteúdo especializado e a formulação de recomendações e políticas baseadas em pesquisas internas e conhecimentos locais (Della Porta e Pavan, 2017).

Já no eixo da transmissão de conhecimento, os movimentos sociais promovem a educação radical e o aprendizado informal através da participação em atividades do movimento, como protestos, workshops e treinamentos. Essas atividades ajudam a

disseminar conhecimento e a capacitar os participantes. A construção de comunidades de resistência e de luta, a partir da base, permite que movimentos sociais criem e transmitam conhecimento de uma forma mais horizontal e inclusiva, desafiando as estruturas de poder hierárquicas previamente estabelecidas (Della Porta e Pavan, 2017).

Por fim, a medição empírica da produção de conhecimento pode ser realizada através da análise das atividades e práticas dos movimentos sociais, como protestos, assembleias, workshops e campanhas, para entender como o conhecimento é produzido e transmitido. Além disso, é crucial analisar documentos produzidos pelos movimentos, como manifestos, relatórios, publicações e mídias sociais, para identificar o conhecimento gerado e compartilhado, bem como avaliar o impacto das propostas e recomendações dos movimentos nas políticas públicas e na sociedade (Della Porta e Pavan, 2017).

Entretanto, é importante pontuar que o esforço de reconhecer os movimentos sociais como produtores de conhecimento já vem sendo feito há décadas por autores do Sul Global e por autoras do campo dos estudos feministas (Cardoso, 2012, Lemos, 2015), mas que em sua maioria são pouco considerados por supostamente, de acordo com a visão *malestream*¹¹, não apresentarem o mesmo rigor científico e/ou validade acadêmica. São elaborações teóricas que trazem para o centro o caráter político e inovador das discussões realizadas no âmbito dos movimentos sociais, em especial dos movimentos compostos por uma maioria de pessoas que pertencem a grupos minorizados, ou seja, mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+, povos indígenas, quilombolas, entre outros.

¹¹ De acordo com Karen Warren (1989), a perspectiva "*malestream*" se refere ao currículo e às disciplinas acadêmicas que são predominantemente criadas e estruturadas a partir de uma visão masculina. Esta perspectiva tradicionalmente ignora ou marginaliza as experiências, contribuições e perspectivas das mulheres, apresentando o conhecimento como se fosse neutro em termos de gênero quando, na verdade, reflete os valores, interesses e experiências dos homens, especialmente dos homens brancos, heterossexuais e de classe média/alta. O termo "*malestream*" é um trocadilho com "*mainstream*", indicando que o conhecimento e as normas culturais dominantes são *male-dominated* (dominadas por homens) e precisam ser desafiadas e transformadas para incluir uma representação mais equitativa e diversificada de todas as experiências humanas, incluindo as das mulheres e de outros grupos marginalizados.

Nesse sentido, na próxima sessão, apresento algumas contribuições teóricas produzidas fora do debate *mainstream* do campo de estudos dos movimentos sociais, que são essenciais para a interpretação dos movimentos de mulheres negras.

1.1.1 - Teorias dos movimentos sociais e contribuições a partir das margens

Como visto na sessão anterior, o campo de estudos dos movimentos sociais possui uma variada gama de debates e perspectivas teóricas que visam interpretar essas ações coletivas e os seus efeitos na arena política. Nessa seção, buscamos aprofundar essa análise a partir das contribuições de teóricas que oferecem uma perspectiva crítica aos debates mais hegemônicas e revelam a atuação de atores e grupos historicamente marginalizados. Ao explorar as contribuições para as teorias de movimentos sociais a partir das margens, destacamos a importância de abordagens interseccionais e críticas que iluminam as experiências e estratégias de resistência de mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos minorizados. São contribuições que oferecem ferramentas analíticas para entender como esses grupos se organizam, resistem e transformam as estruturas sociais e políticas em contextos marcados por desigualdades sistêmicas.

A autora estadunidense Kimberly Springer (2005) nos fornece uma leitura crítica importante sobre as construções teóricas do campo de estudos dos movimentos sociais nos Estados Unidos que, para ela, até então, teriam ignorado o processo de formação das organizações feministas negras do país. Springer ressalta as limitações dessas perspectivas, para analisar a atuação das organizações de mulheres negras, que na maioria das vezes se inserem nas rachaduras das estruturas de oportunidades políticas dominantes e também nas fissuras criadas por outros movimentos sociais (Springer, 2005, p. 12).

Analisando os contextos de ampliação dos movimentos dos direitos civis e dos movimentos feministas nas décadas de 1960 e 1970 naquele país, a autora identifica que, por mais que as organizações feministas negras¹² tenham se beneficiado da

¹² Importante pontuar que existe uma diferença entre os termos feminismo negro e movimentos de mulheres negras, tanto em perspectivas ativistas como também acadêmicas. Essas tensões serão exploradas na sessão seguinte, em que nos debruçarmos nos principais debates e reflexões

abertura de estruturas de oportunidades políticas experimentadas neste contexto, as suas identidades políticas atravessadas por marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade afetaram a performance e a sustentabilidade desses grupos. A redução substantiva dos recursos e de capital político para o desenvolvimento das suas ações teria afetado desproporcionalmente as organizações de mulheres negras, que, em sua maioria, não conseguiram manter o seu funcionamento e encerraram as suas atividades (Springer, 2005).

Ainda que a autora foque a sua análise apenas no contexto estadunidense, essa reflexão é interessante para que seja possível ampliar o alcance interpretativo desenvolvido neste trabalho. Isso significa se atentar para o fato de que por mais que a abertura das oportunidades políticas esteja, muitas vezes, relacionada às condições oferecidas pelo ambiente político para a deflagração de mobilizações na arena pública, as organizações de mulheres negras, na maioria das vezes, precisam atuar às margens dessas condições políticas. Além disso, as condições de fechamento dessas estruturas e/ou os contextos de retrocessos políticos também podem ter impactos desproporcionais para o ativismo das mulheres negras.

Importante pontuar que as reflexões teóricas feministas têm sido fundamentais para ampliar o escopo interpretativo dos movimentos sociais em diversos lugares do mundo, e, em especial, no contexto latino-americano. A autora Flavia Biroli (2017) destaca como debate teórico feminista, tem contribuído para politizar o mundo social de forma ampla, expandindo as fronteiras do político. A autora salienta que os estudos feministas confrontam a neutralidade da ciência ao reivindicar a produção de um conhecimento que tem como uma de suas finalidades o enfrentamento das desigualdades de gênero. Assim, os debates feministas partem da experiência concreta das mulheres para refletir criticamente sobre as instituições, as estruturas e as relações de poder que as marginalizam.

apresentadas pelas intelectuais negras. Por hora, manteremos os termos de acordo com a grafia apresentada por cada autora. No caso de Kimberly Springer (2005), feminismos negros e organizações de mulheres negras são utilizadas como termos sinônimos.

Uma das premissas do debate feminista é o reconhecimento de que as esferas consideradas privadas/domésticas são espaços essencialmente políticos e, portanto, devem ser consideradas nas reflexões sobre as relações de poder na forma como estas incidem na esfera pública. Uma vez que “as posições relativas de mulheres e homens na esfera doméstica se desdobram em desvantagens na esfera pública política”, temas como democracia, cidadania, justiça e representação ganham novos contornos ao serem esmiuçados considerando as hierarquias de gênero (Biroli, 2017, p. 193).

Nesse sentido, as reflexões desenvolvidas no âmbito do chamado *campo de gênero e feminista*, identificado por Marlise Matos (2008, p. 345) são interessantes, por exemplo, para repensar os conceitos políticos desenvolvidos no campo de estudos de movimentos sociais e, ademais, para legitimar outros conceitos relevantes para a interpretação de temas e de atoras não hegemônicas. Além disso, as reflexões desenvolvidas nesse *campo* têm o potencial para “ressignificar permanentemente os conteúdos e as formas daquilo que se apresenta como contingentemente universal”, além de contribuir para uma “constante problematização das hierarquias e das subordinações, na crítica contumaz às opressões de todas as ordens” (Matos, 2008, p. 350).

Dando sequência a essa reflexão, a autora Sonia Alvarez (2014) aprofunda o conceito de *campo discursivo de ação* para descrever uma “vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais, e políticos”, que, em diferentes momentos, tem “maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais” (Alvarez, 2014, p. 46). O conceito da autora dá continuidade ao esforço teórico-epistemológico de sistematização das dinâmicas dos feminismos no Brasil e na América Latina, também proposto por Matos (2010), que abarca o histórico dos movimentos feministas na região, estabelece diagnósticos acerca das suas perspectivas atuais e abre caminhos para imaginar futuros de lutas. Ao propor um campo(s) discursivo(s) de ação, ao invés de movimento(s), feminista(s), a autora fornece um vocabulário conceitual e um aparelho interpretativo mais amplo capaz de captar a complexidade, diversidade e as mudanças das movimentações protagonizadas pelas mulheres.

Como afirma Thiago Coacci (2018, p. 33), “a abordagem epistemológica proposta por Sônia Alvarez, talvez por se situar numa abordagem mais interpretativa e relacional que as abordagens correntes na Ciência Política”, permitindo deslocar uma interpretação restrita às explicações causais e/ou generalizantes à uma abordagem mais interessada em compreender com mais profundidade o objeto estudado.

Para o presente estudo, essa perspectiva é fundamental. Ela nos permite uma compreensão mais ampla do processo de formação e consolidação da AMNB, uma vez que a organização aglutina outros diversos grupos de mulheres negras, se relacionando com a sociedade civil a partir da sua identidade política. Isso significa que as suas ações não são explicadas por variáveis restritas, mas devem ser compreendidas dentro da complexidade do contexto político influenciado por sistemas hierárquicos de opressão.

No *campo discursivo de ação*, as/os atoras/es se articulam por meio de gramáticas políticas e visões de mundo parcialmente compartilhadas para elaborar e propor demandas consensuadas em torno de determinadas temáticas. A relevância do conceito é a inclusão de indivíduos e agrupamentos menos formalizados, situados em diversos espaços na sociedade civil que também constroem discursivamente a ação política. De forma mais sistemática, o campo discursivo de ação é composto pelos seguintes elementos: “1) atoras/es mais ou menos visíveis, hegemônicos, marginalizados; 2) malhas/teias/redes articuladoras; 3) pontos nodais; 4) dimensões verticais, horizontais, e talvez densidade; 5) discursos definidores; 6) lutas interpretativas/conflitos constitutivos; e 7) paradoxos transformadores” (Alvarez, 2014, p. 46).

Os eixos elencados pela autora são fundamentais para a interpretação das movimentações coletivas das mulheres negras. Ao introduzir a noção de “paradoxos transformadores” por exemplo, ela reconhece a relevância das contradições e tensões inerentes às lutas dos movimentos sociais, enfatizando a necessidade de uma abordagem teórica que possa compreender as múltiplas dimensões das interações entre atores sociais, redes e instituições. Permite ainda uma compreensão das complexidades e contradições inerentes às suas lutas, fornecendo insights sobre

como as mulheres negras navegam e transformam essas tensões em repertório político e inovação nas suas lutas por justiça social.

Entretanto, ainda que a perspectiva conceitual da autora contemple os discursos e as práticas de feminismos em sua ampla diversidade; reconheça os problemas da narrativa hegemônica sobre o feminino clássico e seus mitos fundadores; e afirme que o campo sempre foi de fato plural, acreditamos ser importante centralizar a atuação autônoma dos movimentos de mulheres negras. Na nossa proposta, a ação das mulheres negras é o principal ponto de referência, atuando em um campo independente dos movimentos feministas e dos movimentos negros, ainda que construam as suas ações em parceria e diálogo com esses e outros atores sociais e políticos.

Assim, tendo como referência o conceito de *ativismo interseccional feminista* desenvolvido por Marlise Matos e Simone Simões (2018), que orienta uma compreensão mais ampla das ações desenvolvidas por mulheres atravessadas por diversos marcadores sociais, identificamos um *campo discursivo de ação interseccional* abarcando a ação das mulheres negras brasileiras que atuam individual ou coletivamente, a partir de diversos lugares sociais e políticos, elas propõem intervenções no debate público a partir de uma experiência interseccional atravessada, especialmente, por desigualdades de gênero, raça e classe. Como destaca Joaze Bernardino-Costa (2015), esses marcadores sociais da diferença se expressam não só como fontes de desempoderamento, mas também como fatores que contribuem para a elaboração de projetos de transformação, mobilizando processos de luta e resistência.

Para finalizar essa sessão, é importante pontuar que as alterações recentes no contexto brasileiro e no mundo, em direção à uma escalada autoritária e conservadora, colocaram desafios para os autores do campo de estudos da participação e da ação coletiva, que precisaram analisar também os padrões de interação Estado e sociedade em contextos que apontam para a instabilidade das instituições democráticas. O aprofundamento das crises capitalistas acirram ainda mais as hierarquias sistêmicas de gênero e raça, ampliando ainda mais o clamor da

sociedade civil por um outro tipo de sociedade. São mudanças que convocam o campo para uma inovação analítica capaz de interpelar o novo contexto, mas também formular propostas em um sentido de ampliação de direitos e da justiça social.

Na próxima seção, apresento as principais discussões realizadas no âmbito do pensamento feminista negro, importantes para uma leitura mais aprofundada das ações coletivas das mulheres negras brasileiras. Assim como proposto pelo *campo de gênero e feminista*, a nossa ideia é realizar uma reflexão crítica para repensar e legitimar propostas conceituais, contribuindo para uma ampliação do alcance analítico do campo de estudos dos movimentos sociais em geral, e das ações coletivas das mulheres negras em particular.

1.2 – A Contribuição das intelectuais negras para teoria política

No contexto acadêmico brasileiro, a Teoria Política é geralmente compreendida a partir de dois eixos principais. De um lado, como “uma disciplina voltada para a discussão de autores e obras consagrados do pensamento ocidental, caso no qual se confunde com “os clássicos da política”; e de outro como “uma subárea da Ciência Política caracterizada por um tipo de disposição teórica que recentemente retomou fôlego com sua ênfase normativa em torno da saúde e da vida democrática” (Szwako e Adelman, 2010, p. 9). Nesse cenário, em ambos os casos, o que se observa é uma ausência quase total de debates sobre feminismos e desigualdade de gênero; ou sobre raça, racismo e hierarquias raciais; e valorização quase exclusiva de textos e trabalhos elaborados por homens, brancos e ocidentalizados (Matos, 2016; Rezende e Elias, 2022).

Em uma análise sobre a Ciência Política brasileira, Marcia Rangel Candido (2023) oferece uma análise detalhada e crítica sobre a história da Ciência Política no Brasil, enfatizando como as narrativas predominantes sobre o campo no Brasil tendem a subestimar ou ignorar a participação das mulheres na fundação e desenvolvimento da disciplina. Os textos mais citados e influentes frequentemente marginalizam as contribuições femininas ou simplesmente não as mencionam. Com base em indicadores bibliométricos e revisões sistemáticas da literatura, ela mostra como os textos mais citados frequentemente omitem ou marginalizam as mulheres, de modo

que as mulheres foram pioneiras na ciência política brasileira, não receberam o devido reconhecimento. Além de identificar os problemas, o artigo sugere a necessidade de maior visibilidade para as contribuições femininas e a incorporação das questões de gênero como uma perspectiva central na ciência política.

Marlise Matos (2016), com base em um mapeamento de artigos, teses e dissertações¹³ do campo da Ciência Política brasileira, aponta, que a institucionalização dos estudos de gênero e feministas tem sido marginal e tardia, ainda mais quando comparada com outras ciências sociais, como sociologia e antropologia. A autora demonstra que, além da pouca porosidade aos estudos de gênero e/ou feministas, é perceptível como o campo ainda reproduz um cenário de sub-representação feminina, semelhante ao da política institucional, com um perfil majoritariamente masculinizado. Com isso, as/os acadêmicas/os que optam por trabalhar com essas temáticas, precisam, na maioria das vezes, operar às margens do campo para conseguir viabilizar seus trabalhos e realizar uma disputa árdua para conseguir espaço e legitimidade como produtoras/es de instrumentos de interpretação da vida política.

De forma semelhante, as autoras Daniela Rezende e Maria Ligia Elias (2021) identificam que há uma pluralidade temática substantiva nos estudos feministas e de gênero na área de Ciência Política, mas, tal pluralidade termina por ter com pouca ressonância no campo, ainda muito restrito às abordagens mais tradicionais sobre a política. Em algumas áreas, como a de políticas públicas e participação política, nota-se uma abertura um pouco maior para os debates de gênero, especialmente nos eixos

¹³ O levantamento da autora foi realizado com base nas teses e dissertações defendidas entre 2000 e 2012, disponibilizadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e aquelas produzidas entre 2000 e 2015 nos programas de pós-graduação classificados com as notas 5, 6 e 7 pela CAPES. As palavras-chave usadas na busca foram: gênero, mulher/mulheres, feminismos, movimentos feministas, teoria feminista, violência contra a mulher, Lei Maria da Penha, cotas, participação política, representação política e conferências de políticas públicas. Os artigos acadêmicos foram buscados nas seguintes revistas: Revista de Estudos Feministas (REF), Revista Cadernos de Pagu (Pagu), Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Revista Dados (Dados), Revista Brasileira de Ciência Política (RBCS), Revista Política & Sociedade (P&S), Revista Lua Nova (LN), Revista Sociologia & Política (S&P), Revista Sociedade & Estado (S&E), com as seguintes palavras-chave: mulher/mulheres, gênero, feminismo, movimento feminista, cotas, participação política, representação política, políticas públicas, teoria feminista, violência contra a mulher e Lei Maria da Penha. (Matos, 2016, p. 354).

de discussões sobre violência contra as mulheres, que se avolumaram após a promulgação da Lei Maria da Penha; e sobre os movimentos feministas, acompanhando os processos de consolidação democrática no país.

Entretanto, ainda que sejam contribuições extremamente necessárias e transformadoras dos debates teóricos do campo, estas reflexões ainda têm poucas aproximações com as perspectivas teóricas das feministas negras. Com isso, as análises ficam muito focadas nas dimensões das hierarquias e desigualdades de gênero, apresentando pouca intersecção com as desigualdades raciais, centrais para a compreensão do cenário brasileiro. Por mais que o tema seja mencionado nesses debates, ou que algumas autoras negras sejam citadas nas referências bibliográficas, são ainda mais reduzidos os trabalhos que realmente promovem um diálogo crítico aprofundado com as grandes intelectuais do feminismo negro, como Lélia Gonzalez (1988), Sueli Carneiro (2005), Angela Davis (2016), Barbara Christian (1988), Patricia Hill Collins (2019; 2021; 2022), Kimberlé Crenshaw (2002), Ochy Curiel (2007), entre outras.

Considerando esses elementos, as reflexões apresentadas ao longo desta seção, pretendem visibilizar melhor as importantes contribuições das intelectuais negras como intérpretes dos fenômenos políticos, algo ainda muito pouco realizado na Ciência Política brasileira. Importante pontuar que irei ampliar o escopo de discussão para além das autoras que se inserem no campo da Ciência Política, estabelecendo-se, por fim, um diálogo com diversas intelectuais negras que elaboraram perspectivas teóricas importantes para se analisar a política, de forma geral, e as experiências das mulheres negras, de forma específica.

1.2.1 - A interseccionalidade e seus usos para discussões que envolvem relações de poder

A proposta conceitual da interseccionalidade é uma das contribuições teóricas mais relevantes elaboradas pelas intelectuais negras na contemporaneidade. A popularidade do termo fica evidente quando identificamos os seus diversos usos, seja para nomear programas de políticas públicas, mapeamentos de indicadores demográficos e sociais da população, protocolos de direitos humanos e agendas de

sustentabilidade de organismos regulatórios supranacionais, colunas de jornais, bate-bocas e eventos divulgados em redes sociais, nomenclaturas vinculadas a movimentos sociais e grupos políticos, entre outros (Abdalla, 2020, p. 25). Com isso, o conceito acabou assumindo diferentes sentidos, usos e encaixes políticos e teóricos, ora como reivindicação ético-política no campo dos movimentos sociais ou forma de nomeação das práticas políticas destes, ora como perspectiva analítica e metodológica imprescindível aos estudos voltados à compreensão da desigualdade social.

A partir desses diversos *usos e abusos*¹⁴, algumas autoras têm buscado sistematizar as contribuições do conceito, desde o surgimento dos primeiros debates sobre necessidade de entender gênero, classe, raça e sexualidade de maneira articulada pelas ativistas estadunidenses do Coletivo Combahee River¹⁵ até as reflexões mais contemporâneas relativas ao caráter cada vez mais liberal do termo (Keeanga-Yamahtta, 2018; Pereira, 2019; Nash, 2019; Abdalla, 2020; Machado, 2020). Um destaque importante feito por essas autoras é a origem radical dessas discussões, protagonizadas por mulheres negras, lésbicas e da classe trabalhadora, que vinham de uma tradição de lutas antisistêmicas e anticapitalistas (Keeanga-Yamahtta, 2018).

¹⁴ Para Barbara Machado (2020), o sucesso do termo teria se dado às custas de um afastamento entre o conceito e seu sentido original (e radical), ligado ao feminismo negro estadunidense, possibilitando uma cooptação liberal das identidades políticas que emergem da intersecção dessas categorias. Esse esvaziando político do conceito se torna ainda mais evidente nos contextos acadêmicos como o Brasil, em que o termo é muitas vezes incorporado e difundido sem qualquer menção às intelectuais negras que formularam tais discussão e até mesmo um apagamento do componente racial das opressões articuladas.

¹⁵ O Coletivo Combahee River foi uma organização feminista radical formada em 1974 na cidade de Boston, nos Estados Unidos e batizada em homenagem à jornada de Harriet Tubman no Rio Combahee, no estado da Carolina do Sul, que ajudou a libertar 750 pessoas escravizada em 1863. As ativistas do coletivo tiveram uma atuação fundamental nas lutas contra esterilização em massa de mulheres negras e racializadas, nas lutas pela legalização do aborto e nas lutas contra a violência doméstica. Além disso, a partir do Manifesto Coletivo Combahee River, lançado em 1977, forneceram uma contribuição intelectual essencial para as políticas de libertação, assumindo o compromisso de lutar “contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe, encarando como nossa tarefa em particular o desenvolvimento de uma análise e prática integradas ao fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados”. A autora estadunidense Keeanga-Yamahtta Taylor editou em 2017 a obra *How we get free: Black Feminism and the Combahee River Collective* que celebra os 40 anos de lançamento do manifesto a partir de entrevistas com suas fundadoras Barbara Smith, Beverly Smith, Demita Frazier.

A genealogia intelectual do termo elaborada por Jennifer Nash (2019) nos ajuda compreender a complexidade da contribuição teórica da interseccionalidade, para além de esforços de oferecer uma “origem coerente e compreensível, que descreva um momento específico de criação da interseccionalidade” ou a “pressuposição que a interseccionalidade emergiu não por meio de debate e colaboração, mas através de uma voz, momento histórico ou texto fundacional particular” (Nash, 2019, p.39). Ao contrário, a proposta da genealogia intelectual da autora parte do pressuposto de que o conceito emerge a partir de contextos múltiplos e a partir de diferentes tradições acadêmicas que o tratam de forma distinta.

Mas isso não significa afastar a emergência do debate acadêmico e político sobre a interseccionalidade da produção intelectual das mulheres negras. Ainda que não seja possível indicar uma autora pioneira ou um texto inaugural sobre o conceito da interseccionalidade, é preciso situar a origem dessas discussões no âmbito no pensamento feminista negro e no contexto histórico de elaboração crítica das mulheres negras acerca das suas de combate as opressões sistêmicas (Nash, 2019). Como aponta Jane Ait Belkhir (2009), a interseccionalidade é um dos grandes presentes do pensamento feminista negro, não apenas para o campo de estudos feministas, como também para a Teoria Política de forma geral.

Para este trabalho, é importante situar que o debate da interseccionalidade a partir das reflexões coletivas dos ativismos das mulheres negras em diversos lugares do mundo, no esforço político de denunciaram a natureza interligada das opressões. Esse direcionamento é fundamental para reconhecer as mulheres negras como sujeito coletivo como produtoras intelectuais, capazes de fornecer contribuições robustas e essenciais para a elaboração de análises acadêmicas nas mais diversas áreas do conhecimento.

Além disso, a interseccionalidade destaca a importância de reconhecer que indivíduos possuem múltiplas dimensões de suas identidades que se sobrepõem, criando experiências únicas de opressão e de privilégio. Isso é crucial para entender como diferentes grupos interagem com o Estado e participam do processo democrático. A partir dessa perspectiva, podemos analisar, por exemplo, como políticas públicas e

práticas institucionais impactam de maneira diferenciada pessoas que ocupam múltiplas posições de vulnerabilidade. Essa compreensão é fundamental para a promoção de uma justiça social mais abrangente e equitativa, que leve em conta as diversas dimensões das identidades e experiências humanas.

Nesse sentido, a autora estadunidense Patricia Hill Collins (2022) apresenta o conceito de *matriz de dominação*, fornecendo uma estrutura analítica para reflexões sobre dinâmica do poder e sobre os sistemas de opressão que se cruzam e moldam as estruturas sociais. A matriz de dominação se refere a uma estrutura que emerge das interconexões de sistemas de poder específicos dentro de uma sociedade, moldando a dominação política em um nível macro. Para Collins, tal matriz abrangeria várias formas de dominação, como heteropatriarcado, neocolonialismo, capitalismo, racismo e imperialismo, influenciando todos os aspectos da vida social globalmente. Assim, a matriz de dominação destaca a importância de compreender os sistemas de poder que se cruzam e como eles se manifestam de forma diferente em diferentes estados-nação (Collins, 2022).

A estrutura dos domínios de poder permite uma análise mais precisa de como as relações de poder injustas são organizadas e resistidas. A heurística de domínios de poder fornece um conjunto de ferramentas de diagnóstico que ajudam os indivíduos dentro de grupos/comunidades subordinados a analisar e desenvolver estratégias de ação em resposta às desigualdades sociais que acompanham os sistemas de opressão que se cruzam. Em essência, a estrutura dos domínios de poder conecta o espaço analítico mais amplo de uma matriz específica de dominação com a dinâmica social de como se organiza o comportamento político individual e coletivo em vários contextos sociais (Collins, 2022, p.17)

A autora identifica quatro domínios principais de poder que interagem na matriz de dominação: o estrutural, o disciplinar, o cultural e o interpessoal. O domínio estrutural refere-se às grandes instituições sociais, como governos, empresas e sistemas educacionais, que organizam a distribuição de recursos e oportunidades é crucial para entender como as políticas e práticas do Estado podem perpetuar desigualdades sistêmicas. O domínio disciplinar envolve os mecanismos de controle e

regulamentação social, incluindo sistemas jurídicos e penais, permitindo uma análise de como o Estado disciplina e controla populações através de leis, policiamento e outras formas de coerção (Collins, 2022).

Já o domínio cultural inclui as normas, valores e ideologias que legitimam e reforçam as desigualdades, ou seja, através desse domínio, é possível analisar como narrativas culturais influenciam a percepção pública sobre justiça, cidadania e participação democrática. Por fim, o domínio interpessoal refere-se às interações diárias entre indivíduos, onde o poder se manifesta de maneira direta e pessoal. Esse domínio mostra como as experiências individuais são moldadas por sistemas maiores de opressão (Collins, 2022).

A matriz de dominação permite uma análise complexa das relações de poder, mostrando como o poder é exercido de maneiras visíveis e invisíveis. Isso ajuda a entender como o Estado pode tanto reforçar quanto desafiar, essas relações de poder através de suas políticas e projetos. Ao integrar a análise dos quatro domínios principais de poder, podemos obter uma compreensão mais holística de como as desigualdades são perpetuadas e de como podem ser combatidas. Assim, essa estrutura analítica se torna essencial para qualquer esforço comprometido com a promoção da justiça social, reconhecendo a profundidade e a complexidade das experiências humanas em diversos contextos sociais e políticos.

Para este trabalho, a discussão proposta pela matriz de dominação se torna extremamente útil, pois apresenta ferramentas para situar as lutas das mulheres negras dentro de um contexto histórico e político específico. Para o contexto brasileiro, isso inclui, por exemplo, reconhecer que a matriz de dominação de nível estrutural, foi estabelecida a partir do legado da escravização de pessoas negras e da colonização. Além disso, as discussões no âmbito da matriz de dominação cultural possibilitam uma análise aprofundada de como as narrativas e representações midiáticas contribuem para a manutenção das hierarquias sociais, influenciando a percepção pública não apenas sobre as identidades coletivas dos grupos como também a necessidade da ampliação de políticas no sentido da ampliação da justiça social para toda a sociedade.

No tópico a seguir, aprofundaremos um pouco mais nessa dimensão da matriz de dominação cultural, analisando especialmente como as narrativas e representações das mulheres negras foram construídas ao longo dos séculos e como os esforços de reverter esse quadro apresentam um caráter político essencial para as lutas das mulheres negras na contemporaneidade.

1.2.2 – *Imagens de controle e autodefinição como ferramenta política*

Na epígrafe desta tese trago um trecho da música do cantor Emicida com participação de Pablo Vittar e Majur com os seguintes dizeres: “*permita que eu fale, não as minhas cicatrizes*”, reivindicação que se relaciona diretamente com um dos principais fundamentos do pensamento feminista negro. Esse fundamento foi desenvolvido com mais profundidade pela autora Patricia Hill Collins que, por sua vez, elegeu a autodefinição como política chave para o empoderamento de indivíduos e grupos, além de ser essencial para a construção de processos coletivos de libertação.

A autodefinição emerge como uma resposta política e coletiva às *imagens de controle*, identificada pela autora como representações estereotipadas e limitadoras das mulheres negras perpetuadas na cultura dominante. De acordo com Collins, as imagens de controle compreendem a dimensão propriamente ideológica do racismo e do sexismo, utilizadas por grupos dominantes para manter os padrões de violência e controle que estabeleceram no passado e para permanecerem no poder. As imagens de controle usadas para definir as mulheres negras são baseadas principalmente em estereótipos construídos a partir das categorias articuladas de gênero, raça classe e sexualidade, e são manipulados para dar às desigualdades estruturais uma aparência de naturalidade e inevitabilidade (Collins, 2019).

Isso ocorre porque as imagens de controle estão conectadas diretamente à matriz de dominação mencionada anteriormente, e são resultado de complexo processo de objetificação e de estabelecimento de diferenças entre os grupos. Para Collins, o *status de outsider* das mulheres negras se torna um ponto de partida pelo qual outros grupos se definem como hegemônicos, estabelecendo assim uma dicotomia do Eu hegemônico *versus* o Outro dominado (Collins, 2019, p. 136). Nesse sentido, fica evidente a dimensão relacional dessas imagens que são construídas para limitar o

grupo dominado ao passo que contribuem para a legitimação do poder e da superioridade do grupo dominante.

É importante destacar que a proposta conceitual de imagens de controle vai além de uma mera noção de estereótipos ou de preconceitos construídos sobre determinados grupos, incluindo especialmente as dimensões históricas, políticas e estruturais dessas atribuições. Além disso, apresenta um eixo importante da construção dessas imagens que é a autoridade que os grupos dominantes possuem para criar narrativas sobre o Outro. Assim, a dimensão do poder daquele que constrói as imagens é determinante para indicar a força que determinada imagem vai ter na sociedade.

Para Patricia Hill Collins, as imagens de controle foram estabelecidas desde o período escravista como uma forma de justificar e manter a dominação racial e de gênero. Essas imagens foram criadas e perpetuadas pelos grupos dominantes para legitimar a exploração e a subordinação das mulheres negras, servindo a interesses econômicos, políticos e sociais. No contexto brasileiro, as imagens de controle das mulheres negras também foram moldadas por um passado de escravidão e continuam a ser perpetuadas por estruturas de poder e racismo.

A autora Winnie Bueno (2020), com base na proposta teórica de Collins, discorre sobre como tais imagens foram historicamente estabelecidas no contexto brasileiro. Para a autora, figuras como a "mulata sensual" frequentemente exaltada no carnaval e na mídia, retratada como exótica e sedutora. Esta imagem tem suas raízes na exploração sexual das mulheres negras durante a escravidão e é usada para justificar o abuso e a exploração sexual contínuos. Esse estereótipo contribui para a objetificação das mulheres negras, reforçando a ideia de que estão sempre disponíveis sexualmente, o que sustenta e perpetua a violência sexual e o assédio.

O debate proposto por Bueno também dialoga com a discussão feita pela autora Lélia Gonzales, ainda década de 1980, sobre a figura da mulata. Gonzalez (1984) descreveu a mulata como um produto do mito da democracia racial, um símbolo ambíguo que oscila entre a exaltação e a subjugação e durante o carnaval, essa mulata é glorificada, tornando-se um ícone de beleza e sensualidade, mas fora desse período, ela é relegada a posições subalternas, como a de empregada doméstica.

Assim, a figura da mulata se tornou uma extensão da mucama escrava, uma mulher negra que era, tanto uma serva, quanto um objeto sexual dentro da casa grande. Esse papel duplo ainda persiste na forma moderna da mulata, que é celebrada por sua beleza e sensualidade, fortemente sexualizada durante o carnaval, mas cujo cotidiano é marcado pela discriminação e pela marginalização.

Em relação a figura da *mucama*, Bueno (2020) acrescenta que essa figura também é retratada como a empregada doméstica fiel e dedicada, que serve com lealdade e submissão à família branca, sacrificando as suas próprias necessidades e interesses familiares para cuidar dos patrões. A partir disso, essa imagem perpetua a subordinação das mulheres negras ao trabalho doméstico e sustenta a exploração laboral em lares brasileiros, muitas vezes com baixos salários e condições de trabalho precárias.

A *negra raivosa* é outra imagem de controle, retratada como agressiva, rude e confrontacional. Esta imagem é usada para deslegitimar as emoções e experiências das mulheres negras, retratando-as como problemáticas e difíceis de lidar. Além disso, em uma dimensão mais ampla, tal imagem justifica a discriminação e a violência contra as mulheres negras, além de marginalizá-las em espaços sociais e profissionais, retratando suas legítimas lutas por direitos e respeito como demandas irracionais e/ou como falta de controle emocional.

No Brasil, também encontramos a figura da *mãe solteira problemática*, vista como a mãe que não conseguiu criar seus filhos adequadamente, muitas vezes responsabilizada pela criminalidade e pobreza nas comunidades negras. Este estereótipo retrata as mulheres negras como incapazes de construir em uma estrutura familiar heteronormativa e patriarcal, culpabilizando as pelos problemas sociais estruturais e pela falta de oportunidades, além de deslegitimar suas capacidades maternas.

Por fim, Winnie Bueno recupera a personagem *Tia Anastácia*, da obra "Sítio do Picapau Amarelo", como representação de uma mulher negra submissa e invisível, que trabalha incansavelmente sem reconhecimento ou valorização. Esta imagem reforça a ideia de que as mulheres negras devem servir sem questionar, contribuindo

para a desvalorização do trabalho e das contribuições das mulheres negras, mantendo-as em papéis subordinados e marginalizados na sociedade.

Essas imagens de controle evidenciadas no contexto brasileiro desempenham funções semelhantes às daquelas dos Estados Unidos, perpetuando estereótipos que mantêm as mulheres negras em posições de subordinação e de marginalização. Entretanto, esse processo histórico tem sido fortemente desafiado pelas mulheres negras que, há séculos, têm fornecido narrativas de si que demonstram a complexidade das suas experiências individuais e coletivas. O processo de autodefinição identificado por Collins (2019), emerge como uma proposta muito relevante para desafiar as imagens de controle estabelecidas sobre as mulheres negras e de fornecer narrativas positivas de si e do coletivo.

Para a autora, a autodefinição é um processo fundamental pelo qual as mulheres negras reivindicam a autoridade sobre as suas próprias narrativas e identidades. Ao desafiar o processo de validação do conhecimento político que, por sua vez, é aquele que perpetua as imagens estereotipadas, as mulheres negras questionam as representações externas que as retratam de maneira desumanizadora e propõe representações construídas de forma autônoma pelas mulheres negras sobre as suas histórias, experiências e especificidades (Collins, 2019).

O processo de autodefinição ganha contornos coletivos no âmbito dos movimentos de mulheres negras, em especial no contexto brasileiro, no qual as ativistas têm tido um trabalho incansável para combater os as imagens construídas sobre as mulheres negras e sobre a população negra de forma geral. Considerando que as imagens de controle são elaboradas dentro de contexto no qual as dimensões do poder estão organizadas a partir de uma matriz de dominação, as estratégias elaboradas para reverter esse quadro, possuem uma dimensão política fundamental para a reconstrução da imagem das mulheres negras na sociedade.

As mulheres negras têm promovido reflexões no eixo da educação e da conscientização sobre a história e as contribuições das populações negras, implementando ações que visam corrigir a narrativa histórica frequentemente marginalizadora ou omissiva em relação às experiências dessas mulheres (Collins,

2019). Além disso, através da reivindicação de espaços na mídia, as mulheres negras têm contado suas próprias histórias e a partir da criação de conteúdos em filmes, séries, livros e blogs, fundamentais para apresentar imagens positivas e realistas¹⁶.

As mulheres negras têm se engajado ativamente na arena política para fornecer propostas e respostas políticas inovadoras, buscando garantir que suas experiências consideradas não apenas no processo de construção de diagnósticos da realidade social como também na proposição de projetos mais amplos de justiça social. Os mandatos coletivos por exemplo, em especial aqueles liderados por mulheres negras, foram considerados uma inovação democrática significativa no Brasil nas eleições da última década. Eles tomam como base contribuições teóricas dos feminismos negros e uma perspectiva interseccional, podendo assim desafiar as hierarquias estruturais e promover a participação direta da sociedade civil na política, estimulando a criação de um sistema mais justo e inclusivo (Machado *et al*, 2022; Porto, 2021).

Por fim, é importante destacar que a estratégia de autodefinição elaborada por movimentos de mulheres negras está diretamente ligada com a construção e o fortalecimento da sua identidade política coletiva, crucial para o engajamento nas disputas na arena política. No próximo Capítulo apresento um apanhado geral do histórico da atuação dos movimentos de mulheres negras, destacando os momentos que foram cruciais para a consolidação da identidade política e coletiva das mulheres negras.

1.3 – Um balanço crítico das produções acadêmicas sobre o histórico de atuação do movimento de mulheres negras brasileiras

Os primeiros estudos sobre as movimentações políticas das mulheres negras foram elaborados pelas próprias intelectuais e militantes dos movimentos, que buscavam registrar os episódios e as personagens mais relevantes à época e as principais

¹⁶ O trabalho de Bruna Pereira e Cristiano Rodrigues (2023) apresenta como o recente ativismo feminista negro digital tem contribuído para conscientizar o público e alterar a forma como pensam e tratam mulheres negras, desafiando o racismo e o sexismo. Para os autores, debates sobre transição capilar e afetividade da mulher negra, por exemplo, ganharam uma centralidade nunca vista e alcançaram uma audiência bastante ampla nos últimos anos, ainda mais quando comparadas ao alcance desse debate feito por ativistas e organizações do movimento negro conseguiram no passado.

reflexões relacionadas às suas experiências como mulheres negras. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, autoras como Lélia Gonzalez (1984,1988), Luiza Bairros (1991) e Sueli Carneiro (1985), publicaram textos centrais para a compreensão dos debates políticos protagonizados pelas mulheres negras no âmbito da contestação das desigualdades e construção de projetos de emancipação social. Entre eles, o texto *Por um feminismo afro-latino-americano*, publicado por Lélia Gonzalez em 1988, apresenta um registro histórico importante do discurso político elaborado por mulheres africanas da região e do contexto em que tais mobilizações ocorreram.

Uma iniciativa acadêmica-ativista pioneira do movimento de mulheres negras foi o *Dossiê Mulheres Negras*¹⁷, publicado em 1995 na Revista Estudos Feministas, que reúne textos de mulheres inseridas na academia e/ou nos movimentos sociais, trazendo reflexões sobre o entrelaçamento de gênero e raça, com especial destaque para a realidade das mulheres negras brasileiras. As temáticas abordadas pelo dossiê foram: movimento de mulheres negras e as tensões com homens negros e com feministas brancas; intelectuais negras; participação das mulheres negras em templos afro-baianos; direitos sexuais e reprodutivos; os estereótipos em torno da figura da mulata; a inserção no mercado de trabalho; trajetória educacional; entre outras. O dossiê apresenta textos de importantes intelectuais negras brasileiras, como Edna Roland, Matilde Ribeiro e Sueli Carneiro, além da tradução inédita do texto *Intelectuais Negras* da autora estadunidense bell hooks (Castro, 2018). Além desses, traz o texto *Nossos feminismos revisitados* da intelectual negra Luiza Bairros, que insere no contexto brasileiro os debates fundamentais para o feminismo negro sobre experiência e sobre ponto de vista com base nos escritos de Patricia Hill Collins.

Posteriormente, outros estudos sobre o movimento de mulheres negras buscaram preencher as lacunas sobre a temática, focando, na maioria das vezes, na descrição histórica do movimento, com base nos relatos das principais ativistas do movimento. O trabalho de Rosália Lemos (1997) é um dos primeiros elaborados nessa perspectiva, no qual a autora apresenta o processo de formação do Feminismo

¹⁷ Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/301>. Acesso em: 28/06/2022.

Negro¹⁸ no Rio de Janeiro, recuperando as percepções de cinco mulheres negras pioneiras na construção de um espaço político que contemplasse as reivindicações de gênero, raça e classe de maneira articulada. A importância do trabalho da autora está no fato dela realizar o registro acadêmico do surgimento dos primeiros coletivos autônomos de mulheres negras, como o REMUNEA (Reunião de Mulheres Negras Aqualtune), fundado em 1978 no interior do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN), no Rio de Janeiro; o N'ZINGA/Coletivo de Mulheres Negras formado em 1983, também no Rio de Janeiro; e a participação das mulheres negras em eventos importantes eventos nacionais e internacionais, como os Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe (EFLAC) e IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995 (Lemos, 1997).

Ainda nesta linha, a Dissertação de Cristiano Rodrigues (2006), buscou compreender os significados das ações coletivas e o impacto das reivindicações dos Movimentos de Mulheres Negras no âmbito dos sistemas político-institucionais. Para isso, apresentou um registro histórico que contempla os principais episódios, dilemas, conquistas, grupos e personagens que marcaram as primeiras duas décadas de formação dos movimentos de mulheres negras, como por exemplo intensos debates relativos à formação de uma articulação nacional autônoma do movimento de mulheres negras. Assim, o autor captura o processo de amadurecimento dos repertórios de ação coletiva e das elaborações discursivas dos movimentos de mulheres negras até se consolidarem como sujeitas coletivas de direitos na arena pública.

A partir dos anos 2010, se ampliou significativamente o volume de pesquisas que buscavam analisar e interpretar a construção dos movimentos de mulheres negras como sujeita coletiva e política, o que projetou intervenções no debate político e propôs projetos de emancipação, a partir de experiências interseccionais. Tal ampliação pode ser atribuída ao número crescente de mulheres negras que ingressaram nos cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil, especialmente a partir das ações afirmativas e da própria ampliação do ensino superior nos últimos

¹⁸ O termo Feminismo Negro está com letra maiúscula seguindo a escrita da autora.

anos (Castro e Oliveira, 2020; Mattos et al. 2020). Além disso, como destacou a autora Angela Figueiredo (2018), a maior presença dessas sujeitas políticas nas universidades acarretou também no aumento na quantidade de grupos e coletivos voltados para a discussão da temática racial e de gênero, conferindo um novo fôlego para a elaboração teórica e atuação prática do feminismo negro brasileiro.

Nesse sentido, o trabalho de Cláudia Pons Cardoso (2012) apresentou, não apenas uma recuperação histórica aprofundada do movimento de mulheres negras brasileiras, como também uma proposta teórica inédita do Pensamento Feminista Negro Brasileiro, a partir da elaboração política de suas entrevistadas. A autora inseriu o debate das feministas negras do Sul Global no diálogo decolonial, utilizando da perspectiva da colonialidade de gênero de Maria Lugones (2008) e a amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988), para interpretar as experiências das mulheres negras na diáspora africana. A autora apresentou uma elaboração distinta do processo de construção do movimento de mulheres negras, centrada desta vez mais na agência das mulheres, do que na reação às práticas machistas experienciadas nos movimentos negros e/ou ao racismo vivenciados nos movimentos feministas. Para ela, foi mais o amadurecimento político das mulheres negras e a busca por protagonismo que colaboraram com a construção de espaços autônomos no e do movimento de mulheres negras.

Importante mencionar também o trabalho de Ana Claudia Jaquette Pereira (2016) que, por sua vez, sistematizou a elaboração teórico-política das mulheres negras brasileiras a partir de suas experiências de ação coletiva. A autora indicou que “o desenvolvimento do movimento de mulheres negras sedimentou perspectivas analíticas e concepções de justiça social, dando vida a um pensamento social e político que se organiza pela contemplação própria das sobreposições de gênero e raça” (Pereira, 2016, p. 12). Um dos esforços apresentados na pesquisa foi a reconstrução da mulher negra como sujeita político-epistêmica, a partir das representações dos movimentos de mulheres negras e em oposição às representações desses corpos políticos presentes, até então, nos cânones das ciências sociais. O percurso analítico apresentado por ela foi central para estudos que pretendem identificar elementos interpretativos a partir de realidades sociopolíticas

atravessadas pela interseccionalidade de gênero e raça, como é o caso da presente pesquisa.

O trabalho da autora apresenta diálogo direto com as perspectivas mais tradicionais do campo de estudos dos movimentos sociais e adota uma abordagem compreensiva para se investigar as construções discursivas identitárias, representacionais e de ação social das mulheres negras. A partir disso, a autora identificou três modalidades de interações com o Estado, na forma como estas foram acionadas nos discursos dos movimentos de mulheres negras brasileiras: a *participativa*, reconhecendo o papel do Estado na promoção dos direitos e na reparação das violações; a *dissensual*, expondo os processos de exclusão e discriminação promovidos pelo Estado; e por fim, a *radical*, propondo a substituição das estruturas institucionais vigentes por novos modelos de organização política capazes de promover a justiça social de fato. Essas modalidades de interação com o Estado, acontecem, na maioria das vezes, de forma simultânea e ilustram a complexidade da atuação contemporânea das movimentações políticas das mulheres negras brasileiras.

De forma semelhante, o trabalho das autoras Ana Luísa Machado, Carla Rosário e Grécia Silva (2020) mapeia as mobilizações coletivas das mulheres negras identificando os *repertórios de interação* (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014) acionados por esses movimentos em direção ao Estado, desde o período da redemocratização até a contemporaneidade. Assim, as autoras identificaram os contextos políticos que impactaram na realização dos *protestos* e da ação direta, como por exemplo, a *Marcha das Mulheres Negras* de 2015; a *participação institucionalizada*, identificando a presença das mulheres negras nas diversas instâncias participativas, como no Conselho Nacional de Saúde, tendo elas sido essenciais para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

As autoras também apontaram que os movimentos de mulheres negras, a partir da *política de proximidade*, têm realizado um importante *lobby* feminista e antirracista, pressionando para a implementação de políticas públicas que beneficiem a população negra e reduzam as desigualdades de gênero e raça. Por fim, também demonstraram que o fato da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) ter sido comandada por militantes/intelectuais próximas ao movimento de mulheres negras, tais como Matilde Ribeiro, Luiza Bairos e Nilma Lino Gomes, contribuiu diretamente para a incorporação de ativistas do movimento de mulheres negras na equipe do

Ministério e para a inserção das questões das mulheres negras na agenda do órgão. O trabalho ainda faz um esforço inédito de aproximar as teorias *mainstream* dos movimentos sociais e as movimentações políticas das mulheres negras brasileiras, provocando um debate sobre os limites e as potencialidades da utilização desses arcabouços teóricos na construção de análises sobre os movimentos de mulheres negras.

A ocupação de cargos na burocracia, por exemplo, que ocorre mais comumente quando os governos são percebidos como aliados, gerando efeitos de retroalimentação sobre outras rotinas de interação foi discutida por Abers *et al*:

Movimentos sociais têm mais oportunidades de envolver-se na política de proximidade quando seus colegas ocupam cargos no governo. Quando amigos, aliados e companheiros de militância se tornam funcionários do Estado, conexões personalizadas entre atores estatais e não estatais são facilitadas. As negociações são muito mais prováveis de ocorrer em reuniões informais, não apenas nos ministérios, mas também durante o jantar, ou outros espaços externos às instituições estatais (Abers *et al*, 2014, p. 334).

Além desses, parte dos trabalhos tem se preocupado em recuperar e sistematizar a história do movimento de mulheres negras brasileiras, identificando-se aquelas dinâmicas organizativas internas do movimento, as mudanças nas estratégias discursivas e de ação política ao longo do tempo e a sua interação com as conjunturas políticas nacionais e internacionais. São os textos mais recentes que propõem um registro temporal ampliado, contemplando-se, assim, as mais de quatro décadas de atuação dos movimentos de mulheres negras, em âmbito local, nacional e internacional.

As autoras Flávia Rios e Regimeire Maciel (2018), por exemplo, apresentaram um panorama longitudinal do feminismo negro¹⁹ brasileiro, considerando as transformações das ações coletivas de mulheres negras ao longo das últimas décadas e os desdobramentos civis e estatais desse ativismo na contemporaneidade. A partir disso, as autoras identificaram a existência de três gerações distintas de ativismos

¹⁹ O termo feminismo negro está com letra minúscula seguindo a escrita das autoras.

que interagem com os processos de construção de lutas feministas e antirracistas na atualidade.

Em primeiro lugar, elas identificaram um *feminismo negro clássico*, que emergiria no contexto do ciclo de protestos pela redemocratização do país, a partir da década de 1980, e com a formação de coletivos autônomos de mulheres negras que articularam uma linguagem política inovadora de denúncias das especificidades das desigualdades de gênero e raça articuladas. Em uma dimensão discursiva, buscaram incorporar outras possibilidades de construção da identidade “mulher negra”, reafirmando o legado de resistência durante a escravidão e a postura guerreira, forte e corajosa das mulheres, em oposição à imagem de sexo frágil atrelada às mulheres brancas (Rios e Maciel, 2018, s/p).

Para as autoras, entre essa geração de ativistas, foi se construindo um consenso de que a transformação social passava, em alguma medida, pela agência estatal, o que culminou em um fortalecimento institucional no espaço civil e uma interação direcionada à esfera do Estado. Isso se tornaria ainda mais saliente a partir do final dos anos 1990, com a crescente abertura estatal para os movimentos sociais e com uma maior porosidade deste para com as demandas de grupos políticos minorizados. Especialmente com a chegada dos governos petistas ao poder, em 2003, os movimentos de mulheres negras passaram a ocupar posições estratégicas nos Conselhos e Conferências de políticas públicas e nos órgãos temáticos do Poder Executivo federal, como por exemplo o Conselho Nacional de Saúde e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) (Rios e Maciel, 2018, s/p).

A partir dos anos 2000, seria possível falar da emergência de uma geração de *jovens negras feministas* que teria surgido, em certa medida, como resultado dos processos de democratização do acesso ao ensino superior, especialmente promovidos a partir da implementação de ações afirmativas e/ou cotas raciais. São mulheres de origem periférica e/ou de classes mais baixas que ingressaram nas universidades e se formaram politicamente questionando o lugar historicamente destinado às mulheres negras e, sobretudo, com base nas reflexões teóricas elaboradas por intelectuais

negras. Assim, o contexto educacional se tornou um importante local de mobilização política, e especialmente, de elaboração e circulação de conhecimentos não hegemônicos, produzidos a partir das suas experiências compartilhadas como mulheres negras.

Rios e Maciel (2018) informam que esta geração de ativistas, além de manter uma relação direta com a geração anterior, reconhecendo o legado desses ativismos para as conquistas no campo das políticas públicas e avanços acessados por elas, também direcionaram o seu ativismo para as esferas estatais, atuando em espaços de mediação sócio-estatais, como os Conselhos e Conferências de políticas públicas (Rios e Maciel, 2018, s/p).

Comparativamente em relação à geração anterior, entre as jovens negras feministas prevaleceu o “caráter institucionalista dos movimentos sociais emergentes do contexto destacado, assim como uma subjetividade marcada pelo “ethos guerreiro” das mulheres negras” (Rios e Maciel, 2018, s/p). Entretanto, essa nova geração teria como diferenças fundamentais: o uso das redes sociais para uma comunicação política mais ampliada e para a defesa da sua autodeclaração como feministas negras, uma questão não consensuada na geração anterior; e a introdução da dimensão geracional como fator importante para a construção da sua identidade política (Rios e Maciel, 2018, s/p).

A terceira geração identificada pelas autoras, das *feministas interseccionais*, já irromperam na cena pública privilegiando a internet e as redes sociais como suas principais arenas de mobilização coletiva, inaugurando-se, assim, estratégias discursivas e organizativas inovadoras de denúncia das opressões relacionadas às desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade. A centralidade da discussão interseccional se traduz na inclusão de debates até então pouco explorados pelas gerações anteriores, evidenciando a diversidade das pautas das mulheres negras. Assim, aparecem na cena mais pública, com maior centralidade, debates como o do colorismo; das diferentes experiências afetivo-sexuais e a questão da solidão da mulher negra; a perspectiva das mulheres trans e travestis; e reflexões mais afrocentradas a partir do mulherismo africano.

É possível notar uma ruptura mais saliente no formato de ação coletiva da geração das feministas interseccionais, especialmente no que tange às formas de atuação:

Se por um lado, as redes digitais têm sido espaço de experimentação do novo ativismo, que disputa e rejeita estereótipos tradicionais e busca formas mais diversificadas de representação de si, por outro, encontram maiores dificuldades para gerar formas organizacionais mais sólidas ou redes de solidariedade social mais cristalizadas institucionalmente. Tendem a formar agentes midiáticos, porém com pouca adesão às velhas ou às novas formas de organização políticas. As figuras das mídias sociais, as influenciadoras ou ativistas digitais, paradoxalmente, forjam novas formas de ativismo marcadas por likes e seguidores, com pouco ou nenhum espaço para a construção coletiva de base e projetos comuns, exigências para projetos políticos de transformação social (Rios e Maciel, 2018, s/p).

A confluência entre as três gerações ocorreria não apenas entre os grupos de mulheres negras, como também dentro, já que pode ocorrer ainda a partir de dentro de uma mesma organização, como é o caso do Geledés. O Geledés Instituto Mulher da Mulher Negra, formado no final dos anos 1980, com uma atuação política diversa, entre elas o Portal Geledés²⁰, canal de divulgação online da instituição que reúne conteúdos políticos que podem ser atribuídos às três gerações descritas pelas autoras (Rios e Maciel, 2018, s/p.). Outro exemplo seria o Instituto Odara (BA) - Instituto da Mulher Negra²¹, organização feminista e negra fundada em 2010, na Bahia, com uma atuação múltipla, alguns momentos direcionada ao Estado, mas centrada na capilarização das pautas das mulheres negras nas comunidades locais e a partir do ativismo na internet.

A sistematização do conjunto das obras dessas autoras é interessante porque apresenta as mudanças e as permanências do feminismo negro em diferentes ciclos políticos, desde o período da redemocratização, passando pelo estabelecimento democrático até chegar na atual crise (ou morte) da democracia; considerando a centralidade da interação dessas três gerações de ativismos. Além disso, apresenta o desenvolvimento dos três formatos contemplando as suas respectivas complexidades, de modo que não se restringe à naturalização das continuidades da atuação dos grupos de mulheres negras, nem retrata as mudanças organizativas e de conteúdo político como rupturas muito drásticas. A partir da perspectiva longitudinal,

²⁰ <https://www.geledes.org.br/>

²¹ <https://institutodara.org.br/>

a atuação dessas três gerações pode ser enquadrada em um *continuum* no qual as ativistas anteriores iam “abrindo os caminhos”, para que as próximas gerações, pudessem construir suas gramáticas próprias de ativismo e de movimentação política, em prol da emancipação das mulheres negras.

Na visão das autoras, fica evidente que o discurso antirracista e feminista tem ganhado força com a atuação confluyente desses três campos ao longo das últimas décadas, adentrando em espaços que vão desde às instituições do Estado, passando pelo mercado e até mesmo nos grandes meios de comunicação. Além disso, apesar de terem formações históricas, processos de consolidação e estratégias de ação coletivas distintos, esses três campos confluem no desafio atual de confrontarem às reações conservadoras contrárias à avanços no âmbito dos direitos das mulheres, das pessoas negras, da população LGBTQIA+ e da população indígena (Rios e Maciel, 2018).

De forma semelhante, Cristiano Rodrigues e Viviane Gonçalves Freitas (2021) também fornecem interpretações fundamentais para compreendermos o desenvolvimento das lutas das mulheres negras brasileiras e o impacto delas nas diferentes dimensões da sociedade. Eles sistematizam esse histórico em três “tempos”, considerando, primeiramente, a emergência dos primeiros grupos de mulheres negras na década de 1980; em seguida a institucionalização das organizações de mulheres negras nas décadas de 1990 e 2000 e, em um terceiro momento, apresentando a diversidade da atuação política contemporânea das mulheres negras diante dos desafios colocados pela conjuntura política atual.

Um problema fundamental dos textos recortados acima é que eles se concentram, quase exclusivamente, nas ações coletivas de grupos e de organizações oriundas do eixo Sul-Sudeste do país. De um lado, tal representação é um reflexo das próprias desigualdades internas ao próprio movimento, considerando-se que os grupos que mais recebem destaque, financiamento e reconhecimento nacional, como Criola (RJ) e Geledés (SP) são da região Sudeste. Entretanto, é preciso elucidar também como as organizações e as personagens de outros contextos do país, como o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará/CEDENPA (PA) e ativistas como Nilma Bentes,

Zélia Amador de Deus, Valdeci Nascimento, vêm colaborando historicamente para o fortalecimento dos movimentos de mulheres negras, tanto em nível local, mas especialmente em âmbito nacional.

Esse deslocamento do eixo Sul-Sudeste aparece no trabalho de Marjorie Matos (2017) que, por sua vez, recupera a trajetória do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, o primeiro grupo com esse perfil formado no estado do Maranhão, fundado na década de 1980, na capital São Luís. O trabalho da autora apresentou o histórico de formação e atuação do grupo, além de uma reflexão sobre como a geopolítica do contexto maranhense influenciou na construção dos direitos humanos das mulheres negras. A pesquisa se baseou, majoritariamente, em dados coletados a partir de entrevistas com membras do grupo, centra-se nas vivências, experiências e posicionalidades dessas mulheres negras pioneiras na construção dos debates que reivindicam a ampliação dos direitos a partir de uma perspectiva interseccional.

Em relação à autoria dessas pesquisas, é possível identificar que são estudos elaborados a partir das mais diversas áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, ciência política, ampliando a presença da temática no âmbito da academia. Em uma perspectiva histórica, é possível identificar como as intelectuais e militantes do movimento de mulheres negras tiveram um papel fundamental tanto na definição de uma agenda de estudos, quanto na produção dos mesmos (Pereira, 2016). Entretanto, tal tendência parece estar se alterando, considerando que ainda que algumas pesquisadoras do tema mantenham vínculos pessoais com os movimentos analisados, percebe-se uma diversificação do perfil acadêmico que se volta para esta temática, contando por exemplo com a presença de homens negros e mulheres brancas e outras sujeitas que mantêm uma relação mais distanciada das ações dos movimentos de mulheres negras.

Ao longo desse capítulo, busquei inserir o tema da pesquisa nas discussões teóricas mais gerais sobre movimentos sociais e ações coletivas, identificando as principais contribuições do campo e como esses debates irão contribuir para a interpretação das movimentações políticas da AMNB. Essas teorias evoluíram significativamente nas

últimas décadas, adaptando-se às transformações contextuais e à complexificação das análises sobre participação política. No Brasil, essa evolução foi marcada pela diversificação das categorias analíticas, permitindo uma melhor interpretação das interações entre atores sociais e o Estado.

Entretanto, em relação ao tema das ações coletivas das mulheres negras, considero que ainda há uma carência de debates teóricos e empíricos que enfoquem especificamente as movimentações coletivas protagonizadas por mulheres negras, as quais frequentemente são analisadas às margens dos movimentos negros ou feministas, sem a devida consideração de suas características e especificidades únicas.

Diante disso, para preencher essa lacuna, me apoiei nas contribuições das intelectuais feministas negras, que oferecem contribuições valiosas para a análise de poder e ação coletiva, propondo uma abordagem mais inclusiva e abrangente. Ao reconhecer as discussões elaboradas por teóricas feministas negras como parte da teoria política, identifico a necessidade de ampliar e aprofundar os debates sobre os movimentos de mulheres negras, valorizando suas experiências e contribuições para a construção de um entendimento mais completo das dinâmicas sociais e políticas contemporâneas.

Com esse panorama teórico delineado, apresento a partir do próximo capítulo os fatores que contribuíram para a criação da AMNB no ano 2000 e para o seu fortalecimento nos anos seguintes. Começo essa discussão a partir de uma recuperação histórica que mostra a construção do sujeito político mulheres negras, passando pelos elementos conjunturais que favoreceram a formação da articulação e por fim, apresento os debates em torno da institucionalização da AMNB, bem como o formato organizacional adotado por esses grupos de mulheres negras.

CAPÍTULO 2 - O PROCESSO ANTERIOR À CONSOLIDAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS (AMNB)

A Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras surgiu no contexto da Conferência de Durban. Foi o processo de Durban que criou essa Articulação para organizar a participação política das mulheres negras na Conferência e eu acho que é um dos momentos mais bonitos do movimento de mulheres negras brasileiro (Lucia Xavier apud Eghari, 2021).

[...] foi a AMNB que barbarizou na África do Sul, eu não fui, mas sei que barbarizou, foi quem negociou, mas foi também quem bateu, foi quem centralizou, não foi por acaso que Edna Roland virou a relatora da conferência, barbarizou em 2001[...] (Valdeci Nascimento, 2022).

As mulheres negras protagonizaram as lutas pela emancipação dos negros e negras desde o início da modernidade colonial. A intelectual negra, Jurema Werneck (2010) destaca, por exemplo, a existência de irmandades femininas negras no período escravocrata que tiveram grande importância no estabelecimento de condições materiais para a sobrevivência da população negra. Também participaram dos quilombos e das revoltas de combate e resistência ao regime escravista, desempenhando papéis de liderança política e/ou econômica. Contemporaneamente, estiveram inseridas nas diversas organizações formadas após a abolição da escravidão, como a Frente Negra Brasileira; o Teatro Experimental do Negro (TEN); o Movimento Negro Unificado (MNU); entre outras, que tiveram um papel central no reconhecimento formal dos direitos e da cidadania da população negra brasileira.

Nesse sentido, uma das primeiras experiências de ação coletiva protagonizada majoritariamente por mulheres negras é criação da Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos, fundada por Laudelina de Campos Melo, ainda na década de 1930, para pautar o reconhecimento jurídico da categoria das trabalhadoras domésticas e os seus direitos trabalhistas (Castro, Rosário e Silva, 2020). Esta e outras organizações de trabalhadoras domésticas foram pioneiras na construção de uma luta sindical liderada, em sua maioria, por mulheres negras, antes mesmo dos feminismos pautarem a inserção da mulher no mercado de trabalho. Entretanto, considerando-se o legado escravista em torno do trabalho doméstico, foi apenas com a aprovação da Emenda Constitucional de número 72, em 2013, que as

trabalhadoras domésticas foram formalmente equiparadas aos demais trabalhadores do país (Bernardino-Costa, 2015).

Outro grupo importante é o Conselho Nacional de Mulheres Negras, criado em 1950 por Maria de Lourdes Vale Nascimento, Elza de Souza, Guiomar Ferreira de Mattos e por outras mulheres negras que foram apagadas da história. Apesar de não haver muitos registros acadêmicos e históricos sobre esta organização, sabe-se que ela foi criada a partir do Teatro Experimental do Negro, como um órgão que objetivava promover “a integração da mulher de cor na vida social” e seu desenvolvimento “educacional, cultural e econômico” (Gomes *et al.*, 2021, p. 415; Xavier, 2020). Entre as propostas da organização estavam: a criação de uma associação para as empregadas domésticas, a realização de cursos de alfabetização e de orientação materna, a oferta de assistência jurídica e outras ações voltadas para o acolhimento de crianças negras (Xavier, 2020, p. 62).

Importante pontuar também o papel político que as lideranças femininas dos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas desempenharam para a manutenção das comunidades negras. Como destaca Beatriz Moura e Dora Barreto (2020), as mulheres de axé estão na vanguarda das lutas e da resistência das comunidades negras, desde o período da escravidão, quando compravam a alforria dos negros e negras escravizados; até na atualidade, quando garantem a sobrevivência material e espiritual das suas comunidades. Além disso, são tradições que contemplam, desde o seu surgimento, o enfrentamento ao racismo, ao machismo e a outras formas de opressão coloniais (Flor do Nascimento e Botelho, 2020).

Esse brevíssimo panorama serviu para expressar a riqueza e a pluralidade das trajetórias históricas de luta das mulheres negras, que tanto em uma perspectiva individual, quanto coletiva, tem produzido ações importantíssimas de combate às opressões, capazes de abrir brechas desarticuladoras da ordem social, indicar outras formas de se relacionar com o mundo e propor projetos, de fato, emancipatórios para a população negra brasileira. É a partir desse legado histórico que a Articulação das Organizações do Movimento de Mulheres Negras (AMNB) foi criada, com o objetivo

de promover a defesa dos direitos das mulheres negras no Brasil combatendo as múltiplas formas de opressão e discriminação que afetam este grupo.

Nesse sentido, ao longo deste capítulo examino o processo que se configurou anteriormente à própria consolidação da Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), destacando os principais marcos históricos e as mobilizações fundamentais que culminaram na formação da organização. A análise começa com o processo de construção de uma “sujeita política” mulheres negras, fundamental para consolidar uma narrativa que demonstrasse a necessidade da criação de espaços efetivamente autônomos de mulheres negras. Em seguida, apresentamos uma discussão contextual dos fatores políticos, econômicos e sociais antecederam o processo de criação da entidade, com destaque para acontecimentos no contexto internacional, como a *III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância* (2001), cruciais para compreender a consolidação da articulação política das mulheres negras brasileiras. O capítulo também discute os desafios enfrentados na construção de uma articulação nacional, incluindo as tensões regionais e as críticas à ONGuização dos movimentos sociais. Por fim, o capítulo contextualiza a relevância das conferências internacionais e das redes de ativismo transnacional para a consolidação da AMNB, evidenciando o seu protagonismo nas lutas antirracistas do país.

2.1 – Por que mulheres negras? Consolidação de uma sujeita política *mulheres negras*

Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou da mulher branca.

Boletim do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, 1988

O fortalecimento dos movimentos de mulheres negras que observamos na contemporaneidade é fruto de um processo histórico de maturação da sua identidade política. Nesse sentido, ao longo desta seção, identificamos alguns dos principais episódios e pautas que colaboraram para a construção das identidades políticas das

mulheres negras, relacionando como esse enquadramento discursivo foi estratégico para ecoar com mais força as suas demandas. Um dos primeiros registros formais da identidade política das mulheres negras foi expresso no *Manifesto das Mulheres Negras* apresentado durante o Congresso de Mulheres Brasileiras, evento realizado no âmbito do Ano Internacional da Mulher, em 1975. O documento, lido por Lélia Gonzalez e outras ativistas negras, destacou as especificidades das experiências das mulheres negras e o impacto da dominação racial nas suas vidas, chamando atenção para os efeitos contemporâneos da exploração sexual das mulheres negras iniciada desde o período colonial (Caldwell, 2010).

A formação dos primeiros espaços e coletivos autônomos de mulheres negras, como o REMUNEA (Reunião de Mulheres Negras Aqualtune), fundado em 1978 no interior do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN) no Rio de Janeiro; o NZINGA/Coletivo de Mulheres Negras formado em 1983, também no Rio de Janeiro e o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo formado em 1984, na capital paulista, foi fundamental para a construção de um sujeito político-coletivo mulher (Abdalla, 2021). As organizações mistas do Movimento Negro também vão formar espaços de mulheres negras, como o Grupo de Mulheres Negras, criado na década de 1980 pelas integrantes do Movimento Negro Unificado (MNU) da Bahia. São processos fundamentais para uma ruptura política estratégica das mulheres negras com os movimentos feministas e com os movimentos negros, articulando, de forma inovadora, os impactos do racismo na construção de estruturas desiguais de gênero e o impacto do machismo na construção de estruturas racistas (Abdalla, 2021; Rodrigues, 2006).

Entre as décadas de 1980 e 1990, as mulheres negras se reuniram em seminários, coletivos, reuniões e outros eventos auto-organizados²² para debaterem de forma mais autônoma sobre as suas demandas políticas. Foram espaços determinantes para a formulação da agenda e para o desenvolvimento de estratégias de atuação política das mulheres negras, e espaços em que emergiram algumas discussões temáticas centrais para a construção da sua identidade política.

²² A lista desses eventos está descrita no Anexo 4.

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras de 1988, por exemplo, realizado em Valença, no Rio de Janeiro, foi organizado em um contexto de intensas mobilizações em torno da celebração e comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura no país e das denúncias por parte dos movimentos negros da farsa da abolição. Com a participação de 450 mulheres de diversos estados, o encontro teve como objetivo principal a criação de referenciais próprios para as mulheres negras, desvinculando-se das perspectivas dos homens e das mulheres brancas (Moreira, 2007; Damasco, 2009; Cardoso, 2012).

Este encontro foi precedido por vários eventos locais e regionais que possibilitaram a mobilização e o aprofundamento do debate político entre as próprias mulheres negras. Um exemplo é o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, organizado pelo Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 1986. A realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras foi, portanto, um desdobramento natural dessas articulações anteriores debates e resoluções do encontro abordaram questões cruciais como a discriminação racial e de gênero, a inserção no mercado de trabalho, a educação e a saúde da mulher negra (Moreira, 2007; Damasco, 2009; Cardoso, 2012).

A partir deste evento, foi possível estabelecer um diálogo inicial para o estabelecimento de uma plataforma política que visava denunciar as desigualdades existentes e promover a organização autônoma das mulheres negras no Brasil. O I Encontro Nacional de Mulheres Negras também foi um espaço para fortalecer a identidade e a unidade do movimento de mulheres negras, permitindo a troca de experiências e a construção de uma agenda política comum. O evento evidenciou a importância da autonomia das mulheres negras na luta por seus direitos e é considerado um marco fundacional dos movimentos de mulheres negras na contemporaneidade, delimitando também o início de uma nova fase no movimento, caracterizada pela articulação nacional e internacional (Moreira, 2007; Damasco, 2009; Cardoso, 2012).

Nos anos seguintes, espaços como o II Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em 1991, em Salvador, na Bahia; o 1º Seminário Nacional de Mulheres Negras realizado em Atibaia (SP), em 1993; o 2º Seminário Nacional de Mulheres

Negras foi realizado em Salvador, em 1994; foram palcos de intensos debates sobre o formato ideal de estrutura organizativa para os movimentos de mulheres negras e sobre as suas agendas prioritárias, temas que dificilmente alcançaram consenso entre as ativistas da época. Sobre II Encontro Nacional, a autora Eliana Borges Silva (2000) destaca:

O II Encontro foi realizado em condições bastante desfavoráveis, reflexo da crise da qual passava o Movimento de Mulheres Negras: a desproporcionalidade das participantes em relação aos Estados, os lutas internas, a falta de diretrizes estabelecidas dentro de uma prática democrática mais definida, a escassez de recursos mínimos para as entidades, enfim, uma série de fatores, apontavam para a necessidade de reavaliar o próprio movimento no sentido de garantir maior mobilização e participação das mulheres negras de todo o país. (SILVA, 2000, p. 90)

A autora Rosália Lemos (1997) também indica estas dificuldades enfrentadas pelo movimento, especialmente em relação a heterogeneidade das mulheres negras. Ela destaca que as “diversas concepções políticas, mal trabalhadas, acabaram por prejudicar o andamento do movimento” (1997, p. 102). O trabalho de Ana Cristina Conceição Santos (2016) destaca que as divergências entre as participantes desses eventos estavam relacionadas a questões como: o valor alto das inscrições, a possibilidade da participação de homens negros e de mulheres brancas, as influências partidárias, além das denúncias por parte de um grupo de participantes ao perfil academicista do evento. Diante disso, a partir da segunda metade da década 1990, as mulheres negras acabaram deixando de lado esse processo de construção coletiva em nível nacional e optaram por direcionar as suas estratégias de atuação em outras direções (Roland, 2000).

Ainda assim, é possível perceber que a década de 1990 foi palco de momentos cruciais para a consolidação de um sujeito político *mulher negra*. Como destaca a autora Joselina da Silva (2014, p. 30), “os encontros nacionais de mulheres negras foram também produtores de elaborações de complexas e sofisticadas construções analíticas e políticas do pensamento das mulheres negras brasileiras”. Foram momentos inéditos em que mulheres negras das cinco regiões do país puderam discutir coletivamente suas vivências e propor estratégias de combate ao racismo e ao machismo (Castro, 2018).

Entre os debates que contribuíram para a consolidação das mulheres negras como sujeitas políticas autônomas está a questão dos direitos reprodutivos, por exemplo, que ganhou bastante destaque na agenda política com a denúncia das esterilizações em massa de mulheres negras e pobres no Brasil, tornando-se tema de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional. O debate sobre as esterilizações em massa ficou mais saliente a após o *Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos* realizado pela organização não governamental Geledés – Instituto da Mulher Negra, em agosto de 1993, como parte da preparação para Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, em 1994. Na ocasião, as mulheres negras marcaram um posicionamento combativo diante das denúncias de que o Estado brasileiro estava sendo conivente com a esterilização cirúrgica em massa de mulheres negras brasileiras (Damasco, 2009).

As repercussões em torno da polêmica sobre a prática de esterilização cirúrgica no Brasil culminaram na criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), apresentada e presidida pela deputada Benedita da Silva (PT/RJ), com o objetivo de investigar a incidência da esterilização em massa de mulheres no Brasil. Importantes nomes do movimento de mulheres negras como Luiza Bairros, Edna Roland e Jurema Werneck, tiveram um papel importante na criação da CPMI e prestaram depoimentos, apresentando críticas e denunciando o viés racista das políticas de controle de natalidade da população negra. As discussões promovidas pela CPMI culminaram na criação de um projeto de lei que normatizava e impedia a prática abusiva de esterilização cirúrgica no Brasil, regulamentada pela Lei de Planejamento Familiar, aprovada em 1996 (Damasco, 2009).

Esse debate comprova como os diversos marcadores de opressão interagem e afetam os sujeitos políticos de forma distinta. O movimento feminista hegemônico por exemplo, pautava a autonomia reprodutiva a partir da legalização/descriminalização do aborto e da abolição da maternidade compulsória, mas no caso específico das mulheres negras, esse debate estava ligado a questões mais complexas como a possibilidade do exercício da maternidade de forma integral, negada desde o período da escravidão. A liberdade reprodutiva das mulheres negras inclui, por exemplo, o

direito de não ter os seus filhos assassinados por um Estado genocida que mata cada vez mais jovens negros (Castro, 2018).

Importante pontuar que esse processo de construção da autonomia política das mulheres negras não foi desenvolvido sem críticas e tensionamentos por parte dos homens dos movimentos negros e mesmo das mulheres dos movimentos feministas hegemônicos. No contexto dos movimentos negros, muitos homens viam a emergência de uma agenda específica para as mulheres negras como uma divisão desnecessária, argumentando que a luta contra o racismo deveria ser prioritária e unificada. Essa perspectiva ignorava as interseccionalidades de opressão que as mulheres negras enfrentavam, onde o racismo e o sexismo se entrelaçavam de maneira única. Já as feministas hegemônicas, que frequentemente priorizavam questões de gênero e deixavam de lado as questões de raça e classe, assumiam uma postura bastante defensiva acusando as mulheres negras de serem “agressivas” ou “raivosas” e argumentando que elas estariam causando conflitos nas lutas das mulheres (Gonzalez, 2018, Carneiro, 2011, Caldwel, 2017).

Ao longo desses processos de atuação dos movimentos de mulheres negras, é possível identificar uma mudança de enquadramento da sujeita política *mulher negra* no singular, para uma construção cada vez mais diversa da identidade *mulheres negras*. Nas últimas décadas, com a ampliação cada vez maior desses coletivos, observamos a construção de espaços que buscavam contemplar outros marcadores de opressão para além mulher negra, afirmando identidades de jovens negras; lésbicas negras; mulheres trans negras; mulheres negras nordestinas; mulheres negras amazônidas, entre outras. Tal mudança tem sido fundamental para ampliar as bases dos movimentos de mulheres negras, complexificando não apenas a sua atuação política, como também as respostas dadas aos problemas enfrentados pelo grupo.

Além disso, é possível perceber que, em um primeiro momento, o enquadramento discursivo da tripla opressão foi fundamental para demarcar as especificidades das mulheres negras nos primeiros anos de atuação, dando peso para a relevância do racismo e do sexismo na construção das experiências de opressão. Atualmente, as

discussões sobre interseccionalidade conferiram um aprofundamento teórico a esses debates, ampliando o diagnóstico sobre os sistemas de opressão.

2.2 - Por que agora? Alguns acontecimentos políticos anteriores à institucionalização da AMNB no ano 2000

Os anos que antecederam a formalização da AMNB pode ser retratados das mais variadas formas. No campo político, foram os primeiros anos após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que trouxeram, não só uma promessa democrática, como também um otimismo relacionado à ampliação dos direitos sociais e políticos. O novo texto constitucional trouxe a tentativa de universalização da cidadania e da afirmação do dever do Estado na garantia desses direitos.

No âmbito da economia, é possível afirmar que a década de 1990 foi marcada pelo acirramento das políticas neoliberais na América Latina, em especial no contexto brasileiro. Essas políticas neoliberalizantes culminaram na chamada reforma do Estado, ou seja, no ajuste do seu papel, reduzindo-se a sua intervenção direta na economia e promovendo a privatização de empresas públicas, a desregulamentação dos mercados e a abertura comercial e financeira ao capital estrangeiro. As políticas sociais foram reorientadas para focar em programas específicos destinados aos grupos mais vulneráveis, ao invés de políticas universais abrangentes, abordagem que visava racionalizar os recursos e aumentar a eficiência dos serviços públicos. Além disso, houve um movimento significativo de privatizações e a criação de parcerias com o setor privado para a prestação de serviços públicos, transferindo-se para a iniciativa privada serviços auxiliares ou de apoio, como limpeza e transporte, bem como a execução de atividades na área social através de organizações sociais (Carinhato, 2008).

Além disso, como mostra o trecho a seguir, retirado do documento *Nós, mulheres Negras - Diagnóstico e propostas - Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas*

*Correlatas de Intolerância*²³, o Brasil enfrentava índices bem negativos de desenvolvimento humano em comparação com outros países, ainda mais quando esses dados eram desagregados por gênero e raça:

O Brasil em 1999 foi classificado como um país de desenvolvimento humano mediano, ocupando a 79.a posição, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que é um instrumento de avaliação e mensuração das condições materiais e sociais de vida dos povos. Todavia, quando os indicadores de desenvolvimento humano são desagregados por sexo e raça da população afrodescendente no Brasil, conforme elaborado pela Federação de Associações de Órgãos de Assistência Social e Educação (FASE), evidenciam o impacto do sexismo e do racismo, fazendo com que o IDH relativo à população negra ocupe a 108 posição, em contraponto ao da população branca, que ocupa a 49 posição. A expectativa de vida que o IDH desagregado por gênero e raça revela para os segmentos da população são respectivamente: homem branco 69 anos; mulher branca 71 anos; homem negro 62 anos; e mulher negra 66 anos. A média de expectativa de vida para o total de brancos é de 70 anos e para o total de negros é de 66,8 anos. Os dados relativos à renda informam que o PIB per capita da mulher negra é de 0,76 SM; homem negro: 1,36 SM; mulher branca: 1,88 MS do homem branco: 4,74 SM. No tocante ao índice de escolaridade são respectivamente: 82% para homem branco; 83% mulher branca; 76% para mulher negra; e 70%; para homem negro (AMNB, 2001, p.11).

O documento também expõe outros dados sobre a situação das mulheres negras no período, desta vez no âmbito da educação e no acesso ao mercado de trabalho:

A Pesquisa sobre Padrões de Vida (1996-1997) mostra que a população branca tem maior escolaridade do que a afrodescendente em todas as faixas de idade, com desigualdades educacionais mais acentuadas entre as crianças de 0 a 6 anos, com uma diferença de 8,4 pontos percentuais: 31,9% para os brancos e 23,5% para pretos e pardos; e entre os adolescentes de 15 a 17 anos, com 10,7 pontos percentuais (brancos 80,1% e pretos/pardos 69,4%) (AMNB, 2001, p. 10).

Em 1998 havia no Brasil cerca de 400 mil meninas de 10 a 16 anos, pobres e a maioria negra, trabalhando em "casas alheias". A rigor não são trabalhadoras domésticas, mas "quase" escravas, pois foram "pegas para criar e pagam para serem criadas Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), respectivamente, 3% das "criadas-meninas" não estudam e 23% realizam jornadas superiores a 48 horas semanais (AMNB, 2001, p. 10).

²³ Documento retirado do arquivo institucional da AMNB. Esse documento reúne as principais reivindicações feitas pelas mulheres da AMNB em 2001 e pode ser considerado um dos documentos inaugurais de posicionamento político da articulação. Ele serviu como base para o seu posicionamento coletivo na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, de Durban, em 2001.

Essas desigualdades interseccionais foram bastante criticadas pelos movimentos sociais, em especial pelos movimentos antirracistas. É precisamente na década de 1990 que os movimentos negros protagonizaram um dos mais importantes capítulos da sua história de lutas: a Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 20 de novembro de 1995, em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares. A Marcha reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília que bradaram o slogan político: "contra o racismo, pela cidadania e a vida", tendo a participação de diversas lideranças do movimento negro, sindicalistas e representantes de organizações populares (Rios, 2008).

Sobre a Marcha de 1995, Sueli Carneiro afirma o seguinte:

Considero a Marcha Zumbi contra o Racismo pela Cidadania e a Vida o ato político mais importante realizado pelo Movimento Negro brasileiro nos últimos vinte anos. A Marcha demonstrou que somos capazes de dar à luta contra o racismo um caráter unitário e nacional, respeitando as diferentes perspectivas de ação política existentes no Movimento Negro. Esta ação unitária e nacional nos habilita como interlocutores dos poderes constituídos de nossa sociedade, e nos coloca como agentes de transformação das condições de vida do povo negro deste país (Carneiro *apud* Eghari, 2021).

A marcha foi coordenada por organizações como a Agentes de Pastoral Negros (APN's), o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB), Central de Movimentos Populares, Confederação Geral dos trabalhadores (CGT), Comunidades Negras Rurais, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento Pelas Reparações (MPR), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e Grupo de União e Consciência Negra (Grucon). Em sua maioria, estas são organizações que têm atuação em nível nacional e apenas uma delas parece ser exclusiva de mulheres negras²⁴.

²⁴ A partir das fontes consultadas, não foi possível identificar maiores informações sobre esse Fórum de Mulheres Negras. Trabalhos como o de Cristiano Rodrigues (2006), Marques (2021), citam a existência anos mais tarde do Fórum Nacional de Mulheres Negras, indicando que Fórum teria se consolidado ano de 2003, congregando mulheres negras militantes de quaisquer entidades negras, sejam elas específicas, ou não, de mulheres. O autor registra uma disputa de legitimidade entre o Fórum Nacional de Mulheres Negras e a AMNB, especialmente no âmbito da representação dos interesses das mulheres negras. No trabalho de Rosália Lemos (2016), o Fórum Nacional de Mulheres Negras aparece como uma das organizadoras da Marcha das Mulheres Negras de 2015. O trabalho de Elissa Marques (2021) apresenta entrevistas realizadas com mulheres integrantes da organização mas não aprofunda em uma descrição da instituição. Considerando que essa organização

Entre as organizações de mulheres negras presentes no dia do ato destacam-se Geledés, que nesse momento já despontava como uma das principais organizações de mulheres negras do país. Além disso, a fala da deputada negra Benedita da Silva, “nós queremos que esse Brasil mostre a sua cara negra e mostre a sua cara com graça e mostre a sua cara com raça e mostre também a mulher brasileira: nós mulheres negras estamos aqui!”²⁵, expressa a presença das reivindicações das mulheres negras no ato.

O documento²⁶ produzido pelos organizadores e entregue aos representantes do Estado no dia da Marcha apresenta o conteúdo político das reivindicações do grupo. Ao longo das suas 19 páginas de texto é apresentado um diagnóstico robusto acerca da realidade da população negra no âmbito da educação, do acesso ao mercado de trabalho, do acesso a saúde, da violência, entre outros. Também foi apresentado um Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, com oito eixos de propostas para a superação das desigualdades e para a consolidação da democracia no país.

Cabe pontuar que, na primeira página do documento, é reconhecida a “emergência do Movimento de Mulheres Negras, com fisionomia própria e caráter nacional, que duplamente luta contra a opressão racial e de gênero”. Entretanto, nas páginas seguintes é notável a ausência de um registro específico sobre as questões que atravessam as mulheres negras brasileiras, temática que à época, já contava com produções bastante aprofundadas. O único tópico que trata mais especificamente das questões das mulheres negras é o da saúde, que apresenta dados relativos à

tem aparecido esporadicamente nos registros dos movimentos de mulheres negras, seriam necessárias pesquisas mais aprofundadas para identificar as idealizadoras e participantes da entidade, bem como as suas estratégias de atuação.

²⁵ Trecho retirado do documentário Marcha Zumbi dos Palmares – 1995, realizado pela Ipê- vídeos produções. Roteiro e direção foram de Edna Cristina, com narração de Chico Sant’anna e texto e edição realizados por Roberto Menezes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K8IPjx_Z_wQ Acesso em: 07/06/2024.

²⁶ Documento disponível em <https://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia/docset/910>. Acesso em: 07/06/2024.

mortalidade materna, à incidência de miomas em mulheres negras e de histerectomias e os números alarmantes de esterilização das mulheres em idade reprodutiva.

A Marcha Zumbi dos Palmares representou um momento crucial de mobilização e articulação do movimento negro no Brasil, sendo seguido de uma audiência com o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e uma Sessão Solene no Congresso Nacional. Em resposta à Marcha, foi anunciado a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para discutir e propor políticas públicas voltadas para a “valorização população negra”, marcando um importante marco de reconhecimento e enfrentamento das desigualdades raciais pelo Estado brasileiro (Rios, 2008).

O GTI era vinculado ao Ministério da Justiça e iniciou as suas atividades em 1996, contando com representantes de diversos Ministérios, bem como de ativistas dos movimentos negros. Na composição oficial estava um representante de cada Ministério (Justiça, Cultura, Educação, Esporte, Planejamento e Orçamento, Relações Exteriores, Saúde e Trabalho), além de um representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. No âmbito da sociedade civil, seus membros foram Abigail Páschoa, Vovô, Dulce Maria Pereira, João Jorge, Hélio Santos, Joaquim Beato, Vera Regina Santos Triumpho e Zélia Amador. Importante pontuar que o grupo da sociedade civil tinha paridade de gênero e buscou contemplar representação de todas as regiões do país (Eghari, 2021).

Apesar da sua relevância, o GTI não logrou grandes avanços no âmbito do combate às desigualdades raciais e foi duramente criticado pelos movimentos negros nos anos seguintes. Conforme a avaliação de Marilene de Paula (2010, p. 55), a partir de uma análise dos resultados dos trabalhos do GTI, fica evidente a sua fragilidade. As ações realizadas se destacaram principalmente por eventos de sensibilização sobre a questão racial, elaboração de publicações informativas e analíticas, e articulações nos Ministérios para a implementação de programas ou de alguma legislação específica. O papel atribuído ao GTI era bastante desafiador: propor ações aos Ministérios e órgãos públicos para a implementação de políticas, o que exigia vontade política e apoio dos centros de decisão do governo, algo que parece não ter sido alcançado

naquele momento. A autora ainda reforça a necessidade de ponderar que as instituições do Estado não são neutras, mas sim estruturas que perpetuam, em certa medida, visões preconceituosas e discriminatórias sobre a adoção de políticas de ação afirmativa para grupos minoritários, o que se tornou em uma barreira para políticas mais ousadas nessa área (Paula, 2010, p. 55).

Alguns anos após a implementação do GTI, o Comitê Impulsor Pró III Conferência de Combate ao Racismo²⁷, representado por Sueli Carneiro, entregou uma Carta para a Alta Comissária das Nações Unidas contendo as suas críticas, não apenas aos trabalhos do GTI como também aos limitados avanços institucionais obtidos nos anos anteriores:

[...] decorridos quase cinco anos da criação de tais grupos e da publicação dos planos oficiais, é forçoso reconhecer que a retórica governamental terminou por revelar-se vazia, divorciada de qualquer medida concreta, indiferente aos problemas mais agudos enfrentados pela população negra no cotidiano. Nem mesmo os direitos constitucionais deferidos à população negra, cuja regulamentação depende de atos do Poder Executivo, receberam deste um tratamento digno e respeitoso. Deste modo, resta uma vez mais evidenciado o acerto da ressalva feita pelo Movimento Negro ao sr. Presidente da República há cinco anos: não basta que o Estado brasileiro reconheça solenemente a existência do problema racial, como também não basta a existência de leis: é imprescindível que o Poder Executivo assuma sua responsabilidade, por meio da adoção de medidas concretas, imediatas e eficazes. [...]

Diante dos indicativos de esgotamento dos diálogos institucionais com o Estado brasileiro, os movimentos negros e os movimentos de mulheres negras iniciam o processo preparatório rumo a III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em 2001. Essa preparação se inicia entre o final de 1999 e o início do ano 2000, quando são divulgadas as primeiras informações sobre o evento, a partir da realização de encontros estaduais, nacionais

²⁷ O Comitê Impulsor Pró III Conferência de Combate ao Racismo era composto pelas seguintes organizações: Geledés, CEERT (Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades/SP), INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados Federal, Articulação Nacional de Remanescentes de Quilombos, CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), ENZP (Escritório Nacional Zumbi dos Palmares), IROHIN, Sindicato dos Advogados de São Paulo, SMACOM (Secretaria Municipal de Apoio da Comunidade Negra de Belo Horizonte), IALODE (de Salvador) e o Deputado Federal de Mato Grosso do Sul Ben Hur Ferreira (Santos, 2008).

e regionais, especialmente voltados para a mobilização da opinião pública e para a elaboração de um posicionamento oficial desses setores.

A relevância da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância para a agenda global de combate ao racismo e para os movimentos antirracistas do Brasil é inegável. Para os movimentos de mulheres negras, a Conferência contribui para a consagração da estratégia de ativismo internacional que já vinha sendo mobilizada pelo grupo nos anos anteriores. Assim, no próximo tópico apresento esse processo histórico de atuação internacional das mulheres negras, destacando os fatores que contribuíram para o seu protagonismo em Durban, bem como destacamos os principais efeitos dessa atuação.

2.2.1 – A relevância da arena internacional na década nas décadas de 1980 e 1990

A AMNB não começa o seu processo de ser forjada em 2000. Na realidade, a AMNB começa o seu processo de ser forjada, a gente faz o primeiro encontro de mulheres negras em Itapeverica da Serra, para discutir esterilização em massa das mulheres negras, em função da conferência do Cairo, que ia acontecer em 94 (Entrevista Valdeci Nascimento, 2022).

Os anos que antecederam a criação da AMNB foram marcados por trânsitos e diálogos importantes empenhados pelos movimentos de mulheres negras brasileiras no plano internacional. A intenção nesse momento era vocalizar as suas demandas e construir redes de ativismo em parceria com grupos de mulheres negras de outros países, especialmente da América Latina. A vocalização das demandas no contexto global contribuiu para fortalecer as estratégias de pressão por políticas públicas e pelo alargamento de direitos no nível nacional, produzindo o chamado efeito *bumerangue*, em que os grupos se organizam em redes para além das fronteiras dos Estados para pressionar os governos aos quais não têm acesso para o atendimento de determinada demanda. Assim, a ação coletiva transnacional visa, mediante, por exemplo, a incorporação de normas internacionais, alterar progressivamente as condições internas de diálogo com os Estados nacionais (Khagram, Riker e Sikkink, 2002; Castro, Rosário e Silva, 2021).

Um dos primeiros espaços de construção do ativismo transnacional das mulheres negras brasileiras foram os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe

(EFLAC), realizados desde a década de 1980. Os EFLAC são destacados pela literatura feminista (Sternbach et al., 1994; Alvarez et al., 2003; Zambrano, 2017, Carvalho e Dias, 2019; Busquier, 2021) como espaços profícuos para a construção e o desenvolvimento da agenda feminista na região e, no caso das mulheres negras, foram espaços de intensas disputas, especialmente para o reconhecimento da centralidade do racismo e para a afirmação das pautas interseccionais (Castro, 2018). O 2º EFLAC por exemplo, realizado em 1983 na capital peruana Lima, contou com a participação das ativistas negras Jurema Batista e Wannia Sant’Anna que coordenam os debates sobre racismo e discriminação racial (Zambrano, 2017; Carvalho e Dias, 2019).

Já o 3ª EFLAC, realizado em 1985 em Bertioga, estado de São Paulo foi central para o fortalecimento do movimento de mulheres negras brasileiras, por conta de um episódio que escancarou ainda mais as contradições inerentes ao movimento feminista da época e a desconsideração da intersecção de gênero, raça e classe nestes espaços. A chegada de um ônibus de mulheres negras de movimentos de favelas e periferias do Rio de Janeiro, que não estavam inscritas e alegavam não ter dinheiro para pagar a taxa de inscrição, causou uma tensão entre organizadoras do evento e as mulheres negras presentes. A participação daquelas mulheres negras que não estavam inscritas foi negada por decisão de uma plenária convocada pela organização do evento, e as mulheres negras envolvidas no episódio optaram por promover um encontro paralelo do lado de fora do local onde ocorriam as atividades oficiais do evento (Castro, 2018). O episódio é destacado por intelectuais e ativistas dos movimentos de mulheres negras como tendo sido central para a (re)definição das estratégias futuras, a serem adotadas pelas ativistas brasileiras, em um sentido de construção de maior autonomia nas suas práticas e organizações.

O fortalecimento dessas redes de ativismos regionais culminou na realização do 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, na República Dominicana, em 1992, no qual as mulheres negras formaram a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora (RMAAD) Carvalho e Dias, 2019). Foi neste primeiro encontro que as ativistas instituíram o dia 25 de julho como o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, voltado para a

realização de atividades que viabilizassem as demandas e as lutas das mulheres negras da região (Lemos, 2016). No Brasil, o dia 25 de julho foi instituído como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra pela Lei nº 12.987/2014, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. A data homenageia a líder quilombola Tereza de Benguela, conhecida por comandar o Quilombo de Quariterê (Castro, 2018).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 também foram realizadas diversas Conferências Mundiais convocadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), estimulando debates sobre a garantia de direitos e a formulação de políticas públicas para grupos subalternizados. As mulheres negras estiveram presentes de forma coletiva nos eventos preparatórios e nos eventos oficiais da III Conferência Mundial sobre a Mulher em Nairóbi, em 1985; na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992; na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena, em 1993; na Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994; na IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing, em 1995, e na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Discriminação em Durban, em 2001, conseguindo pautar a relevância das articulações de gênero e raça para a efetivação dos direitos. São eventos que contribuíram não apenas para uma maior incidência política das mulheres negras, como também para a institucionalização do movimento a partir do estabelecimento de parcerias estratégicas com atores internacionais relevantes e agências financiadoras (Zambrano, 2017; Castro, 2018).

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher (CMM) em Beijing contou com a participação mais expressiva das mulheres negras brasileiras, que, por sua vez, conseguiram incorporar a questão racial nos debates e pressionar pela formulação de políticas sociais que incluíssem a dimensão racial (Ribeiro, 1995). O documento *Propostas das Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas para Beijing*, elaborado por mulheres negras de diversos países, apresentou 15 propostas para subsidiar as discussões e a elaboração do *Plano de Ação Regional e da Plataforma de Ação*, considerando o reconhecimento do caráter multirracial e multicultural dos países da região (Castro, 2018).

O depoimento da ativista Wania Sant'Anna recupera parte desse processo político protagonizado pelas mulheres negras no âmbito das agendas internacionais:

E nessa trajetória de 1992 a 1994 foi criado um círculo de relacionamento político dentro do movimento feminista e no movimento de mulheres. E conhecimento político da importância de estar na agenda de debate global como a ofertada pelo ciclo oportunizado pelas conferências sociais das Nações Unidas, que nos leva ao processo preparatório da conferência de Beijing. Decidimos fazer um processo de muito enraizamento para participar da conferência de Beijing, um processo nacional e regional para que a região da América Latina se fizesse presente nesse debate global (Wania Sant'Anna, apud Eghrari, 2021, p. 55).

Após essas movimentações, as mulheres negras se inserem no processo preparatório para a IIIª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Discriminação, realizada em Durban, em 2001, que, como mencionado anteriormente, foi determinante para as lutas antirracistas contemporâneas no Brasil, configurando-se num “divisor de águas no contexto de enfrentamento das desigualdades e discriminação raciais, bem como na reorientação das estratégias do ativismo nacional e transnacional” (Rios, 2014, p. 206). O protagonismo das mulheres negras brasileiras em Durban ficou evidente durante o processo preparatório e ao longo do evento, especialmente após a escolha da brasileira Edna Roland, ativista do movimento de mulheres negras desde a década de 1980 e fundadora da ONG paulista Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, para o cargo de Relatora Geral do evento (Castro, 2018).

Apesar da relevância da arena internacional, em especial a importância das Conferências Internacionais convocadas pela ONU nesse período, as mulheres negras apresentaram uma perspectiva bastante crítica e realista diante desses espaços:

Não há ilusões, a ONU não é uma extensão dos movimentos sociais, nem uma aliada natural de qualquer deles, apenas um “espaço legal” que procura “diluir tensões” através do aceno de negociações de soluções pontuais consensuais para alguns problemas. Não há dúvida, o papel do Sistema Nações Unidas é limitado para solucionar problemas, assim como é de pouco alcance libertário o que se consegue em tal espaço, mesmo quando vitórias são conquistadas. Na maioria das vezes as vitórias consistem em não permitir retrocessos em situações e questões secularmente adversas (AMNB, 2001, p. 4).

Entretando, para essas atoras, o espaço ainda era necessário para a disputa política, em especial para dar maior visibilidade às lutas das populações negras brasileiras. Além disso, são eventos que cumprem um papel fundamental para a realização de trocas de experiências e fortalecimento de vínculos com grupos minorizados do mundo todo, ampliando a força das lutas transnacionais.

Um aspecto interessante dessa atuação internacional foi destacado pela autora estadunidense Tianna Paschel (2016): trata-se de como essa participação pode se constituir em um aprendizado estratégico e em capital político conquistado pelas mulheres negras nesses espaços de ativismo internacional, contribuindo para a sua consolidação organizacional nos anos seguintes. Como indica a autora, algumas organizações de mulheres negras, como Criola e Geledés, estavam entre as que mais recebiam financiamento internacional das décadas de 1990, fato que está diretamente ligado às expertises alcançadas nesses espaços mais amplos de ativismos feministas (Paschel, 2016, p. 61). Nesse sentido, Sueli Carneiro apresenta uma leitura bastante estratégica dessas movimentações e do protagonismo das mulheres negras:

*Isto tem a ver como o processo organizativo das mulheres negras que nos conduz inclusive a compreender o sentido político das intervenções nos espaços internacionais. O feminismo e a crítica nossa ao feminismo e os esforços de parceria entre negras e brancas é que abrem a perspectiva de as mulheres negras operarem em espaço internacional. E é uma coisa que o movimento negro como todo não conseguia perceber a partir dessa perspectiva e isso explica por exemplo os equívocos de não ver essa agenda como prioridade; mas era uma agenda que as mulheres negras perceberam que podia ser estratégica, que ela podia obrigar os governos a um posicionamento e **isso é uma contribuição que posteriormente se consolida como uma das contribuições essenciais do movimento de mulheres negras para a causa racial** (Sueli Carneiro apud Eghrari, 2021, p. 69).*

Essa aliança forjada entre os movimentos de mulheres negras e setores dos feminismos hegemônicos é interessante uma vez que, nas décadas anteriores, esse diálogo tinha sido bastante conflituoso, causando, inclusive, rupturas entre os grupos. Basta recuperarmos o episódio emblemático do III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe de 1985, realizado em Bertioga (SP), no qual mulheres negras teriam sido impedidas por mulheres brancas de participarem das atividades por não terem realizado a inscrição no evento. O fato causou uma revolta tão grande que até hoje é considerado um dos episódios decisivos para a criação de um movimento de

mulheres negras autônomo (Cardoso, 2012). Entretanto, anos mais tarde, no contexto de preparação para Durban, as mulheres negras parecem ter identificado uma oportunidade estratégica de abertura de diálogo com alguns setores dos feminismos hegemônicos, especialmente para divulgar em dimensões mais ampliadas as questões relativas à situação das mulheres negras brasileiras.

No próximo tópico discuto outra estratégia apreendida pelas mulheres negras, a partir de uma discussão sobre o processo de institucionalização da AMNB. Além da questão já mencionada do financiamento internacional, nesse momento houve diversos debates e disputas em torno da estrutura ideal de uma rede ou articulação de nível nacional dos movimentos de mulheres negras, do seu nível de formalização, bem como das estratégias de diálogo com outros movimentos sociais, como com as organizações dos movimentos negros e feministas.

2.3 – Por que uma articulação? Debates e ecos em torno da institucionalização da AMNB

A possibilidade da criação de uma organização de mulheres negras de nível nacional já era aventada pelas ativistas do movimento desde a década de 1980, quando as mulheres negras fundaram as primeiras organizações autônomas e a realizaram os primeiros eventos de caráter nacional. Como vimos no primeiro tópico desse capítulo, ao longo da década de 1990, foram realizados diversos encontros, seminários e reuniões voltados para a discussão de iniciativas nacionais do movimento de mulheres, debates sobre o formato ideal de estrutura organizativa para os movimentos de mulheres negras e construção de um consenso em torno das pautas prioritárias do grupo. Foram espaços complexos de debates políticos que não foram bem-sucedidos no âmbito da construção de uma organização unitária e nacional dos movimentos de mulheres negras.

Uma das principais discussões que geraram tensionamentos estão relacionadas ao que tem se denominado como *ONGuização dos movimentos sociais*. Desde a década de 1990, movimentos sociais e pesquisas acadêmicas têm refletido sobre as consequências geradas pelo processo de institucionalização e profissionalização dos movimentos sociais, especialmente em momentos de acirramento do neoliberalismo.

As principais críticas apontam que as organizações não governamentais (ONGs) teriam se tornado cada vez mais institucionalizadas e incorporadas ao sistema hegemônico, perdendo a sua capacidade de serem agentes de mudança social radical. Nesse sentido, Sonia Alvarez (2009) argumenta que, embora as ONGs tenham desempenhado um papel importante na luta por direitos humanos e justiça social na América Latina, sua dependência de financiamento externo e a sua integração ao mercado e ao Estado podem ter limitado sua eficácia e autonomia.

Esse debate ganhou contornos acalorados, especialmente entre as feministas latino-americanas, que acusavam as ONGs de despolitizarem as agendas feministas e de terem uma atuação contrária aos valores éticos feministas, além de colaborarem com as forças neoliberais. Argumentava-se ainda que as ONGs foram cooptadas pelos poderes que antes criticavam, como o Estado e o capital transnacional, tornando-se ramos institucionalizados do movimento. Assim, as ONGs eram vistas como promotoras de reformas, negociações e *lobby*, ações que são contestadas por alguns grupos feministas como divergentes dos princípios feministas fundamentais (Alvarez, 2009).

No âmbito das organizações dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras, as divergências relacionadas a *ONGuização dos movimentos sociais* ficou ainda mais latente no processo de preparação para a Durban. Como aponta Marcio Santos (2008, p. 6) isso ocorreu pelo fato de que as organizações negras que participaram de forma mais sistemática desse processo foram aquelas com maior capital político e organizacional consolidado, com experiências anteriores nas Conferências da ONU ou nos fóruns internacionais. Além disso, esses grupos tinham mais facilidade em utilizar os canais de comunicação para dialogar com representantes do governo e em fazer *lobby* político, sendo capazes também de mobilizar mais recursos para acompanhar as reuniões preparatórias, algo que demandava expertises em direção as agências de cooperação e fomento, tanto internacionais quanto nacionais (Santos, 2008, p. 6).

Sobre essa questão, Nilza Iraci, uma das fundadoras do Geledés, afirma:

O processo da chamada ONGuização (sic) não é tão grande. Eu diria que o Geledés é uma das primeiras ONGs negras deste país. Nós nascemos com a proposta de ser uma ONG. E qual era o sentido de ONG – embora a gente tenha se transformado numa coisa híbrida? Era exatamente no sentido expresso do que seja uma ONG: produção do conhecimento etc. (Nilza Iraci apud Santos, 2007, p. 11)

Esse caráter híbrido mencionado por Nilza Iraci se estende para outras organizações dos movimentos de mulheres negras que por mais que fizessem parte desse círculo restrito de organizações com financiamento e atuações internacionais, elas também realizavam trabalhos muito próximos das suas comunidades. A organização Maria Mulher por exemplo, criada em 1987 no Rio Grande do Sul e uma das fundadoras da AMNB, que tem uma atuação histórica no âmbito do combate à violência contra mulheres negras, na pauta da saúde da população negra e prevenção de HIV/AIDS, também realizava um trabalho importante nas periferias de Porto Alegre, com ações de engajamento político das juventudes e das mulheres negras locais (Caldewell, 2017).

Outro destaque importante feito por Santos (2008) é relativo às organizações de caráter “filial-aviso-nacionais”, tais como UNEGRO, Agentes de Pastoral Negros, Movimento Negro Unificado (MNU), que teriam ficado à margem de desses processos preparatórios para Durban, muitas vezes por conta da falta de experiências com as instâncias internacionais, como também por questões internas relativas a disputas políticas. De forma geral, são grupos que surgiram em sua maioria nas décadas de 1970 e 1980, com uma base mais socialista e revolucionária, e se voltavam nesse momento, para as disputas por transformações mais radicais na sociedade, ao passo que as ONGs negras abarcariam reportórios mais voltados para demandas por políticas redistributivas e por ações afirmativas para a população negra.

Algumas mudanças fundamentais trazidas por essa institucionalização dos movimentos sociais foram: a profissionalização dos quadros que atuavam nas ONGs ou partidos políticos e a formalização dessas instituições, seja a partir do registro

burocrático²⁸ ou a partir de uma organização interna mais hierarquizada²⁹. Nesse cenário, argumenta Santos (2008):

O militante é dessa forma transformado em funcionário- militante, sendo responsável por determinadas tarefas dentro da organização: secretário executivo, coordenador de projetos, secretária (o), assistente de projetos etc. É comum que se encontre e tais organizações pessoas que, na realidade, não são necessariamente militantes ou ativistas “orgânicos”. Pelo contrário, desempenham papéis específicos de caráter administrativo ou gerencial, raramente envolvidos no fazer político da instituição (Santos, 2008, p. 12).

Importante pontuar que a questão da profissionalização dos militantes é um tópico que ainda hoje ecoa no campo das organizações da sociedade civil, em especial entre os movimentos de mulheres negras. Uma das ativistas entrevistadas para esta pesquisa mencionou com bastante orgulho e entusiasmo o fato de a sua organização possui “uma equipe de quase 12 mulheres negras, todas remuneradas, com horários negociados”, de modo que a equipe pode não apenas atuar na organização como também “ir para a faculdade, fazer mestrado, quem tiver que fazer graduação, a gente vai fazendo os arranjos que são possíveis, porque nós queremos que essas pessoas cresçam”. No seu ponto de vista, essa profissionalização da equipe é uma vantagem não apenas no nível de compromisso com a pauta como também para qualificar a atuação da sua organização com pessoas cada vez mais bem preparadas intelectualmente para propor e elaborar ações voltadas para a ampliação dos direitos das mulheres negras.

Ainda que a da *ONGuização dos movimentos sociais* ou do melhor formato para a construção de uma iniciativa nacional dos movimentos de mulheres negras não tenha sido pacificada dentro do campo ao longo da década de 1990, a Conferência de Durban trouxe uma certa urgência para o processo, contribuindo para consolidação da criação de uma articulação nacional. Sobre essa época, Jurema Werneck afirma

Vários processos são instituídos a partir daí e o principal deles foi a criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras. A criação de qual a

²⁸ Importante pontuar que essa formalização responde muitas vezes as necessidades jurídicas para obtenção de recursos e para formalização de convênios com o Estado ou com outras instituições internacionais.

²⁹ Essas estruturas demandam, em sua maioria, a figura do presidente ou da diretoria, formalmente constituídos que ficavam juridicamente responsáveis pela organização.

melhor estratégia que nesse momento era preciso fazer com que as mulheres negras assumissem esse processo, mas reconhecendo que as mulheres organizadas teriam mais condições de dar consistência a esse processo do que o conjunto amplo e plural de mulheres, de indivíduos (Jurema Werneck *apud* Eghari, 202, p. 54).

A fala da intelectual aponta para um reconhecimento por parte das mulheres negras da janela de oportunidades que se abria naquele momento e do potencial que a articulação em rede teria para qualificar a atuação da sociedade civil brasileira. Havia uma percepção de que as mulheres negras estariam mais bem preparadas para realizar esse *advocacy* internacional e de que era necessário assumir esse protagonismo para garantir que as pautas das mulheres negras fossem contempladas nas discussões da Conferência:

*Eu tenho memória nítida de um almoço, estávamos na mesa Criola, Geledés, N'zinga, Maria Mulher e não sei se tinha mais gente, e ela vira para nós e falou a frase que é quase literal: vem aí a Conferência Mundial contra o Racismo, nós, de Geledés, entendemos que esta é uma oportunidade para imprimirmos uma agenda negra e das mulheres negras nesse processo; reconhecermos que temos entre nós e particularmente em Geledés expertise da experiência de ter participado em vários momentos das conferências do ciclo social da ONU, Direitos Humanos, Conferência de Beijing, etc., e acreditar com base nessa experiência que seria estratégico para as organizações de mulheres negras nos posicionarmos e entrarmos nesse processo para elevar o sarrafo do antirracismo feito pelas mulheres negras no Brasil (Jurema Werneck *apud* Eghari, 2021, p. 54).*

Diante desse cenário, as mulheres negras se reuniram em Belo Horizonte, em setembro de 2000, para debater sobre a organização das mulheres negras no combate ao racismo e a opressão de gênero e a participação do grupo na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Discriminação (Cardoso, 2012, Rodrigues, 2006, Caldwell, 2017).

Em seguida, em 2001, publicaram o documento *Nós, mulheres negras*, documento crucial para se compreender os objetivos dos movimento de mulheres negras, nos diversos temas que atravessavam as suas experiências interseccionais. Este Relatório se destaca por oferecer a análise mais abrangente do *status* das mulheres negras encontrada em qualquer documento publicado pelo movimento até aquele momento. Em suas 52 páginas, o Relatório aborda uma ampla gama de questões

relevantes para as experiências das mulheres negras, incluindo saúde, expectativa de vida, emprego, educação, violência, sexualidade e mídia (Caldwell, 2017).

Além de detalhar essas questões, o documento apresenta propostas em todas essas áreas e discute sua importância à luz de tratados internacionais, declarações das Nações Unidas e políticas domésticas. Ao longo do processo preparatório, foram distribuídas cópias do Relatório para representantes governamentais e não-governamentais de todos os países participantes da Conferência, e traduções em inglês e espanhol foram providenciadas para facilitar o acesso ao documento por falantes não-portugueses. Como informa Kia Caldwell (2017), para as ativistas do movimento de mulheres negras, a disponibilização do Relatório em múltiplos idiomas foi uma estratégia crucial para trazer visibilidade à situação das mulheres negras brasileiras.

Além disso, o Relatório de Durban refletiu a compreensão das ativistas sobre a importância do processo das Nações Unidas para o desenvolvimento de políticas e a promoção de mudanças culturais progressivas em nível nacional. As ativistas do movimento de mulheres negras esperavam que a documentação do *status* das mulheres negras fosse útil em seus esforços para levar o governo brasileiro a alinhar seu discurso e prática, especialmente no que diz respeito ao racismo, e reconhecer a situação das mulheres negras em arenas internacionais. Elas viam o documento de Durban como uma ferramenta que poderia ser usada pela Delegação oficial na Conferência Mundial contra o Racismo e pelos membros da sociedade civil brasileira em suas negociações por políticas públicas específicas, em nível local, estadual e nacional (Caldwell, 2017).

Após o encerramento da Conferência de Durban, as organizações vinculadas a AMNB optaram por continuar se articulando nesse formato para monitorarem as recomendações do *Plano de Ação* e a formulação de estratégias de desenvolvimento inclusivo para o Brasil, centradas na proteção e na promoção dos direitos; na geração de oportunidades no mundo do trabalho na cidade e no campo; na igualdade de tratamento na vida e no respeito à diversidade humana, sem racismo, sexismo, lesbofobia ou classismo seja para o Brasil ou para a América Latina (Lemos, 2016).

Além disso, ampliaram a sua atuação para outras áreas como os espaços de controle social, em especial os Conselhos de Saúde, da Mulher e da Igualdade Racial, e passaram a ter um diálogo mais direto com o estado brasileiro³⁰.

2.4 – Por que nacional? Embates políticos em torno das desigualdades regionais

Construir uma organização com dimensões nacionais em um país com as dimensões continentais como o Brasil não é uma tarefa fácil, ainda mais quando adicionadas a esse cenário as disparidades econômicas e políticas sistêmicas, que inserem as atoras políticas em condições desiguais nas arenas políticas. No caso dos movimentos de mulheres negras, esse foi um foco de tensões desde os primeiros espaços de construção coletiva mais ampliados. Desde os primeiros encontros e seminários nacionais, essa questão era debatida: qual seria, afinal, a legitimidade de um espaço nacional com a ausência de representações de alguns estados e a presença massiva de representantes de outros.

No processo de criação da AMNB, as desigualdades se tornaram ainda mais evidentes quando analisamos a questão da alocação de recursos para as organizações participantes do processo de Durban, centralizada nas mãos de poucas organizações da região Sudeste, algo que evidenciou ainda mais as disparidades de poder político e econômico entre essas organizações (Rodrigues, 2006, p. 194). Em relação a participação em Durban, houve a tentativa de reduzir essas disparidades a partir de uma distribuição mais igualitária de vagas conquistadas pela AMNB, de modo que algumas organizações de fora do eixo Sul-Sudeste puderam indicar participantes para comparecer ao evento, garantindo assim a participação de organizações como, por exemplo, o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA).

Entretanto, Nilma Bentes, ativista histórica dos movimentos negros e fundadora do CEDENPA, foi bastante crítica aos processos de preparação para Durban e à Conferência em si, apontando que questões como acesso a língua inglesa e experiência anterior em espaços internacionais foram reesponsáveis por criar

³⁰ Esses pontos serão analisados com mais profundidade nos capítulos seguintes.

experiências muito desiguais entre as/os participantes do evento (Bentes, 2002, p. 231).

Sobre essas tensões internas, Cristiano Rodrigues afirma:

Essas contradições que são ao mesmo tempo regionais, organizacionais e políticas desembocam **no paradoxo vivido pelo movimento de mulheres negras** na atualidade. Ao mesmo tempo em que o MMN [movimento de mulheres negras] se vê reconhecido como ator social importante e digno de reconhecimento, tendo sido capaz de trazer a público as questões da especificidade da mulher negra, não consegue consolidar e validar lideranças que representem, ainda que provisoriamente, os anseios das militantes, em específico, e das mulheres negras brasileiras de um modo geral. Além disso, há um maior acesso das mulheres negras militantes da região sudeste aos espaços de interlocução governamental, por exemplo, e também às agências de fomento, permitindo que elas possam se dedicar ao Movimento de Mulheres Negras de uma maneira bastante privilegiada em relação às militantes de associações de voluntariado e de estados fora do eixo Rio – São Paulo (Rodrigues, 2006, p. 209).

A argumentação do autor é relevante uma vez que revela a presença de contradições enfrentadas pelos movimentos de mulheres negras naquele momento, mas também demonstra como essas desigualdades internas afetaram as movimentações políticas das mulheres negras. Ainda que essas desigualdades não sejam exclusivas dos movimentos de mulheres negras ou da AMNB e estejam diretamente ligadas a questões mais complexas do desenvolvimento econômico e político do país, é importante dimensionar quais foram as respostas dadas pelas atoras a essas condições estruturais que, afinal, conformam a conjuntura na qual atuam.

Em outra direção, Valdeci Nascimento reconhece o esforço feito pela AMNB para descentralizar a discussão política das regiões Sul e Sudeste, destacando as contribuições fundamentais, desta vez, das regiões Norte e Nordeste do país:

Eu acho que é interessante pegar a AMNB, porque sempre respeitou essa descentralização mesmo. Acho que já desde o nascimento, aí é um esforço que eu tenho feito também de pensar quais foram as organizações que estavam no início, que compuseram a primeira coordenação nacional. Você já vê que já parte de um esforço mesmo de sair desse eixo Sul-Sudeste, principalmente, acho que ser construído por organizações do Norte. Eu pude acompanhar um encontro de mulheres negras do Norte em 2017, da Rede Fulanas. Acho que realmente, quando você fala, acho que essas expressões mais revolucionárias mesmo estão partindo dessas regiões (Entrevista Valdeci Nascimento, 2022).

A fala da ativista nos convida a refletir acerca da concentração de recursos financeiros e políticos de forma mais aprofundada. Ainda que Valdeci Nascimento reconheça e seja bastante crítica a essas desigualdades, ela destaca especialmente a capacidade de elaboração política das regiões Norte e Nordeste e o seu protagonismo no âmbito da de uma construção de caráter político mais criativa e ampliada. Foi justamente pensando na equalização das disparidades que a AMNB criou uma estrutura de Coordenação Nacional que contemplasse organizações de diversas regiões do país e, desde o seu primeiro mandato, incluiu organizações fora do eixo Sul-Sudeste nesse grupo.

Em relação a distribuição de recursos, importante pontuar que uma organização nacional da envergadura da AMNB tem a capacidade de atuar no sentido da redistribuição dos recursos políticos e econômicos entre as organizações membras. Ao longo das entrevistas para essa pesquisa, diversas ativistas comentaram, por exemplo, a respeito de projetos e iniciativas internas da organização que visavam a capacitação política e estratégica de novas membras, bem como a redistribuição dos recursos para organizações de menor porte.

2.5 – A estrutura interna da AMNB

Os repertórios de prática de conhecimento (Della Porta e Pavan, 20217) que culminaram na consolidação do sujeito político mulheres negras e as estruturas de oportunidades políticas (Tarrow, 2011) que se abriram ao longo da década de 1990 foram fundamentais para o processo de institucionalização da AMNB e para a decisão de qual seria a sua estrutura interna. Na época da sua fundação, no ano 2000, a AMNB era composta por mais de dez organizações³¹, mas as principais decisões e articulações políticas eram conduzidas pelas organizações que faziam parte da Coordenação Geral, em especial as organizações Criola, Geledés e Maria Mulher. O quadro abaixo mostra a composição da Coordenação Geral ao longo dos anos da articulação:

³¹ A lista completa das organizações que faziam parte da AMNB no ano da sua fundação estão descritas no Anexo 2.

Quadro 5 - Composição da coordenação geral da AMNB

MANDATO	COORDENAÇÃO GERAL
2000 - 2004	- Criola (RJ) - Geledés (SP) - Imena (AP) - Malunga (GO) - Maria Mulher (RS)
2005 - 2010	- Geledés (SP) - Criola (RJ) - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba (PB) - Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN) (RS) - Casa Laudelina de Campos (SP)
2010 - 2015	- Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN) (RS) - Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará – CEDENPA (PA) - Uiala Mukaji (PE) - Maria Mulher (RS)
2016 - 2022	- Instituto Odara (BA) - Instituto da Mulheres Negra (BA) - Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará - CEDENPA (PA); - Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (MT) - N'ZINGA - Coletivo de Mulheres Negras (MG) - Rede de Mulheres Negras do Paraná (PR)
2023 - 2026	- Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (MA) - IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá (AP) - Grupo de Mulheres Negras Malunga (GO) - Casa Laudelina Campos de Melo (SP) - MUNMVI – Ong de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência (SC)

Fonte: Elaboração própria

O modelo organizacional da AMNB inclui a Coordenação Geral, composta por uma organização de cada região do país, sendo que uma dessas assume o papel de Secretaria Executiva. No geral, os mandatos têm duração de quatro anos e, ao final de cada mandato, é realizada uma Assembleia Geral para a eleição da nova Coordenação e para a aprovação dos pedidos de filiação de novas organizações membras. A presença de uma organização de cada região do país foi uma estratégia encontrada para diminuir as tensões causadas pelo fato de que as organizações das regiões Sul e Sudeste tivessem mais protagonismo e maior recursos de financiamento ao longo dos processos de articulação política dos movimentos de mulheres negras.

A partir dessa estrutura e com base no diálogo com as nossas colaboradoras da pesquisa, observa-se que as decisões políticas e as aparições públicas da AMNB ficaram a cargo da Coordenação Geral e da Secretaria Executiva, sendo que o restante das organizações vinculadas à entidade eram consultadas apenas em circunstâncias pontuais, a partir das Assembleias Gerais. Além disso, notou-se que

havia uma atuação conjunta entre a AMNB e as organizações que compunham a instância de Coordenação, de modo que os projetos e as ações que tais grupos realizam a partir das suas organizações, levavam o nome também da AMNB. Como exemplo temos os projetos desenvolvidos por Geledés e Criola na primeira década dos anos 2000 e Julho das Pretas³² proposto pelo Instituto Odara em 2013, que sempre levaram o nome da AMNB como entidade apoiadora.

Nesse sentido, as organizações que faziam parte da Coordenação Geral tem ditado a estratégia política da entidade como um todo, ficando perceptível alterações na identidade da AMNB, a depender do mandato à frente da Coordenação e Secretaria. Mas essas mudanças não ocorrerem no âmbito do conteúdo político macro ou da missão geral da organização, ou seja, o foco imediato na luta contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a lesbofobia e outras formas de discriminação, para a transformação das relações de poder e para a construção de uma sociedade equânime. O que se percebeu foram mudanças estratégicas e táticas após as trocas dos mandatos, como por exemplo uma atuação mais centrada em algumas pessoas e organizações nos primeiros anos e uma atuação mais descentralizada nos anos seguintes.

Neste capítulo analisei contexto histórico anterior a fundação da AMNB, destacando os elementos e eventos que contribuíram para a criação e o fortalecimento da articulação. Argumento que foi essencial a criação de um sujeito político *mulher negra* e de uma agenda política específica para combater as várias formas de opressão que elas enfrentavam, para a emergência de uma articulação de nível nacional como a AMNB, consolidando a autonomia política do grupo. Além disso, a análise dos eventos políticos que ocorreram nos anos 1980 e 1990, como o I Encontro Nacional de Mulheres Negras e as Conferências Internacionais da ONU, foi necessária para identificar os processos que culminaram no amadurecimento político do grupo. Destaco como a participação ativa em eventos como a IV Conferência Mundial sobre

³² O Julho das Pretas será discutido com mais profundidade no Capítulo 4 da tese.

a Mulher em Beijing permitiu que as mulheres negras brasileiras ampliassem a sua influência política e fortalecessem suas redes de solidariedade e cooperação. Esses elementos foram essenciais para fortalecer a base da organização e dar visibilidade e legitimidade às demandas das mulheres negras.

A institucionalização da AMNB foi marcada por desafios, incluindo a necessidade de equilibrar as disparidades regionais e o desafio de representar as mulheres negras em contextos tão diversos. Com isso, a criação de uma articulação a nível nacional, que garantisse a incorporação das demandas específicas das mulheres negras nas lutas mais ampliadas por justiça social, precisou levar em consideração a heterogeneidade das mulheres negras para atingir uma coesão mínima entre o grupo. Nesse sentido, a estrutura interna da organização, garantindo a presença de todas as regiões do país na composição da coordenação nacional, foi uma forma de minorar os efeitos das desigualdades territoriais e de financiamento entre as organizações que compunham o *campo discursivo de ação interseccional* e que partir do ano 2000 iriam fazer parte a AMNB. Esses processos serão aprofundados nos próximos dois capítulos, nos quais apresento o histórico de atuação da AMNB, destacando as principais pautas e movimentações políticas construídas pelo grupo entre os anos 2000 e 2024.

CAPÍTULO 3: A PRIMEIRA DÉCADA: O LEGADO DE DURBAN E OS ESFORÇOS DE TENSIONAMENTO INSTITUCIONAL EM DIREÇÃO AO ESTADO

Com o fortalecimento dos movimentos de mulheres negras, foi se consolidando a interpretação de que era necessário a criação de espaços de interlocução com agentes governamentais para a implementação de ações mais concretas de redução das desigualdades de gênero e de raça. Nesse sentido, umas das primeiras disputas políticas e discursivas construídas pelas mulheres negras foi o Tribunal Winnie Mandela, proposto pelas mulheres negras integrantes do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo³³, em 1988, para se analisar as consequências da Lei Áurea para a população negra e, principalmente, para as mulheres negras. A proposta do Tribunal foi performar um julgamento simbólico da Lei Áurea, com a realização de um tribunal e de um júri simulados, com início previsto para o dia 13 de maio e encerramento no dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra (Silva e Wolff, 2019). O nome era uma homenagem à ativista sul-africana Winnie Mandela, uma importante liderança da luta contra o *apartheid* na África do Sul (Santana, 2021).

A realização do Tribunal sofreu várias tentativas de interrupção, inclusive dentro do próprio Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, que retirou o seu apoio por conta dos incômodos de algumas feministas brancas em relação à proposta. O projeto foi então executado pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que contava com a presença de Sueli Carneiro como coordenadora do Programa Mulher Negra e em parceria com a Comissão da Mulher da OAB (Silva e Wolff, 2019). O projeto também gerou controvérsias por parte do governo que tinha receio do paralelo que poderia ser traçado em relação à situação política, econômica e social dos negros que viviam no Brasil e, ademais, em relação aos negros em países sob o

³³ A presença das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo foi complicada desde a sua formação. Criado em 1983 pelo governador de São Paulo Franco Montoro, era inicialmente composto por 30 conselheiras, sendo que entre as indicadas não havia nenhuma mulher negra. Tal fato desencadeou um processo de mobilização por parte das mulheres negras do estado, que, por sua vez, criaram o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo.

regime do *apartheid*; além de considerar o evento problemático para as relações diplomáticas entre o Brasil e a África do Sul:

O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, considerava inconcebível que o Estado brasileiro julgasse uma lei criada por ele mesmo. Além disso, o CNDM, representado por Jacqueline Pitanguy, exigiu uma autorização específica para o visto de Winnie Mandela que, imediatamente, gerou conflitos entre o órgão feminino, o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Internacionais. Winnie Mandela era uma das convidadas para compor o júri fictício e, nesse momento, devido às relações diplomáticas parciais entre o Brasil e a África do Sul, era preciso que o CNDM solicitasse uma permissão especial para sua vinda ao país. Jacqueline decidiu então ir até o Ministério das Relações Internacionais para fazer o pedido e, logo após o fim da sua reunião com o Secretário Geral, foi convocada por Paulo Brossard para apresentar explicações sobre a demanda do visto para Winnie Mandela, uma vez que se manifestar contra o racismo, nesse período, era considerado uma questão de segurança nacional. O CNDM foi, dessa forma, acusado de subversivo, pois pretendia introduzir “antagonismos raciais” que supostamente não existiam no país. Diante disso, Jacqueline foi impetrada por Paulo Brossard para colocar seu cargo à disposição, o que ela imediatamente recusou visto que sua posição de presidente tinha sido atribuída pelo Presidente da República, o único que poderia requerer sua demissão. (Silva e Wolff, p. 55)

Apesar das disputas e dos conflitos, o Tribunal foi realizado com a presença de diversas lideranças dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras, como Lélia Gonzalez, Benedita da Silva e Leci Brandão; conferências e debates sobre as condições de acesso à educação, saúde e trabalho da população negra e gerou a publicação do livro *Tribunal Winnie Mandela: o que representou a Lei Áurea para os descendentes dos africanos no Brasil?* editado pelo CECF/SP, em 1988 (Santana, 2021).

Esse episódio é interessante uma vez que demonstra um dos primeiros esforços de diálogo protagonizado pelas mulheres negras em direção ao Estado brasileiro. Além disso, ilustra alguns dos desafios que o grupo enfrentaria ao pautar questões relacionadas as especificidades das mulheres negras ou questões que contribuíssem com a ampliação de um diálogo sobre as desigualdades estruturais de gênero e raça existentes no país.

Nesse sentido, apresento ao longo deste capítulo as principais movimentações realizadas pela AMNB durante a sua primeira década de existência, especialmente no escopo da sua aproximação estratégica com o Estado e a partir da presença qualificada nos espaços participativos.

Na primeira parte do capítulo, serão discutidas como foram as interações da AMNB e das ativistas da organização com as estruturas estatais que se formaram na primeira década dos anos 2000, em especial com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR) e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/PR). Em seguida, falaremos das instituições participativas, que se fortaleceram bastante nos primeiros anos de governo Lula, e foram uma das escolhas estratégicas de atuação política da AMNB. Veremos como a sua presença nesses âmbitos, em especial no âmbito do Conselho Nacional de Saúde, foram fundamentais para a implantação de políticas mais direcionadas para a população negra e para alguns avanços no âmbito da igualdade racial.

3.1 - As possibilidades de aproximação estratégica com o Estado brasileiro

O movimento negro sai da denúncia, passa para a organização e da organização para a proposição. Então há uma série de proposições pós-Durban que vão desenvolver políticas públicas. E como vai desenvolver essas políticas públicas, porque um grande problema para a população negra, para nós, é a questão do orçamento. Quer dizer, como é que isso é olhado, como o orçamento é verificado, por que a gente não tem orçamento? E esses porquês passam pelo racismo estrutural. A importância de Durban para a gente foi isso (Lucia Xavier, apud Ferreira, 2020).

O Estado brasileiro possui raízes profundas em um sistema social e político marcado pelo patriarcado, pelas hierarquias raciais e pela colonialidade de poder (Quijano, 2005). No âmbito da dominação patriarcal, é preciso destacar a sua manifestação tanto nas esferas públicas quanto privadas, retardando significativamente os avanços dos movimentos feministas e dificultando a plena participação das mulheres na vida política e social do país. A colonialidade, por sua vez, representa a continuidade das estruturas opressoras herdadas do período colonial. São estruturas de dominação racial e patriarcal, que foram transformadas e ressignificadas ao longo do tempo, mas ainda permanecem presentes nas nossas instituições, e sobretudo nas estruturas estatais modernas (Mills, 1997). Esse legado colonial contribuiu para a construção de um Estado que discrimina sistematicamente as populações negras e indígenas, perpetuando a exclusão e a marginalização dessas comunidades (Matos e Paradis, 2014).

Apesar desse cenário, nas últimas décadas houve momentos em que foi possível refletir com mais profundidade sobre ações que poderiam ser implementadas no sentido da despatriarcalização e da descolonização³⁴ do Estado brasileiro. O momento de maior otimismo foi alcançado a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Poder Executivo federal, em 2003, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele foi eleito com uma plataforma bastante progressista e um discurso que centralizava o combate às desigualdades sociais e a democratização do Estado. Nesse sentido, grande parte dos movimentos sociais progressistas que vinham construindo historicamente as candidaturas do Presidente Lula, desde o final da década de 1980, tinha bastante expectativas em relação ao que poderia ser feito a partir do momento que um homem da classe operária chegasse ao cargo de Presidente da República e quais transformações poderiam ser implementadas para melhorar as vidas dos grupos minorizados.

Nos casos dos movimentos de mulheres negras, em especial da AMNB, essa expectativa veio acompanhada de uma avaliação cautelosa, como demonstra a fala de Nilza Iraci:

*[...] quando esse governo tomou posse, na primeira semana de posse, a Articulação de ONG's de Mulheres Negras fez um dossiê e visitou todos os ministérios dizendo: - **Bom dia! Não queremos emprego. Nós somos uma articulação de mulheres negras, essas são nossas propostas pra sua pasta e nos colocamos à disposição**, saudações. Fizemos isso naquelas esferas estratégicas: previdência, trabalho, saúde, educação, etc. Definindo prioridades. A partir daí, por exemplo, é que a Articulação é chamada pra ir pro Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico. Entendeu? Fizemos esse, essa via-sacra, a SEPIR não existia ainda, mas na Secretaria da Mulher, aí nascem os conselhos dentro da SEPIR e da Secretaria da Mulher (Nilza Iraci apud Rodrigues, 2006, p. 198).*

³⁴ De acordo com as autoras Marlise Matos e Clarisse Paradis (2014) despatriarcalização e a descolonização do Estado significam tratar o gênero e raça como elementos-chave na transformação das instituições estatais para serem justas e inclusivas para todos. Isso envolve a criação de sistemas dentro do governo que apoiam e capacitam continuamente as mulheres, ajudando-as a alcançar igualdade na vida pública e na tomada de decisões. Além disso, são necessárias ações para desafiar e mudar as estruturas patriarcais e coloniais profundamente enraizadas que historicamente mantiveram as mulheres e a população negra em posições subordinadas na sociedade. Por último, implica desenvolver políticas sensíveis às questões de gênero e raça, garantindo que promovam equidade e justiça social para todos.

Já nos primeiros anos de governo, Lula implementou importantes medidas institucionais e também um conjunto de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e de gênero. Como aponta Cristiano Rodrigues (2020, p. 138), foram nas gestões petistas que membros dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras passaram a ocupar cargos na burocracia estatal, voltados especificamente para a implementação de políticas públicas racialmente sensíveis e promotoras de maior equidade. Isso resulta em uma aceleração sem precedentes na implementação de políticas voltadas para a população negra, especialmente em comparação com os governos anteriores, que se limitaram, no máximo, a uma retórica de promessas sobre políticas públicas de equidade racial (Rodrigues, 2020).

Ainda em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR), vinculada à Presidência da República, com o objetivo de desenvolver e implementar políticas públicas de promoção da igualdade racial em diálogo com diversas outras áreas, incluindo saúde, educação, trabalho, e direitos humanos. A fala de Matilde Ribeiro, a primeira Ministra a coordenar a pasta, ilustra os desafios desse processo:

O Lula tomou posse em primeiro de janeiro e não anunciou a criação deste órgão, então nós passamos ainda três meses negociando. Uma negociação que envolveu movimento negro, representações das entidades e também envolveu o partido e o governo. E nesse momento então, à medida que isso era discutido chegou a hora de definir que órgão era esse e quem gestaria esse órgão. Aí acirrou a disputa, até então eu ainda não tinha passado por uma situação desse tipo enquanto uma relação movimento negro e governo (Matilde Ribeiro apud Silva, 2012).

A fala de Matilde Ribeiro destaca os esforços realizados pelos movimentos negros para garantir a implantação de uma estrutura como essa. Além disso, cabe pontuar, como destaca Kia Caldwell (2017), que a SEPPIR/PR foi o primeiro órgão de alto-escalon criado para implementar iniciativas voltadas para equidade racial no mundo e a sua criação colaborou para que o Brasil cumprisse, ainda nos primeiros anos da década, um dos principais eixos do Plano de Ação de Durban, que demandava a criação de órgãos governamentais para o combate ao racismo.

O órgão foi criado no âmbito do Gabinete da Presidência da República e nos primeiros anos de trabalho, a SEPPIR/PR definiu suas metas a partir de três grandes áreas

principais: (1) apoio aos quilombos e outras comunidades tradicionais, incluindo comunidades indígenas e ciganas; (2) promoção do desenvolvimento e implementação de políticas de ação afirmativa; e (3) intercâmbio com outros países e relações internacionais (Caldwell, 2017).

Além disso, ainda nos primeiros anos de criação, a SEPPIR/PR conseguiu dar vazão a uma pauta histórica dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras³⁵, que era a luta pela criação de uma política específica para atendimento de pessoas com anemia falciforme. A anemia falciforme é uma doença que afeta predominantemente a população negra, sendo uma das doenças hereditárias mais comuns no Brasil e, desde a década de 1980, esses movimentos vinham denunciando a negligência histórica do sistema de saúde brasileiro em relação às doenças que afetam a população negra, pressionando o governo e as autoridades de saúde para reconhecerem e abordarem as disparidades raciais na saúde (Milanezi, 2019; Caldwell, 2017).

Considerando a alta prevalência da anemia falciforme entre os/as negros/as, a SEPPIR/PR iniciou um trabalho conjunto com o Ministério da Saúde para desenvolver um programa nacional que incluísse a triagem neonatal, o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e o acompanhamento contínuo dos/as pacientes. Além disso, a SEPPIR/PR também atuou na pauta através de campanhas educativas que visavam aumentar o conhecimento sobre a doença entre a população negra e os profissionais de saúde, combatendo o estigma associado à condição e promovendo uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelos portadores da doença (Milanezi, 2019; Caldwell, 2017).

Apesar desses importantes avanços, as limitações orçamentárias da SEPPIR/PR, restringiram a sua capacidade de efetivar mudanças substanciais, fato que sempre foi alvo de críticas, em especial por parte dos movimentos de mulheres negras e das lideranças da AMNB. O orçamento destinado à Secretaria foi frequentemente

³⁵ A luta pela implementação do Programa de Anemia Falciforme aparece nas reivindicações da AMNB desde a sua fundação no ano 2000. Além disso, essa discussão aparece no documento *Nós, mulheres negras*, que reúne as reivindicações da entidade no contexto da Conferência de Durban.

insuficiente para implementar, de forma abrangente, as políticas e programas necessários para se enfrentar as profundas desigualdades raciais no Brasil. No primeiro ano da SEPPIR/PR, por exemplo, a pasta não recebeu nenhum orçamento e nos anos seguintes, figurou como a pasta de menor orçamento na Esplanada (Souza, 2019). Assim, a escassez de recursos impediu a expansão de programas essenciais e a realização de iniciativas que pudessem ter um impacto mais duradouro na vida da população negra.

Nesse sentido, Sueli Carneiro afirma:

[...] a SEPPIR é o último órgão a ser criado, é o mais jovem dos órgãos do governo. Começa sem orçamento porque entrou sem orçamento. É jovem, sem orçamento e o orçamento que dispunha é ínfimo. Então, já nasce, já surge com muitas limitações. Sobretudo orçamentárias (Entrevista Sueli Carneiro, 2004).

Eles sempre se colocam nos organogramas das estruturas governamentais com esse status de subtema, de temas de relevância menor do que os demais. Então são temas que dispõem de menos recursos, de menor importância política, ou seja, as nossas temáticas são temáticas subestimadas do ponto de vista social, do ponto de vista dos governos. Então os órgãos que são criados refletem esse status, a hierarquia dos sujeitos políticos (Entrevista Sueli Carneiro, 2004).

Eles também são importantes apesar disso, a existência deles também é importante porque eles se constituem em um instrumento de forçar um diálogo que faça avançar políticas públicas no governo para as nossas populações, para mulher e para negros. Então eu acho é que o desafio da SEPPIR é vir a construir fatos políticos que obriguem o governo a um maior reconhecimento desses órgãos, da necessidade de apoiá-los, equipá-los; da necessidade de ter mais recursos para trabalhar, orçamentos superiores (Entrevista Sueli Carneiro, 2004).

A análise de Sueli Carneiro sobre as dificuldades enfrentadas pela SEPPIR/PR, desde sua criação, é contundente e revela as suas profundas limitações estruturais e financeiras. O fato de a SEPPIR/PR ter sido instituída sem um orçamento adequado evidencia as barreiras que comprometem a sua efetividade desde o início da sua implementação. Além disso, esse começo desfavorável reflete uma hierarquia de prioridades que, de fato, desvaloriza as questões raciais e de gênero, relegando-as a um *status* de menor relevância política e social. A insuficiência de recursos é um indicador claro de como as temáticas relacionadas à promoção concreta da igualdade racial e de gênero é, frequentemente, marginalizada dentro das estruturas governamentais.

Além da questão orçamentária, outro fator que afetou a performance da SEPPIR/PR foi a legitimidade política das suas lideranças e da pauta no âmbito do governo federal. Por mais que a SEPPIR/PR atuasse a partir de uma estratégia transversal, demandando diálogo e articulação com outros Ministérios e Secretarias, foi necessário, em diversos momentos, uma intervenção presidencial para se garantir, de fato, alguma cooperação com outros setores do governo (Souza, 2019). Não se pode desconsiderar ainda que o governo, mesmo sendo considerado mais progressista, era composto por atores bastante heterogêneos e, muitas vezes, supostamente comprometidos com a manutenção de um estado patriarcal, colonial e racista, de modo que qualquer esforço em outra direção, muitas vezes, era visto como ameaça aos privilégios existentes da população branca (Carneiro, 2018).

Nesse sentido, a autora Johanna Monagreda (2020), em uma pesquisa sobre a presença de ativistas na burocracia estatal, em especial na SEPPIR/PR, evidenciou como a opressão racial colocava as pessoas racializadas, especialmente os/as militantes negros/as, em um “outro lugar” dentro do Estado, uma vez que mesmo estando no governo estes/as eram vistos e percebidos como “de fora”. A partir disso, a categoria *fora-dentro-de fora* desenvolvida por ela pretendeu caracterizar o lugar dos/as militantes negros/as nas fronteiras difusas entre Estado e movimento social, pois são atores/as que têm a sua origem nos movimentos sociais e, portanto, são de *fora* do governo; mas estão ocupando posições estratégicas *dentro* da institucionalidade enquanto “corpos impolíticos”³⁶ racializados, por sua vez, *de fora* do lugar do saber e do fazer político. Os achados da pesquisa de Monagreda indicam ainda que a entrada no governo favoreceu a incorporação da agenda por igualdade racial pelo Estado, mas esse lugar provocou questionamentos em relação à lealdade efetiva do/a militante para com os movimentos sociais, por um lado, e um questionamento de seus saberes e da sua autoridade política, por parte da burocracia estatal.

³⁶ Corpo impolítico (*body impolitic*) é um conceito desenvolvido pelo autor Charles Mills (1997, p. 118) para caracterizar o sentido dado pela ontologia branca ao corpo racializado que não tem sequer o direito de afirmar a condição de pessoa.

Tianna Paschel (2018, p. 182) fornece uma contribuição interessante para a análise das interações entre algumas organizações da AMNB, em especial das organizações Geledés e Criola, e o governo federal nessa primeira década. A autora destaca que as organizações que obtiveram financiamento internacional mais significativo, conseguiram manter uma relativa autonomia política ao longo da década de 2000, permitindo-lhes uma postura crítica em relação ao Estado e articulando-se com outros órgãos governamentais e Ministérios, sem a dependência política e financeira da SEPPIR. Isso explica, por exemplo, a ausência de projetos da AMNB diretamente financiados pela SEPPIR, de modo que os repertórios de interação da primeira fase teria focado principalmente no *advocacy* e na política de proximidade em relação à segunda. Nesse sentido, fica evidente um contraste com outras organizações mais dependentes do financiamento estatal e, também, a complexidade das interações entre os movimentos de mulheres negras e o Estado brasileiro.

Além da SEPPIR, outro órgão relevante para a implementação de política públicas sensíveis a gênero e raça era a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/PR), também criada em 2003, no primeiro ano de governo do Presidente Lula. Os movimentos feministas no Brasil historicamente demandavam um órgão governamental dedicado às questões de gênero que, por sua vez, tivesse uma posição estratégica no aparelho de Estado, de modo que a SPM foi alocada no Gabinete da Presidência da República. E essa condição foi considerada um avanço importante em termos da sua posição de destaque e da influência política na burocracia estatal. A Secretaria foi concebida para atuar de forma transversal, articulando políticas de gênero com diversos Ministérios e órgãos governamentais, com a missão de promover a igualdade de gênero e os direitos das mulheres em diferentes esferas sociais, econômicas e políticas (Bohn, 2010).

No entanto, a SPM/PR também enfrentou críticas e desafios, algumas semelhantes às da SEPPIR/PR. Uma das principais críticas dos movimentos feministas foi, também, em relação à sua autonomia e ao seu orçamento. Embora a Secretaria tenha recebido um aumento significativo de recursos ao longo dos anos, ainda havia uma percepção de que o financiamento era insuficiente para enfrentar, de maneira abrangente, as desigualdades de gênero no país. Além disso, a SPM enfrentou

dificuldades em garantir a transversalidade das políticas de gênero em outros Ministérios e órgãos governamentais, um desafio que exigia não apenas recursos, mas também apoio e articulação políticos consistentes e comprometimento de toda a administração pública (Bandeira e Almeida, 2013).

Outra crítica significativa veio dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres negras, que apontava para a necessidade de uma representação mais diversa e inclusiva a partir de dentro da própria SPM/PR. Embora a Secretaria tenha feito avanços importantes na promoção da equidade de gênero, havia uma percepção de que as experiências das mulheres não estavam sendo contempladas na sua diversidade, especialmente as das mulheres negras, indígenas e de outras minorias femininas. Isso refletia uma crítica mais ampla sobre a necessidade de mais interseccionalidade nas políticas de gênero, reconhecendo-se que as desigualdades não são homogêneas e que diferentes grupos de mulheres enfrentam desafios específicos que precisam ser abordados de maneira particular (Carvalho, 2018; Brito, 2019)

De forma geral, é possível identificar que a articulação dos movimentos de mulheres negras com a SPM/PR foi bastante reduzida durante a primeira década de existência da AMNB. E isso se deveu, em grande parte, em função da conexão mais próxima desses movimentos com a temática da promoção da igualdade racial e dos quadros que ingressaram na SEPPIR. A Ministra Matilde Ribeiro, por exemplo, possuía uma relação histórica de atuação e proximidade com os movimentos de mulheres negras. Entretanto, em direção a SEPPIR, foram poucos os momentos de interação, e estes se organizaram mais na perspectiva de sugerir propostas e ações, como já mencionado anteriormente pela ativista Nilza Iraci.

Giselle Santos (2016), que atua no CEERT, organização vinculada a AMNB, faz uma leitura interessante sobre como essas pastas olhavam para as questões das mulheres negras:

Eu acho que antes de mais nada existe muita fragilidade, pois dificilmente os recortes são feitos. As duas instituições que estavam e estão à frente dessas pautas, como a SEPPIR e como a SPM, também não constroem esse recorte, quando se constrói, de uma forma ou de outra, estas questões aparecem de

modo enviesado. No caso da SEPPIR, essa perspectiva interseccional é mais frequente do que a SPM, por exemplo (Santos, apud Lemos, p. 164, 2016).

Assim, é possível conjecturar que esse afastamento se deu por dois motivos principais: inicialmente, a própria estrutura governamental criou uma divisão tácita de focos e agendas entre a SPM e a SEPPIR, onde a SPM concentrava-se mais amplamente nas questões de gênero de forma geral, enquanto a SEPPIR atendia especificamente às demandas da população negra, e ambas deveriam incluir transversalmente as mulheres negras. Essa configuração institucional refletia uma realidade em que as questões raciais e de gênero, frequentemente, era trabalhadas de formas distintas e especializadas; e, na prática, as questões específicas das mulheres negras não eram priorizadas afinal em nenhuma das instâncias.

Em segundo lugar, é possível identificar uma desconfiança por parte de alguns movimentos de mulheres negras em relação à capacidade do Estado, ocupado majoritariamente por homens brancos, de atuar na implementação efetiva de políticas sensíveis à gênero e raça³⁷. Nesse sentido, importante retomar que parte dos grupos que compunham a AMNB eram historicamente críticos, não apenas ao Estado, mas, principalmente, aos partidos políticos que não têm incluído a população negra nos seus quadros de maior destaque e nem mesmo atuavam no combate às desigualdades sociais, estas não sendo suas pautas prioritárias. Assim, o distanciamento por parte da AMNB dessa parte do Estado parece ser uma continuidade da leitura política e estratégica anteriormente realizada, priorizando-se, afinal, a autonomia do grupo diante dessas instituições³⁸.

³⁷ Em direção oposta, nota-se que alguns movimentos negros, como a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN); o Movimento Negro Unificado (MNU); a União de Negros pela Igualdade (Unegro) que possuem uma proximidade maior com o Partido dos Trabalhadores, tiveram uma integração ativa com a SEPPIR, ora ocupando cargos oficialmente, ora participante de grupos de trabalho propostos pela secretaria (Ribeiro, 2022).

³⁸ Trabalhos como os de Rodrigues (2006) Cardoso (2012), Araújo (2015) demonstram a desconfiança histórica que algumas organizações dos movimentos de mulheres negras têm em relação aos partidos políticos. Nesse sentido, o trabalho de Araújo (2015) apresenta a defesa que lideranças de organizações como ACMUM, Geledés e Criola fizeram de um certo distanciamento partidário para conseguir ampliar as discussões com diversos atores no processo de construção da pauta da saúde da população negra nos anos 2000. Já o trabalho de Paschel (2018) demonstra que parte das organizações que possuíam financiamento internacional e por isso maior autonomia financeira, entre

Além dessas ações, um dos maiores ganhos dos movimentos sociais durante os governos petistas foi o fortalecimento dos espaços participativos e de controle social e o compromisso com a democratização do Estado. Estes governos promoveram a institucionalização de mecanismos de participação popular híbridos, como conselhos, conferências e fóruns, que permitiram um diálogo mais próximo com a sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas. Esses espaços participativos foram fundamentais para assegurar que as demandas das populações historicamente marginalizadas, como as mulheres, os negros, os quilombolas e as comunidades tradicionais, fossem, afinal ouvidas (Rosário, 2021).

A ampliação desses mecanismos de controle social refletiu um esforço consciente de se buscar promover uma governança mais democrática e inclusiva, onde as políticas públicas fossem desenvolvidas de maneira transparente e com ampla participação social (Rosário, 2021). Nesse sentido, na próxima sessão abordo como os movimentos de mulheres negras em geral, e a AMNB em particular, navegaram nesses espaços de democratização do Estado, considerando os principais ganhos, desafios e obstáculos que enfrentaram na sua primeira década de atuação.

3.2 - A inserção nas instituições participativas

O projeto participativo democrático envolve, como informa a autora brasileira Evelina Dagnino (2004), a criação de espaços públicos onde os cidadãos possam se engajar nas discussões e nos processos de tomada de decisão relacionados às políticas públicas, conforme formalizado pela Constituição de 1988. Além disso, se refere a uma abordagem política que enfatiza o envolvimento ativo da sociedade civil nos processos de tomada de decisão do governo, garantindo que os cidadãos tenham um engajamento cada vez maior na implementação das políticas públicas e na sua governança (Rosário, 2021).

Em termos gerais, o projeto incentiva uma relação cooperativa entre a sociedade civil e o Estado, afastando-se de uma postura antagônica para trabalhar juntos pelo

elas, as organizações que fazem parte da AMNB, podiam assumir posições mais críticas ao governo e aos partidos políticos uma vez que não eram tão reféns dos financiamentos governamentais.

progresso democrático e uma melhor governança. Um aspecto significativo do projeto, argumenta Dagnino (2004), é a criação e o reconhecimento de novos direitos, garantindo a igualdade e atendendo às demandas dos movimentos sociais, que incluem direitos relacionados à moradia, educação e saúde.

Como veremos nas sessões a seguir, a AMNB ocupou estrategicamente diversos desses espaços de controle social, visando garantir que as especificidades de demandas das mulheres negras fossem contempladas nas ações e programas propostos por essas instâncias. Nesse sentido, uma das primeiras participações da AMNB em instituições participativas foi no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), composto por representantes da sociedade civil e criado, inicialmente em 2003, para o assessoramento direto ao Presidente da República em todas as áreas de atuação do Poder Executivo, na formulação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento econômico, social e sustentável do país.

A escolhida para representar a organização nesse Conselho específico foi a ativista Sueli Carneiro que, como mencionei anteriormente, é uma das principais lideranças dos movimentos de mulheres negras, sendo umas das sete mulheres indicadas em um cenário de os 91 membros convidados para o Conselho, e a única representando do movimento de mulheres negras (Santana, 2021; Pinto, 2004)³⁹. Nesse sentido, cabe pontuar que o CDES sofreu bastante críticas por conta da falta de representatividade e por outras questões também, tais como: a ausência de regras sobre garantia de proporcionalidade entre os segmentos e a impossibilidade de indicação de representantes por parte das organizações da sociedade civil. Além disso, como o seu regulamento não garantia a reserva de mandatos para entidades de classes, associações, organizações e movimentos sociais, o que se observou foi uma redução significativa do número de conselheiros identificados como lideranças

³⁹ A informação sobre a participação de Sueli Carneiro foi encontrada na sua biografia, publicada em 2021 pela autora Bianca Santana. Entretanto, não encontramos outras informações sobre a sua participação nas reuniões, intervenções ou diálogos feitos nesse espaço. Foi feito um pedido no portal da transparência para saber mais detalhes, mas não obtivemos resposta.

de movimentos sociais e ONGs ao longo dos anos (Pinto, 2004; Santos e Gugliano, 2015).

Além da presença no CEDS, a AMNB também desempenhou um papel ativo em vários outros Conselhos temáticos importantes já na sua primeira década de existência. Entre estes estão: o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Nas próximas sessões, abordo essas participações de forma mais detalhada.

3.2.1 – A luta pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e a presença no Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Um dos principais avanços recentes no âmbito da ampliação de direitos para a população negra foi a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída em 2009 pela Portaria N° 992, de 13/05/09. A criação da política foi um efeito direto das pressões dos movimentos negros e especialmente dos movimentos de mulheres negras que atuaram nas Conferências Nacionais de Saúde, nos conselhos Nacional, estaduais e municipais de saúde; e em diálogo próximo com o Ministério da Saúde (Milanezi, 2019).

A saúde é uma das pautas prioritárias dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres desde a década de 1970, que tem denunciado os efeitos do racismo no acesso à saúde e pressionado para a adoção de uma perspectiva focalizada de saúde pública para a população negra (Milanezi, 2019; Caldwell, 2017). Como já enunciado anteriormente, a pauta da saúde reprodutiva foi uma das principais agendas que contribuíram para forjar a identidade política coletiva as mulheres negras. Importante retomar que na década de 1990, as discussões em torno da esterilização cirúrgica chegaram a ser tema de uma CPMI para investigar a esterilização em massa de mulheres negras e pobres, movimentação fruto da pressão e da luta política das mulheres negras que culminou na Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar (Milanezi, 2019)

Além disso, como destaca Jaciane Milanezi (2019, p. 63), conhecer o perfil epidemiológico da população negra pela clivagem da raça tem sido um ponto de luta política central para as ativistas que atuam na pauta, em especial para garantir a produção pública de dados sobre as desigualdades raciais nesse tema. A ausência de dados desagregados por raça historicamente contribuiu para a invisibilidade das necessidades específicas da população negra, dificultando a formulação de políticas públicas eficazes. Assim, a coleta e a análise desses dados são essenciais para identificar e abordar as disparidades na incidência e no tratamento de doenças que afetam desproporcionalmente a população negra, como a hipertensão, a diabetes tipo 2 e a anemia falciforme (Nogueira, 2020, p. 45).

A PNSIPN foi implementada após longo processo de mobilização e *advocacy*, protagonizada pelos movimentos negros e movimentos de mulheres negras, que se intensificaram ao longo da década de 2000, com a abertura de oportunidades políticas que surgiram nos anos dos governos petistas e a partir da ocupação estratégica de cargos na burocracia por membros dos movimentos antirracistas. A tabela abaixo registra momentos relevantes relacionados a política de saúde da população negra:

Quadro 6 - Momentos relevantes relacionados a política de saúde da população negra

2001	III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas
2002	II Congresso de Pesquisadores e Pesquisadoras Negros (COPENE) no qual a área de saúde é consolidada. O congresso é organizado pela Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores Negras e Negros (ABPN).
2003	SEPPIR assina um acordo com o Ministério da Saúde para trabalhar em conjunto.
2003	XII Conferência Nacional de Saúde inclui pela primeira vez na história temática da saúde da população negra em seu relatório final, a partir das recomendações discutidas no âmbito do COPENE de 2002.
2004	Criação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra com o objetivo de assessorar o MS na formulação e implementação de políticas, ações e programas com uma perspectiva de equidade racial;
2004	Realização do I Seminário Nacional de Saúde da População Negra, pelo Ministério da Saúde, com a participação de representantes do SUS e do movimento negro
2004	III COPENE, com o tema Políticas Sociais e Políticas de Ações Afirmativas para Afrodescendentes.
2005	Realização do 2º Seminário Nacional de Saúde da População Negra.
2006	Representantes dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras conquistam pela primeira vez na história uma vaga no Conselho Nacional de Saúde, para o mandato de 2007-2009.
2006	Lançamento da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme
2008	Criação da Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra do CNS, com participação da AMNB.

2009	Publicação no Diário Oficial da Portaria 992 do Ministério da Saúde, que oficializa a na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/PNSIPN.
2010	Aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288), que inclui em seu texto, a PNSIPN.

Fonte: Elaboração própria a partir das contribuições de Werneck (2010), Caldwell (2017) e Milanezi (2019).

No âmbito das instâncias participativas nacionais, a inserção da AMNB se deu apenas na década de 2000, após muitas disputas políticas nas Conferências de Saúde. Ao longo de vários anos, esses espaços participativos da saúde tiveram debates intensos sobre como as políticas focadas, como a PNSIPN, que poderiam ferir o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Os principais argumentos nesse sentido afirmavam que a política de saúde pública no Brasil deveria ser inclusiva e não segmentada, de modo a garantir que todos os cidadãos, independentemente de raça, etnia, ou classe social, tenham acesso igualitário aos serviços de saúde (Araújo, 2015; Nogueira, 2020).

Entretanto, os/as ativistas negros/as tiveram sucesso nos embates construídos e conseguiram incluir na primeira vez na história, na XII Conferência Nacional de Saúde de 2003, a temática da saúde da população negra em seu relatório final. Além disso, as mulheres negras conquistaram uma vaga no Conselho Nacional de Saúde apenas em 2006, ocupada afinal pela AMNB, com suplência da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e da Congresso Nacional Afro-Brasileira (CNAB). A primeira mulher negra com assento no Conselho Nacional de Saúde, representando a AMNB, foi então a ativista Fernanda Lopes, seguida por Jurema Werneck, que fez parte do conselho entre até o ano de 2012, atuando também como Presidenta do Conselho e como Coordenadora Geral da 14ª Conferência Nacional de Saúde de 2011 (Caldwell, 2017).

Em 2008, foi criada a Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra (CISPN) no CNS, através pela Resolução nº 395 de fevereiro de 2008, com o objetivo de fornecer subsídios efetivos ao Conselho Nacional de Saúde na temática da população negra além de acompanhar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/PNSIPN (CNS, 2008). A Comissão foi coordenada por Ubiraci Matildes da União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO); e contou com representação da AMNB a partir da coordenadora-adjunta, Simone Cruz, da ACMUN.

Ao longo da atuação da AMNB nos espaços participativos da saúde⁴⁰, as representantes fizeram uma defesa incisiva de políticas voltadas para a saúde da população negra no geral, pressionando para a garantia de orçamento específico para a política no âmbito do PPA⁴¹, bem como ações para monitoramento da sua implementação e a divulgação para o público beneficiário da política. As representantes da AMNB, a partir da defesa da equidade racial, também reivindicaram pela criação de programas focalizados para prevenção e tratamento do HIV/AIDS, que afetava desproporcionalmente entre a população negra⁴².

De forma geral, é possível identificar a importância da inserção da AMNB nas instâncias participativas nacionais de saúde na década de 2000, em especial no Conselho Nacional de Saúde. As representantes da AMNB tiveram uma atuação qualificada nesses espaços, evidenciando um compromisso contínuo com a promoção da equidade na saúde. Considerando que essa década foi fundamental para a ampliação dos direitos da população negra na área da saúde e para a consolidação da necessidade de políticas focalizadas para essa população, nota-se que a presença nesses espaços foi bastante estratégica para garantir não apenas a execução concreta das políticas conquistadas, como também o acompanhamento dos seus processos de implementação.

3.2.2 - Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM)

A importância desse momento não se revela somente pelo fato de os movimentos de mulheres dialogarem com os governos para traçarem as bases destas políticas e de poderem comprometer os gestores na sua realização, mas, sim, pelo reconhecimento dos movimentos de mulheres como sujeitos

⁴⁰ Essas informações foram extraídas as atas das reuniões do Conselho Nacional de Saúde que contaram com a presença de Jurema Werneck ou de Fernanda Lopes. As atas estão disponíveis em: <https://conselho.saude.gov.br/atas-cns>.

⁴¹ Plano Plurianual é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma descentralizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal no período de quatro anos, promovendo a identificação clara dos objetivos e das prioridades do governo.

⁴² Algumas organizações da AMNB tem historicamente atuado nessa pauta. A ONG Maria Mulher, por exemplo, atuava desde o final da década de 1980 como desenvolvimento de programas para prevenção do HIV/AIDS, bem como no tratamento e suporte para mulheres negras vivendo com HIV/AIDS (Caldwell, 2017).

políticos legítimos para definir as ações - governamentais, que deverão ser empregadas para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Lúcia Xavier (2004) sobre a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres

Outra instituição participativa que a AMNB esteve presente na sua primeira década de existência foi o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). A instituição foi fundada em 1985, o CNDM tem uma importância fundamental no âmbito das lutas dos direitos da mulher uma vez que é considerada o primeiro mecanismo de políticas para mulheres de nível federal criado no Brasil. De acordo com a Lei 7.353, que regulamentou a sua criação, o Conselho teria “autonomia administrativa e financeira em todo o processo de elaboração e monitoramento de políticas, bem como a prerrogativa de executor de políticas públicas”, conferindo-lhe grande responsabilidade administrativa (Rosário, 2021, p. 114).

Historicamente, o CNDM já foi palco de diversos embates e disputas políticas relevantes para as mulheres negras. Ainda no seu primeiro ano de existência, esteve envolvido nas mobilizações em torno da campanha *Constituinte sem mulher fica pela metade*, com o objetivo de pressionar a Assembleia Constituinte para que o texto constitucional incluísse questões que incidiriam nas condições de existência das mulheres e contou a presença de Lélia Gonzalez e de Sueli Carneiro como conselheiras. Além disso, ainda nos seus primeiros anos, se criou o Programa da Mulher Negra e CNDM, como visto, ofereceu apoio fundamental para realização do Tribunal Winnie Mandela de 1988, apresentado no início desse capítulo (Rosário, 2021).

Oficialmente, a AMNB se inseriu no CNDM a partir de 2003, participando das seguintes gestões: 2003-2005, 2005-2007, 2008-2010, 2010-2014, e parcialmente a gestão 2014-2017⁴³ (Araújo, 2014; Rosário, 2021). Inicialmente, foi representada por Nilza Iraci, do Geledés (SP), em seguida por Angela Maria de Lima Nascimento, do

⁴³ Parte significativa das representantes do CNDM, incluindo a AMNB, abandonaram o conselho em 2016 como protesto contra o golpe/impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, alterando significativamente o ambiente político e as operações do conselho. Para mais informações, ver Rosário (2021).

Observatório Negro (PE)⁴⁴, posteriormente por Maria das Dores do Rosário, do IMENA (AP), e por último, por Josanira Rosa Santos Luz, do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (MA). De forma geral, os posicionamentos das representantes da AMNB reforçaram a necessidade da adoção de perspectivas interseccionais no âmbito da proposição de ações e programas implementados para a equidade de gênero. Em diversos momentos reforçaram igualmente a urgência de inclusão da dimensão racial nas análises, contemplando assim as especificidades das mulheres negras e também a dimensão territorial, que diversifica bastante as experiências das mulheres brasileiras, afetando especialmente como acessam às políticas públicas.⁴⁵

Além do fortalecimento do CNDM, a primeira década de 2000 também foi palco de uma série de Conferências Nacionais que também foram experienciadas neste contexto. As Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres surgiram a partir da pressão dos movimentos feministas, no contexto de consolidação de novas formas de participação e modelos renovados de instituições deliberativas. Além disso, surgem para dar conta da diversa de demandas a partir dos diversos marcadores de opressão para influenciar as agendas governamentais no sentido de ampliar e aprofundar os direitos das mulheres. Para além de configurarem como ações do projeto de governo democrático-participativo, Marlise Matos e Isabella Lins (2018, p. 139) destacam como esses instrumentos, como as Conferências e os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, representam uma etapa crucial nos complexos processos de luta por reconhecimento e inclusão das mulheres brasileiras nas agendas do Estado.

Nesse sentido, os as Conferências têm como objetivos principais o aprofundamento e a radicalização da democracia, impulsionando inovações teóricas e práticas de ação política. Além disso, visa desafiar as tradições autoritárias e patriarcais do passado, que sustentaram e legitimaram padrões de exclusão na sociedade e nos imaginários sociopolíticos brasileiros. Ao todo, foram realizadas 4 Conferências Nacionais, em

⁴⁴ O Observatório Negro (PE) fez parte da AMNB no início do ano nos 2010, mas não figura mais entre a lista de organizações membras.

⁴⁵ Informações consultadas nas atas das reuniões do CNDM, disponíveis em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/atas-de-reunioes6>.

2004, 2007, 2011 e 2016, cada uma reunindo milhares de participantes para deliberar sobre diversas questões que relacionadas à vida das mulheres, incluindo violência, autonomia econômica e participação política (Matos e Lins, 2018).

Cabe pontuar que as Conferências foram realizadas a partir de uma metodologia que ampliava ainda mais o seu caráter participativo, uma vez que eram precedidas de conferências municipais e estaduais, que tinha o objetivo de realizar debates mais aprofundados sobre as realidades das mulheres em nível local, aproximando a sociedade civil dos gestores públicos locais. Após as discussões, havia um processo de votação para indicar as delegadas que representariam aquele coletivo na etapa seguinte, ou seja, na conferência regional e/ou estadual e em seguida, na etapa nacional.

As Conferências Nacionais tiveram como resultados a implementação dos Planos Nacionais de Políticas Para Mulheres, importantes instrumentos democráticos que serviram de subsídios para a formulação de políticas públicas focadas em gênero entre 2004 e 2016 (Matos e Lins, 2018). Ao todo foram três Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPMs) no Brasil, o primeiro PNPM foi criado em 2004, após o primeiro CNPM, e incluiu 199 ações distribuídas em 26 prioridades com o objetivo de abordar várias questões que afetam as mulheres; o segundo PNPM foi desenvolvido com base nos resultados do segundo CNPM e refinou ainda mais as prioridades e ações para continuar promovendo os direitos das mulheres e a igualdade de gênero e o terceiro PNPM, abrangendo o período de 2013 a 2015, foi construído a partir de uma revisão do segundo PNPM e das resoluções do terceiro CNPM, com foco no fortalecimento das políticas de direitos das mulheres (Matos e Lins, 2018).

No âmbito da participação e da incidência das mulheres negras, ressalta-se a atuação da AMNB nas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, sobretudo no âmbito das da elaboração das diretrizes e ações pelo Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a incidência na redação do capítulo do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres voltado para o “Enfrentamento do racismo, sexismo e Lesbofobia” (Ribeiro, 2008). O protagonismo das mulheres

negras, em especial da AMNB, na elaboração desse capítulo que enfatiza a necessidade urgente de se incorporar a perspectiva de raça/etnia e orientação sexual nas políticas públicas direcionadas às mulheres, foi essencial para a sua aprovação. A influência das mulheres negras foi evidente ao longo da sua participação em eventos nacionais e nas etapas preparatórias de nível estadual e municipal. Além disso, essa ação coordenada também ficou explícita, considerando-se os documentos produzidos por elas, como o relatório *Mulheres negras brasileiras* divulgado na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e no *Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras*⁴⁶ (Ribeiro, 2008). Esses documentos demonstram como as mulheres negras articularam as suas demandas e garantiram que suas vozes fossem ouvidas, promovendo uma abordagem interseccional que reconhece as múltiplas dimensões de opressão enfrentadas por elas.

3.3.3 – O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)

Além da SEPPIR, uma das propostas implementadas no primeiro ano do Governo Lula para a equidade racial foi a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), em 2003. O Conselho funciona como um colegiado participativo composto por membros do governo e da sociedade civil (predominantemente representantes de movimentos negros) e tem como principal atribuição propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial, com especial ênfase na população negra e em outras populações etnicamente marcadas no Brasil. Além disso, tem como objetivos centrais o enfrentamento ao racismo, o preconceito e a discriminação racial, bem como a atuação propositiva para a redução das desigualdades raciais, no âmbito de aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (IPEA, 2012).

A primeira gestão do Conselho, era composta por contou com a representação de entidades raciais e organizações negras, além de grupos indígenas, judeus, palestinos e ciganos; e personalidades de notório saber, como o intelectual Kabengele

⁴⁶ Esse foi um dos principais diagnósticos produzidos pela AMNB. Elaborado com o apoio da Fundação Ford e do UNIFEM, foi apresentado em 17 de julho de 2008 na audiência da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em Washington/EUA.

Munanga, a cantora Leci Brandão e o poeta Oliveira da Silveira. No total, com punham o CNPIR 20 entidades da sociedade civil, 17 representantes do poder público – entre ministérios e secretarias de estado – e três personalidades notórias (IPEA, 2012). Para Lúcia Xavier, da ONG Criola e a responsável por acompanhar as atividades do CNPIR pela AMNB, esses primeiros anos de construção bastante desafiadores:

A ação do Conselho durante todo o primeiro mandato foi inócua. o Conselho já encontrou uma política em andamento e apesar da função consultiva e de controle social, a política nunca foi apresentada como um processo que pudesse ser revisto ou fiscalizado. gerando assim um intenso debate sobre o caráter e a função do Conselho. O debate sobre o caráter do Conselho revelava a necessidade de um mecanismo de controle social que pudesse ter maior gerência sobre a nova política e ao mesmo tempo ampliar a força da SEPPIR, a partir da participação articulada com diferentes conselhos de direitos e/ou de políticas (Xavier, 2008, p. 46)

Os membros do Conselho, acrescenta Xavier (2008), em especial os representantes da sociedade civil, tiveram pouca margem para propor mudanças ou sugerir novas ações ou programas, uma vez que apenas os resultados dessas implementações eram apresentados nas reuniões do conselho, limitando o caráter consultivo desse espaço. Nessa mesma linha, a pesquisa de Igor Fonseca (2015) indica por exemplo como a maioria dos membros do CNPIR não acreditava que o conselho tinha influência significativa no processo de elaboração e de implementação de políticas públicas da SEPPIR e nem mesmo no âmbito da influência da opinião pública na temática da promoção da igualdade racial.

Importante pontuar que uma instituição participativa recém-criada pode apresentar uma fragilidade institucional, que aliada ao fato de que o governo tinha pouca experiência com a institucionalização de políticas de igualdade racial podem ter contribuído para que os debates no âmbito do CNPIR não fossem tão exitosos. Como mencionado anteriormente, a SEPPIR sempre representou a pasta como menor dotação orçamentária do governo e essa posição marginal afetou diretamente a efetividade de um espaço como o CNPIR, que demanda não apenas compromisso político com a pauta como também a abertura política de outros setores que também são responsáveis pela implementação dessas políticas.

Apesar desse cenário, as mulheres da AMNB continuaram construindo esse espaço nos anos seguintes. O quadro abaixo apresenta uma sistematização das informações sobre as ativistas que atuaram como representantes da AMNB no âmbito do CNPIR, considerando a organização que fazem parte e o período em que acompanharam as reuniões:

Quadro 7 - Representantes da AMNB no âmbito do CNPIR

NOME	ORGANIZAÇÃO	PERÍODO
Lúcia Xavier	Criola	2003-2006
Elaine Oliveira Soares	ACMUM	2007
Vera Lúcia Fermiano	Casa da Mulher Catarina (SC)	2008-2010
Vera Regina Paula Baroni	Uiala Mukaji	2011
Maria Conceição Lopes Fontoura	Maria Mulher	2012-2014
Nilma Bentes	CEDENPA	2015-2018 ⁴⁷

Fonte: elaboração própria com base em consulta das atas das reuniões do CNPIR.

Assim como nas pautas da saúde e dos direitos das mulheres, houve Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), com o objetivo de se ampliar a participação da sociedade civil na discussão e na proposição de políticas públicas focadas nessa temática. Ao todo foram realizadas quatro Conferências Nacionais, sendo a primeira realizada em 2005, a segunda em 2009, a terceira em 2013 e a quarta em 2018.

Quando comparada com outras Conferências de direitos de grupos minorizados, as CONAPIR se destacam pelo volume de diretrizes e propostas aprovadas. A CONAPIR de 2005, por exemplo, aprovou cerca de 1.068 diretrizes, incluindo a criação de cotas para populações negras, indígenas e quilombolas em concursos públicos e a instituição do Dia da Consciência Negra como feriado nacional. Na II CONAPIR, foram aprovadas 850 diretrizes. De acordo com o trabalho de Thamy Pogrebinschy (2012), o volume de deliberações das CONAPIR chegou a ser 10 vezes maior do que de

⁴⁷ De acordo com Santos e Avelino (2020), a composição eleita para atuar no biênio 2014-2016, foi reconduzida para um novo mandato consecutivo, que se encerrou em 2018. Os autores também informam que na eleição de 2018, para o biênio 2018-2020, a AMNB foi eleita novamente como titular do conselho. Entretanto, a AMNB decidiu em junho de 2016, se retirar de todos os conselhos e comitês nacionais que estavam atuavam após o golpe contra a Presidenta Dilma, por considerar que “essas instâncias perderam, diante do golpe, seu papel de espaços de mediação, participação social e afirmação democrática” (AMNB, 2016).

outras Conferências tais como as de direitos da pessoa idosa, de políticas públicas LGBT⁴⁸, dos povos indígenas, das juventudes etc. As primeiras Conferências Políticas Públicas para Mulheres também apresentaram um volume considerável de diretrizes, mas, ainda sim, não chegaram nem a metade do número de propostas apresentadas nas CONAPIR.

Ainda que não seja possível elaborar grandes conclusos a partir desse dado isolado, os números parecem demonstrar de um lado uma falta de priorização por parte dos participantes da Conferência como também a diversidade de propostos que circulam no âmbito desses espaços. Entretanto, uma análise mais cuidadosa no conteúdo dessas propostas demonstra também que parte delas fogem do escopo da conferência por não serem diretamente relacionadas a promoção da igualdade racial. Pogrebinschy (2012, p. 17) destaca por exemplo, que diretrizes como “promover a preservação do meio ambiente natural e a descontaminação das nascentes” (II CONAPIR, 2009) ou “tornar obrigatória a disciplina de informática nos ensinos fundamental e médio” (I CONAPIR, 2005), seriam diretrizes para políticas públicas gerais e, portanto, transcendem o tema central da conferência.

Outro ponto destacado pela autora é o fato de a expressiva maioria das diretrizes aprovadas nessas conferências são de caráter administrativo, ou seja, expressam demandas de competências do Poder Executivo, e por isso muitas vezes requerem a implementação de políticas já estabelecidas em lei. Com isso, por mais que o objetivo das Conferências Nacionais seja fornecer as principais diretrizes para a formulação de políticas públicas, elas servem também como fontes elaboração de diretrizes para a implementação de políticas já formuladas e também como instâncias de monitoramento de políticas (Pogrebinschy, 2012).

Assim, apesar da importância desses espaços participativos, especialmente no que tange ao aprofundamento democrático, percebe-se que eles ainda precisam ser bastante fortalecidos para garantir que as diretrizes aprovadas nesses espaços possam de fato se converter em qualificação das políticas públicas. As ativistas da

⁴⁸ Sigla utilizada conforme o texto da Conferência em 2008.

AMNB continuaram ocupando esses espaços, especialmente por ser um dos poucos fóruns de nível nacional no qual podem ecoar as questões e demandas das mulheres negras. É nesse sentido que elas participam da III CONAPIR, em 2013, na qual fazem o lançamento oficial da Marcha das Mulheres Negras de 2015.

A análise das experiências da AMNB ao longo desta década evidencia a importância da construção de um diálogo contínuo e crítico com o Estado, buscando-se sempre a implementação efetiva de políticas públicas que promovam a equidade racial e de gênero. Ainda que a criação da SEPPIR/PR em 2003 tenha sido um avanço bastante significativo para a promoção da igualdade racial, ficou perceptível como a fragilidade institucional limitou as possibilidades de cooperação com outras organizações. Nesse sentido, observa-se que a articulação estratégica com o Estado brasileiro figurou como um dos principais repertórios de interação utilizados pela AMNB, valorizando especialmente a presença qualificada em espaços participativos.

A atuação no Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher e o próprio Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, foi bastante estratégica para garantir a inserção das especificidades das mulheres negras nas políticas públicas. A presença qualificada dessas ativistas em tais espaços permitiu avanços significativos, como a criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a inclusão de perspectivas interseccionais nas diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a partir do eixo *Enfrentamento do racismo, sexismo e Lesbofobia*. Contudo, as dificuldades enfrentadas para garantir a transversalidade das políticas de gênero e raça e a insuficiência de recursos destinados a essas pautas refletem a contínua marginalização das questões raciais e de gênero dentro das estruturas governamentais.

No entanto, esses avanços foram acompanhados por desafios inerentes à estrutura do Estado brasileiro, caracterizado por profundas raízes patriarcais, racistas e coloniais. As limitações orçamentárias e a necessidade constante de intervenções presidenciais para garantir a efetiva cooperação entre Ministérios evidenciaram as

barreiras estruturais enfrentadas pela implementação das ações sensíveis a gênero e raça em um país ainda bastante influenciado pelo mito da democracia racial.

Finalmente, a autonomia relativa de algumas organizações negras, como o Geledés e a Criola, especialmente no âmbito da autonomia financeira, proporcionou para a AMNB a possibilidade de adotarem uma postura crítica em relação ao Estado e permitiu articulações com diversos órgãos governamentais. Além disso, por estarem na coordenação ao longo dessa primeira década, Geledés e Criola, nota-se que essas organizações tiveram um protagonismo muito central no âmbito da representação da AMNB na primeira década.

Como apresento no próximo capítulo, a estratégia de ocupar as instituições participativas alcançou seu limite em meados da década de 2010 e foi revista pela AMNB por diversos motivos. Ademais, as mudanças na conjuntura política e o acirramento das desigualdades estruturais de gênero, raça e classe contribuíram para significativas transformações na atuação da AMNB a partir desse período.

CAPÍTULO 4 - A SEGUNDA DÉCADA: TURBULÊNCIAS POLÍTICAS E REORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O dia 20 de julho de 2010 é marcado pela assinatura, do então Presidente Lula, da

Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. O projeto de lei, de autoria do deputado federal Paulo Paim (PT/RS), estava tramitando no Congresso Nacional desde o ano 2000, e foi proposto a partir da abertura de oportunidades políticas geradas pelo processo de preparação para III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerâncias, realizada em Durban de 2001. O projeto foi debatido ao longo de uma década, na qual foram removidos elementos essenciais que, por sua vez, conferiam ao um projeto uma robustez política capaz realizar um enfrentamento sistemático às desigualdades raciais brasileiras. Com isso, apesar da relevância, o 20 de julho de 2010 foi marcado por deixar uma lembrança agri-doce na memória dos ativistas dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras.

O marco do Estatuto da Igualdade Racial é determinante para a luta de superação do racismo na sociedade brasileira. Com força de lei, o instrumento consolida políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial e à erradicação de desigualdades históricas; institucionaliza as ações afirmativas, como as cotas raciais em universidades e no serviço público; e fortalece órgãos como a SEPPIR, essenciais na implementação dessas políticas. Ao integrar conteúdos afro-brasileiros nos currículos escolares e abordar desigualdades na saúde, o Estatuto promoveu a valorização da cultura afro-brasileira, buscando uma educação inclusiva e serviços de saúde de qualidade para a população negra. Resultado de décadas de mobilização do movimento negro, que reivindicava a criação de mecanismos legais para se combater a discriminação racial e promover a inclusão social, o Estatuto representou um avanço significativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil.

Entretanto, a decepção em relação ao texto final do Estatuto da Igualdade Racial é quase uma unanimidade entre os mais diferentes setores antirracistas. Muitos argumentam que a versão final do Estatuto seria mais representativa das concessões políticas necessárias para sua aprovação do que das reais necessidades da população negra. Entre as principais perdas estão a indenização pecuniária para descendentes afro-brasileiros; a criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial; a reserva de vagas para candidaturas negras a cargos eletivos; cotas para empresas de grande porte, entre outras. Essas mudanças foram vistas como uma diluição das

intenções originais do estatuto, reduzindo o seu potencial de promover uma verdadeira igualdade racial (Lemos, 2016). A fala da ativista Jurema Werneck abaixo apresenta algumas de suas críticas e alguns elementos relativos à temperatura política época:

[...] o Estatuto aprovado pelo Senado Federal, capitaneado por uma estranha aliança entre o Partido dos Trabalhadores e o Democratas às vésperas de processo eleitoral nacional é bom para quê? Para quem? Decididamente não é bom para gente que, como eu, como tantas e tantos, lutamos cotidianamente para garantir que o desejo da sociedade brasileira por justiça se mantenha vivo e sem entraves (por que eles não nos ouviram?). Também não é bom para aquelas e aqueles que precisam agora viver e fazer acontecer a certeza de que o racismo está mais fraco, que o Brasil pode ser o que um dia desejou ser: uma democracia sem racismo (por que eles não nos seguiram?). Tampouco será bom para aquelas e aqueles que, como nós, entendemos representação como compromisso. Trabalho legislativo como escuta – diálogo – com a sociedade (onde foi que estes princípios se perderam?). [...] Um dia de indagações: o que significam as mudanças no capítulo sobre saúde? Supressão da obrigatoriedade de registro da cor das pessoas nos formulários de atendimento e notificação do Sistema Único de Saúde? Abandono da necessidade de pactuação entre União, Estados e Municípios para a descentralização de políticas e ações em saúde da população negra? Abdicação da definição de indicadores e metas na política pública? Afinal, o que eles queriam negar? O que pensaram aprovar? (Werneck, 2010, s/p).

A sensação de derrota relativa ao texto final do Estatuto da Igualdade Racial seria um prenúncio das turbulências políticas que estavam por vir. Ao longo da década de 2010, o Brasil passou por diversas turbulências políticas que afetaram radicalmente o contexto no qual as organizações que compõe a AMNB atuam. Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é apresentar a atuação nesse período, registrando as suas movimentações políticas na sua segunda década até os dias de hoje. Assim apresento como as mudanças políticas e o acirramento da conjuntura afetaram a sua atuação estratégica e quais inovações têm sido elaboradas pelas mulheres negras.

4.1 – Anos de turbulência e acirramento de tensões políticas

A partir das eleições de 2010, houve uma alteração drástica no contexto político brasileiro (Rodrigues, 2021). Após o fim dos dois mandatos do Presidente Lula, a economista Dilma Rousseff chega ao poder celebrada por setores progressistas como a primeira presidenta mulher do país. A questão de gênero foi bastante relevante ao longo de todo processo eleitoral e, o fato de Dilma ter apoiado, no passado, pautas como a descriminalização do aborto, foi utilizado contra ela para desacreditar a sua

candidatura com o eleitorado mais conservador. Foi inclusive necessário que a candidata Dilma se comprometesse, a partir de uma carta escrita aos evangélicos, que não iria pautar nenhuma alteração sobre o tema durante o seu mandato.

Durante o seu primeiro mandato, argumenta Rodrigues (2021), o governo de Dilma Rousseff, em sua tentativa de manter a governabilidade, teve que fortalecer alianças com alguns dos setores mais conservadores da política nacional, o que resultou no aumento da influência política desses parlamentares. Nesse período, o partido de lideranças neopentecostais como Marco Feliciano e Eduardo Cunha fazia parte da base do governo, fato que acirrou bastante as disputas entre setores mais progressistas do governo. Os deputados mencionados foram responsáveis por propostas legislativas que colaboravam com uma redução significativa dos direitos das mulheres, especialmente os direitos reprodutivos.

Em relação ao tema, em 2011, a AMNB se posicionou por meio de Nota como contrária à Medida Provisória 557/2011, voltada para a prevenção da mortalidade materna, mas que trazia um paradigma bastante limitado sobre a saúde das mulheres e não iria trazer contribuições de fato para o enfrentamento ao problema, especialmente para as mulheres negras. Para elas, além de um equívoco, a MP também trazia armadilhas que poderiam contribuir com a redução dos seus direitos, especialmente na parte do texto que conferia personalidade civil ao nascituro, algo que, na prática, poderia levar à criminalização o aborto inclusive nos casos já permitidos pela legislação brasileira (AMNB, 2011).

Além disso, os movimentos de mulheres negras tiveram uma atuação importante nos debates sobre o Programa Rede Cegonha, proposto pelo Ministério da Saúde e voltado para “assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis” (Brasil, 2011). A AMNB teve atuação importante no Conselho Nacional de Saúde, se posicionando contra ao programa, uma vez que este representava, de fato, um retrocesso de décadas no âmbito da integralidade da saúde das mulheres, focando as suas ações apenas em momentos relativos à gravidez, parto e puerpério. Além disso, tanto a Rede

Cegonha, quanto a MP 557/2011, foram instrumentos elaborados com pouquíssima participação e consulta as organizações de mulheres e aos movimentos feministas, embora tenha contado com a participação de membros da CNBB na sua formulação, que à época tinham uma presença ativa nas discussões sobre políticas de saúde para mulheres (Carvalho, 2016).

Os próximos anos, foram marcados por uma crescente crise de legitimidade do governo, que atingiria um pico entre os anos 2013 e 2015. As chamadas Jornadas de Junho de 2013 foram um marco fundamental desse processo intenso de reconfigurações na arena política brasileira que afetou os atores, as práticas, as formas de mediação e as matrizes discursivas (Bringel e Players, 2015). O ápice dessa crise teve como resultado golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a Presidenta Dilma Rousseff, concluído oficialmente em 31 de agosto de 2016, quando ela foi retirada permanentemente do cargo. Como argumenta Rodrigues, essa crise política teve, entre seus muitos efeitos perversos, impacto negativo na agenda política progressista em diversos eixos, inclusive no âmbito dos debates sobre equidade de gênero e raça (Rodrigues, 2021).

Sobre esse período, o autor brasileiro Leonardo Avritzer (2020), fala de uma degradação institucional em curso relacionada com o comportamento pendular do sistema político brasileiro, em que teria havido uma oscilação entre “certos períodos históricos nos quais as elites e massas partilham de forte entusiasmo democrático e outros momentos em que a classe média adotada uma visão antidemocrática, alinhada com as elites, e muitos setores populares que aderem à rejeição da política ou a antipolítica” (Avritzer, 2019, p. 16). Assim, para o autor, as turbulências da então conjuntura estariam relacionadas com a movimentação das elites e da classe média contra a soberania popular e a ordem democrática.

Nesse sentido, os autores Jaime Alves e João Costa Vargas (2019), argumentam que a ascensão conservadora recente no Brasil se conecta a uma mobilização discursiva de repúdio ao conjunto das políticas sociais implementadas a partir de 2003, condenação da suposta “corrupção generalizada” dos governos petistas e, também, uma aversão aos grupos subalternizados, entre eles a população negra. Assim, o

desconforto da classe média com a conquista de direitos trabalhistas das empregadas domésticas em 2013, majoritariamente negras ou com as ações afirmativas que ampliaram a presença de negros/as nas universidades, são apontados como fatores explicativos para o apoio de certos setores da sociedade às forças antidemocráticas e conservadoras. Entretanto, ao invés de mobilizar exclusivamente a lógica do *backlash* cultural, os autores defendem que há um *continuum* do ódio antinegro presentes desde a fundação da nação brasileira e atualizados ao longo do tempo (Alves e Vargas, 2019).

A noção de *continuum* do ódio antinegro, ainda que pareça antagônica com a argumentação de uma novidade apresentada pela crise política dos últimos anos, informa a complexidade das relações raciais brasileiras, em que foi possível coexistir projetos de extermínio da população negra com iniciativas em prol da promoção de mais igualdade racial (Alves e Vargas, 2019). Em um sentido semelhante, Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2019, p. 70) afirma que a experiência social negra nesse contexto de avanços progressistas é paradoxal uma vez que, de um lado temos “estudantes negros nas universidades pautando mudanças necessárias na perspectiva de vida da juventude” e, de outro, “esse mesmo contingente experimentando uma vitimização homicida que só pode ser comparada com locais que vivem guerras declaradas”. Sem negar os ganhos efetivos das políticas sociais dos governos petistas, a autora indica que as práticas de promoção da igualdade racial têm tido poucos resultados no combate às estruturas enraizadas do racismo, se tratando, portanto, de direitos frágeis, passíveis de revogação diante da temperatura política da vez. Assim, os efeitos da guinada política conservadora, acirrada a partir do *impeachment/golpe* da presidenta Dilma Rousseff, impactam desproporcionalmente a população negra que são mesmo a população mais afetada pelas agendas econômicas austeras, as reformas trabalhistas e os cortes orçamentários no eixo da saúde e da educação. A sinalização de que “o país será retomado pelas mãos das quais nunca deveria ter saído” (Flauzina, 2019) nos anos de Governo Bolsonaro é um forte indício do caráter racista dos tempos atuais que tem o genocídio antinegro uma das suas características principais.

Além desses elementos, a questão de gênero é um também determinante para a compreensão dos acirramentos políticos nos anos 2010, uma vez que o combate à “ideologia de gênero”⁴⁹ e os ataques aos direitos das mulheres têm sido as principais agendas dos grupos conservadores que ganharam mais espaço na arena política. Biroli *et al* (2020) analisam os processos recentes de erosão democrática na América Latina a partir das disputas em torno das dimensões de gênero e sexualidade, identificando o que há de novo nas movimentações dos chamados grupos neoconservadores. Para os autores, a nova configuração do conservadorismo religioso emerge em reação aos avanços recentes no âmbito dos direitos reprodutivos e sexuais e partir do declínio do catolicismo e da expansão do pentecostalismo, em aliança com segmentos não religiosos, todos atuando para garantir a sua hegemonia moral em diversos lugares do mundo (Biroli *et al*, 2020, p. 189).

A noção de neoconservadorismo mobilizada pelos autores refere-se às coalizões estabelecidas entre atores distintos, com influências religiosas⁵⁰ ou não, que atuam em prol da manutenção da ordem patriarcal e do sistema capitalista. Em uma dimensão, são grupos religiosos cristãos que agem em defesa da ordem familiar patriarcal - formada pelo casamento exclusivamente heterossexual e pela subordinação das mulheres e crianças aos homens - considerada ameaçada pelos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI+. Além disso, são grupos que expressam a aliança conservadora cristã com o neoliberalismo, convergindo em torno

⁴⁹ O termo “ideologia de gênero” surge pela primeira vez na década de 1990 em documentos da Igreja Católica indicando que gênero seria uma ameaça à família, ao sexo matrimonial e à complementariedade entre homem e mulher. Mobilizado cada vez mais por grupos conservadores católicos e evangélicos, tem se tornado uma estratégia para coibir debates, legislações e políticas públicas voltados para o combate às desigualdades de gênero e um slogan político utilizado por líderes da extrema direita em diversos países do mundo. Um exemplo é o caso da Hungria em que a cruzada contra a “ideologia de gênero” resultou na proibição dos estudos de gênero nas universidades húngaras por decreto assinado pelo Primeiro-ministro Viktor Orbán. No contexto brasileiro, o combate à “ideologia de gênero” foi incluído no programa de campanha do Presidente Jair Bolsonaro, intenção reafirmada no seu discurso de posse em 1º de janeiro de 2019 (Biroli *et al*, 2020).

⁵⁰ A dimensão religiosa do neoconservadorismo afeta não só as questões de gênero e sexualidade como também as vivências e expressões religiosas plurais, uma vez que, no caso brasileiro, os grupos neoconservadores atuam no sentido da manutenção exclusiva dos valores cristãos e são abertamente contrários às práticas religiosas de matriz africana. Nesse contexto, o combate ao racismo religioso expresso por esses grupos tem sido cada vez mais pautado pelos movimentos de mulheres negras brasileiras.

da defesa da família e da regulação da ordem sexual para o desenvolvimento de um projeto que alia a moralidade tradicional e a racionalidade econômica (Biroli *et al*, 2020)

A reação contrária à agenda de gênero, indica Flávia Biroli (2020) é um elemento comum aos processos atuais de erosão democrática visualizado em diferentes partes do mundo. São fenômenos que estão diretamente associados uma vez que “comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como pluralidade, laicidade, proteção às minorias, direito à livre expressão e à oposição”, além de servirem para legitimar discursos e figuras autoritárias e antipolíticas (Biroli, 2020, p. 137). Os atores neoconservadores têm impactado a aprovação de leis, a formulação de políticas públicas e os processos eleitorais, favorecendo a incorporação de agendas que limitam direitos de grupos minorizados, mas ancoradas na defesa das “maiorias” e do “povo”. Além disso, um ponto importante destacado pela autora é como a relação entre democracia e desigualdades, especialmente desigualdades de gênero, raça e classe, é central para a compreensão, não só dos limites históricos desse arranjo político, mas também dos processos recentes de erosão.

Ainda na dimensão dos ataques ao gênero, Marlise Matos (2020) argumenta como o *impeachment/golpe* de Dilma Rousseff em 2016 foi também um golpe contra as iniciativas estatais de despatriarcalização do Estado iniciadas timidamente nos governos petistas ao longo dos anos 2000. Além disso, a violência política praticada ao longo do processo do *impeachment* contra a presidenta e o aprofundamento da Violência Política Contra as Mulheres em perspectiva Interseccional (VPCMI)⁵¹ são sintomas alarmantes da dimensão sexista do momento político atual e tem como efeito

⁵¹ Utilizamos aqui a definição de VPCMI proposta por Marlise Matos (2024, p. 6), que define esse tipo de violência como “qualquer ato, ameaça, conduta ou omissão – incluída a tolerância – que provoque dano ou sofrimento físico, sexual, moral, psicológico ou econômico às mulheres, cuja prática tem por objetivo impedir o reconhecimento, o gozo, a fruição ou o exercício da cidadania política plena, pressuposto para o exercício de direitos políticos (inclusive o direito de ocupar cargos públicos, o direito ao voto secreto, de associação e reunião, de fazer campanha livremente e de exercer sua liberdade de opinião e expressão, entre outros), em razão de gênero, identidade de gênero, sexo, orientação sexual, raça, cor, etnia, idade, escolaridade, religião, deficiência, pertencimento político, identificação ideológica, pertencimento a uma região do país ou a outro país, ativismo ou pertencimento a movimentos sociais, bem como em razão das suas intersecções”.

a manutenção da representação política como um privilégio masculino e branco (Matos, 2020).

É nesse cenário que o país se torna palco de um dos episódios mais tristes da sua história contemporânea. No dia 14 de março de 2018, Marielle Franco, vereadora eleita pelo PSOL na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016, foi assassinada a tiros quando voltava de um evento organizado na Casa das Pretas, na região central da cidade. A movimentação estrutural trazida pela presença de mulheres negras na política institucional tem sido vista como uma ameaça aos agentes conservadores que buscam (r)estabelecer padrões sociais que privilegiam uma classe política formada majoritariamente por homens brancos, cisheterossexuais e ricos.

“Eu não serei interrompida!”, bradou Marielle Franco na tribuna da Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro alguns meses antes de ser assassinada. É fato que o seu assassinato não interrompeu o seu legado político, que ainda ecoa na política brasileira. Se o intuito dos mandantes do seu crime era silenciar a voz de um corpo político não hegemônico, em um sentido oposto, já nas eleições de 2018, emergiram diversas de mulheres, especialmente mulheres negras, com candidaturas que prometiam continuar a luta feminista, antirracista e anticapitalista desenvolvida pela vereadora. Conhecidas como “as sementes de Marielle”, Renata Souza, Dani Monteiro e Mônica Francisco foram eleitas para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em outubro de 2018. Além delas, no plano federal, a eleição das deputadas federais Talíria Petrone (PSOL-RJ) e Áurea Carolina (PSOL-MG) também representam esse legado (Rodrigues, 2021).

Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro, complementa essa escalada de turbulências políticas e de crise sistêmica que o país enfrentava. O seu governo se inicia em 2019, formado por figuras como Damarens Alves, pastora evangélica que ocupava o cargo de Ministra da Mulher, da Família e do Direitos Humanos; Sérgio Camargo, figura que se posicionava como radicalmente contra aos movimentos negros, ocupando o cargo de presidente da histórica Fundação Palmares; e Abraham Weintraub, Ministro da Educação, abertamente contrário as universidades federais. Esses atores foram

responsáveis por retrocessos significativos no âmbito dos direitos das mulheres, da preservação da cultura negra e para a educação pública brasileira.

Ao longo dos quatro anos de bolsonarismo, presenciamos a ampliação dos ataques às instituições e aos fundamentos do Estado Democrático de Direito no Brasil. No âmbito da economia, o desemprego em alta, a queda da renda e aumento da pobreza e da fome; afetando principalmente as mulheres negras, principais vítimas da insegurança alimentar. Em relação ao enfrentamento da pandemia, o negacionismo no âmbito da gestão da pandemia, colaborou para que mais de 700 mil pessoas morressem por conta da Covid-19. No eixo dos direitos humanos tivemos uma ampliação de ataques aos povos originários, especialmente na região Norte do país, com o avanço desenfreado do garimpo e da violência contra povos indígenas (Junior, Miguel e Filgueras, 2023). Além disso, vimos uma piora significativa na vida dos brasileiros, em especial da população negra, que foi um dos grupos mais afetados pelo desmantelamento de políticas sociais e por esse intensificado processo de instabilidade política, com dados alarmantes como o fato de que 70% das pessoas passavam fome no país, em 2022, eram negras (Rosário e Castro, 2023).

Importante pontuar que o avanço neoconservador atingiu especialmente o Congresso Nacional, que tem elidido composições cada vez mais reacionárias. Como demonstra Marina Lacerda, no primeiro ano da 55ª Legislatura, em 2015, houve um crescimento expressivo de iniciativas contra a agenda LGBTQIA+; iniciativas voltadas para a restrição de direitos reprodutivos, entre eles o aborto em caso de estupro é nesse ano que foi aprovado, em Comissão Especial, o Estatuto da Família, que estabelece o direito à vida desde a concepção e veta o casamento entre pessoas do mesmo gênero (Lacerda, 2018, p.88). Já a 56ª legislatura, eleita em 2018, teve a configuração mais conservadora dos últimos 40 anos, com o crescimento expressivo de políticos de extrema direita, de evangélicos e de defensores das forças policiais e militares.

Em 2022, o Presidente Lula foi eleito para o seu terceiro mandato por meio de uma *frente ampla nacional* que reuniu diversos setores políticos com o objetivo de conter o bolsonarismo. Apesar da vitória, os desafios do cenário político atual são enormes, e o resultado das urnas está longe de indicar um retrocesso no avanço das forças

conservadoras. Os resultados eleitorais evidenciam uma significativa força política dos grupos de extrema direita, e os acordos políticos estabelecidos para criar essa coalizão ampla e assegurar a governabilidade se tornam alertas importantes quanto às reais possibilidades de se implementar políticas públicas concretas para combater as desigualdades estruturais de gênero e raça.

Uma conjuntura política tão complexa como a que descrevi anteriormente tem impactos diversos na sociedade, inclusive na forma como os movimentos sociais interagem entre si, com a sociedade civil e com o Estado. Diante disso, na próxima sessão e ao longo do restante do capítulo, abordo como se deu, afinal, a atuação da AMNB nesse contexto complexo apresentado acima. Os movimentos de mulheres negras têm fortalecido cada vez mais a sua atuação política e, com isso, tem alterado, não apenas as suas estruturas internas, como também a forma de interagir com a institucionalidade.

Cabe pontuar que a proposta aqui não é a de estabelecer um raciocínio determinista, automático e generalizante que associa um determinado evento político a uma reação específica dos movimentos sociais, no caso da AMNB. A nossa proposta é demonstrar que ao longo dessas alterações todas acima mencionadas, a AMNB também passou por um processo profundo de mudanças internas que reconfiguraram a sua forma de atuar politicamente. A análise dessas mudanças é relevante na medida em que estas são interpretações e estratégias políticas elaboradas pelas mulheres negras, a partir das margens, com um potencial criativo para alargar a nossa compreensão de tempos de turbulência social e, sobretudo, política.

4.2 – Transformações internas na AMNB e redefinição de estratégias políticas

Em relação a composição interna da AMNB, uma das principais mudanças que ocorreram no início dessa segunda década foi a saída das organizações Criola e Geledés da Coordenação Geral, após uma década compondo a Secretaria-Executiva da entidade. Com isso, no mandato de 2010-2015 não temos nenhuma organização representando a região Sudeste, algo importante a ser notado, ainda mais quando consideramos as divergências territoriais indicadas anteriormente. O quadro abaixo,

sistematiza essas informações e as mudanças no âmbito da Coordenação Geral ao longo dos anos:

Quadro 8 - Coordenação Geral AMNB (2000 – 2026)

MANDATO	COORDENAÇÃO GERAL	SECRETARIA EXECUTIVA	SECRETÁRIA EXECUTIVA
2000 - 2004	- Geledés (SP) - Imena (AP) - Malunga (GO) - Maria Mulher (RS)	Criola (RJ)	Lucia Xavier Jurema Werneck
2005 - 2010	- Criola (RJ) - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba (PB) - Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN) (RS) - Casa Laudelina de Campos (SP)	Geledés (SP)	Nilza Iraci
2010 - 2015	- Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará - CEDENPA (PA) - Uiala Mukaji (PE) - Maria Mulher (RS)	Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN) (RS)	Simone Cruz
2016 - 2022	- Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará - CEDENPA (PA); - Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (MT) - N'ZINGA - Coletivo de Mulheres Negras (MG) - Rede de Mulheres Negras do Paraná (PR)	Instituto Odara (BA) - Instituto da Mulheres Negra (BA)	Valdeci Nascimento
2023 - 2026	- IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá (AP) - Grupo de Mulheres Negras Malunga (GO) - Casa Laudelina Campos de Melo (SP) - MUNMVI – Ong de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência (SC)	Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (MA)	Vinólia Andrade

Fonte: Elaboração própria

As organizações Geledés e Criola passaram a ter uma atuação cada vez mais autônoma, conquistando financiamento cada vez maiores, de modo que elas têm desenvolvido diversos projetos próprios, das mais variadas temáticas, se articulando com a AMNB apenas em momentos pontuais. Um exemplo disso é a produção do *Dossiê sobre a Violação dos Direitos das Mulheres Negras Brasileiras*, apresentado na 157ª sessão da Comissão da Organização dos Estados Americanos, resultado de um trabalho conjunto do Geledés – Instituto da Mulher Negra e Criola – Organização de Mulheres Negras. O documento reúne casos de mulheres negras que tiveram os seus direitos humanos violados: casos de racismo no acesso à justiça, violência e assassinato de mulheres negras, de negligências no sistema de saúde, do impacto do vírus Zika sobre a vida da população negra, casos de violência política, conflitos em terras quilombolas, ataques racistas na internet, violência racial contra a juventude

negra etc. Na ficha técnica do documento consta a AMNB como colaboradora especial mas, nas diversas vezes em que o documento foi apresentado e discutido, referenciam apenas as organizações que produziram o relatório – Geledés e Criola.

A partir dessas mudanças, é possível observar a emergência de novas lideranças e de novas organizações de mulheres negras que tomaram a frente do processo de mobilização política a partir da AMNB. Em 2011, no âmbito encontro paralelo da sociedade civil para o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes, surgiu a ideia da realização de uma Marcha de Mulheres Negras, a partir de uma provocação de Nilma Bentes, integrante do CEDENPA (PA), que na época fazia parte da Coordenação Geral da AMNB:

Eu já vinha há tempos dizendo que precisávamos fazer uma atividade de mais impacto e que essa iniciativa deveria partir dos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo ou Minas Gerais, por terem grande concentração de famílias negras, em números absolutos. Acho que o fato de estar participando da composição da coordenação na AMNB-Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, à época do Fórum Afro XXI (novembro de 2011), estimulou-me a apresentar a proposta da Marcha – que originalmente era a Marcha de 100 mil Mulheres Negras. Por ser uma proposta ousada, houve alguma reação, mas após algumas discussões a Marcha foi tomando forma, incluso pelos importantes apoios iniciais para segurar a proposição dentro da AMNB, como os de MARIA MULHER – RS (Conceição Fontoura, No-Homero), INSTITUTO ODARA (BA)-BA (Valdecir Nascimento/Naiara Leite), AMMA Psiquê – SP (Maria Lucia Silva), NZINGA MG (Benilda Brito), IMENA/MÃE VENINA-AP (Marias das Dores Almeida, Rosângela Ramos), MÃE ANDRESA –MA (Josanira Luz, Consita Catanhede), IROHIN – DF (Regina Adami), REDE DE FEMINISTA DO PARANÁ – PR (Alaerte Leandro) e o próprio CEDENPA-PA (Maria Malcher, Maria Luiza Nunes, Zélia Amador de Deus). Também foi importante no início do processo, a simpatia à proposta por parte da então titular da SEPPIR, Profa. Luiza Bairos (Nilma Bentes apud Lemos, 2016, p. 233).

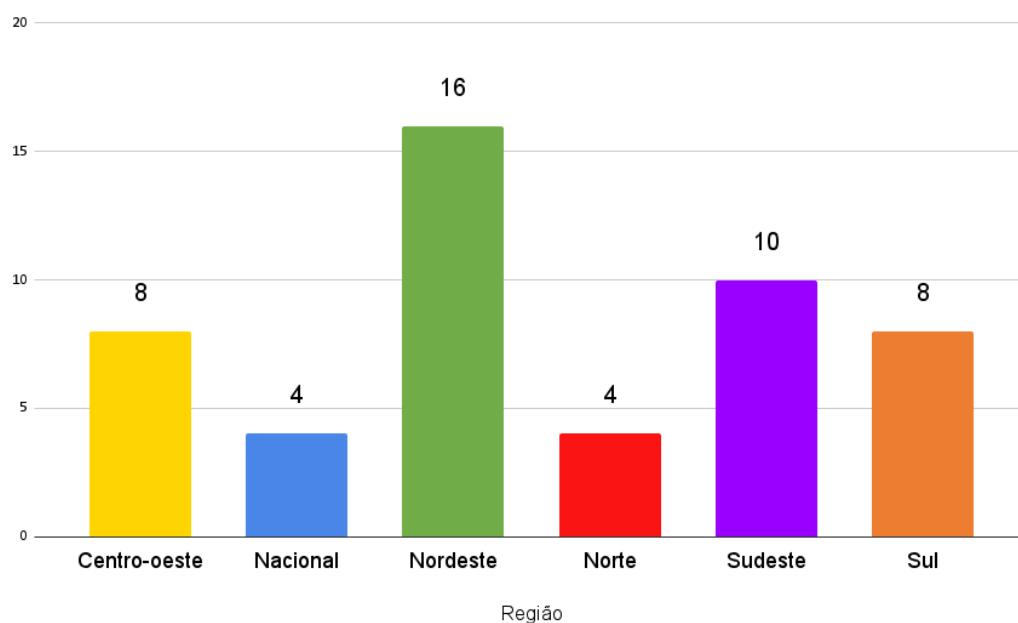
A maior parte das mulheres entrevistadas para a nossa pesquisa relembra desse momento mencionado por Nilma Bentes e da relevância da ativista para a elaboração política da Marcha das Mulheres Negras de 2015. Considerada como uma das principais lideranças do movimento negro e do movimento de mulheres negras na contemporaneidade, Bentes foi a idealizadora intelectual desse marco político, trazendo a noção de Bem-viver como utopia política e as experiências afro-amazônidas para o centro do debate político das mulheres negras.

Importante destacar que a realização da Marcha das Mulheres Negras de 2015 pode ser considerada como a principal estratégia de confronto político adotada pela AMNB

nessa segunda década dos anos 2000, com efeitos que ecoam até a contemporaneidade. Realizada no dia 18 de novembro de 2015, a Marcha reuniu aproximadamente 50 mil mulheres negras do Brasil todo que entoaram cantos e palavras de ordem para denunciar a violência contra a população negra; a falta de acesso a saúde, educação e trabalho; e a falta de condições mínimas para viver uma vida plena (Figueiredo, 2018). Para além do dia específico da realização da Marcha, as mulheres entrevistadas para esta pesquisa destacaram a relevância política do evento, que ao longo de todo o processo preparatório, colaborou com a ampliação da base dos movimentos de mulheres negras, seja a partir do crescimento de grupos e coletivos autônomos, seja também a partir da ampliação da circulação discursiva das formulações políticas dos feminismos negros.

Além disso, os depoimentos descritos na tese de Rosália Lemos (2016) indicam um crescimento do protagonismo de organizações oriundas das regiões Norte e Nordeste na condução política da AMNB e, também, no processo de preparação para a Marcha de 2015. Organizações como Instituto Odara (BA) e CEDENPA (PA), para além da relevância que possuem em seus estados, passam a ter um protagonismo político também nas suas regiões, impulsionando a criação de importantes redes de articulação política como a Rede de Mulheres Negras do Nordeste e a Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira. O protagonismo da região Nordeste ficou evidente, inclusive, em relação ao número de organização da região filiadas à AMNB:

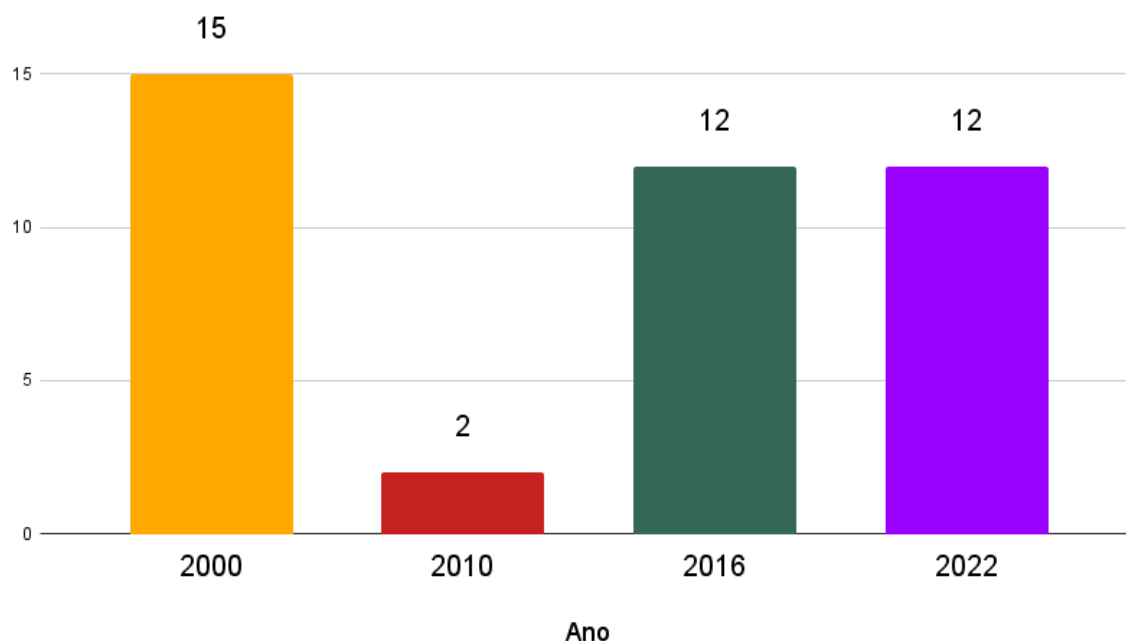
Gráfico 1 – Número de organizações que compõe a AMNB por região do país



Fonte: Elaboração própria.

Além dessa mudança no protagonismo das organizações, é possível perceber que, nos últimos anos, a AMNB tem adotado uma estratégia de capilarização e de maior ampliação das organizações membras, especialmente após a Marcha das Mulheres Negras de 2015. Nesse sentido, o gráfico abaixo, apresenta as organizações da AMNB de acordo com o ano de filiação à entidade:

Gráfico 2 – Número de organizações que compõe a AMNB por ano de filiação



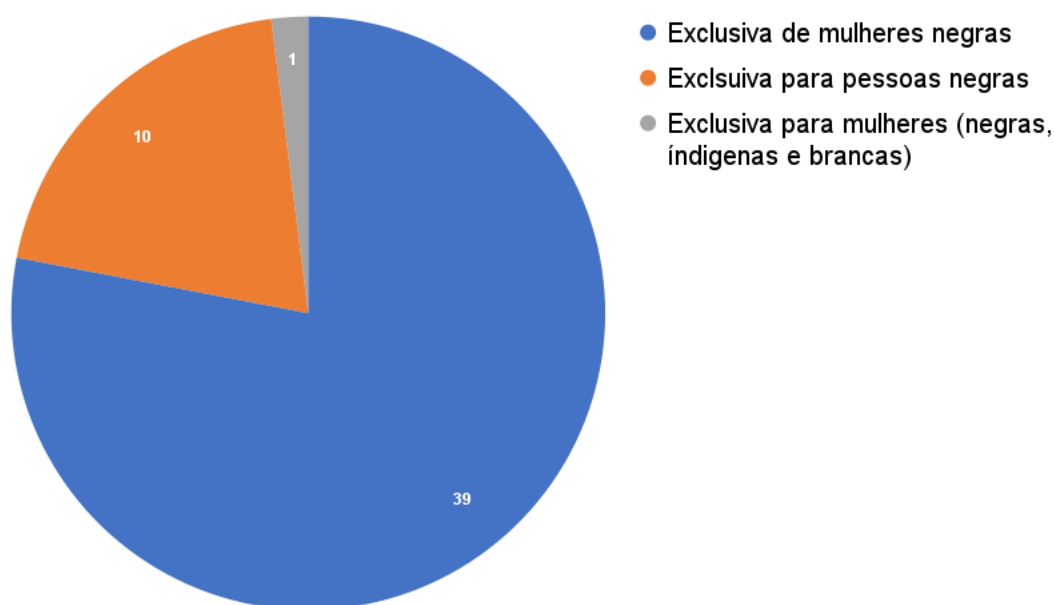
Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 2 demonstra que o número de organizações vinculadas a AMNB quase dobrou após a Marcha de 2015, corroborando o argumento de várias entrevistadas que apontam para a relevância desse evento para a ampliação da base dos movimentos de mulheres negras e para o fortalecimento político da AMNB. O seu processo de construção colaborou para o surgimento e para a consolidação de diversos grupos de mulheres negras no país, impulsionando novas lideranças e trazendo mais participantes das juventudes negras para esses debates políticos. Além disso, foi um importante evento para renovar o fôlego das mulheres negras já historicamente organizadas, gerando maior visibilidade para as suas questões específicas, evidenciando como as hierarquias de gênero, raça, classe e sexualidade (re)produzem condições que impossibilitam o exercício da plena cidadania e o acesso integral aos direitos (Castro, 2018).

O aumento quantitativo de organizações alterou um pouco o perfil de grupos que têm se filiado à AMNB. Se, em um primeiro momento, em especial nas décadas de 1980 e 1990, havia debates intensos sobre o tipo de organização que poderia compor os movimentos de mulheres negras e, conseqüentemente, a própria AMNB, atualmente

essa questão está bem mais fluida. Na época de fundação da AMNB, por exemplo, havia um consenso de que só ingressariam na entidade organizações exclusivas de mulheres, mas esse cenário tem se alterado ao longo dos anos. O gráfico abaixo demonstra que a maioria expressiva de organizações ainda são exclusivas de mulheres, mas o número de organizações mistas é agora significativo:

Gráfico 3 – Organizações que compõe a AMNB de acordo com o tipo



Fonte: Elaboração própria.

De forma geral, essas mudanças internas no âmbito da AMNB contribuíram para a adoção de diferentes estratégias políticas voltadas para o fortalecimento das mulheres negras como sujeito coletivo e para a construção de novas interpretações relacionadas as disputas políticas colocadas para as mulheres negras na sociedade brasileira. Nesse sentido, nota-se a consolidação de um calendário nacional de lutas dos movimentos de mulheres negras, voltado para a celebração das inúmeras experiências de resistência das mulheres negras. O dia 25 de julho, por exemplo, no qual é celebrado o Dia Internacional da Mulher Negra Afrolatinoamericana e Caribenha, tem sido um momento importante no qual as organizações se voltam para a realização de atividades que colocam em evidência, por sua vez, as demandas e as lutas das mulheres negras da região (Castro, Rosário

e Silva, 2020). No Brasil, o dia 25 de julho foi instituído como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra pela Lei nº 12.987/2014, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, em homenagem a líder quilombola Tereza de Benguela, conhecida por comandar o Quilombo de Quariterê (Castro, 2018).

Além disso, nota-se, a partir de 2013, a consolidação do chamado *Julho das Pretas*, que têm ampliado a celebração e visibilização das demandas das mulheres negras e se tornado uma ação estratégica de mobilização para os movimentos de mulheres negras em todo o país. Criado pelo Instituto Odara (BA) e expandido para outros Estados do país, o *Julho das Pretas* apresenta anualmente uma agenda conjunta e propositiva em torno de temas que envolvem a superação das desigualdades de gênero e raça, colocando as pautas das mulheres negras no centro do debate político. Ao longo dos anos, o *Julho das Pretas* já abordou temas como a autonomia financeira das mulheres negras; a participação e a representação política; o direito à comunicação e a representação midiática das mulheres negras; as estratégias construídas pelas negras jovens feministas para enfrentar o racismo, machismo, LGBTfobia e todas as formas de opressão; entre outros. Além disso, o calendário mensal inclui diversas estratégias incidência política, como atos públicos, debates e seminários e a articulação de atividades em parceria com os governos locais.

Mais contemporaneamente, em 2020, no contexto de agravamento da pandemia, as mulheres negras realizaram a primeira edição do *Julho das Pretas* na modalidade virtual com o slogan *Em Defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver*, com debates voltados para a denúncia das políticas de morte em curso. A defesa das Vidas Negras foi colocada como pauta prioritária considerando o acirramento do genocídio contra a população negra, as maiores vítimas da COVID-19; das violentas ações policiais nas periferias do Brasil; dos feminicídios e os mais afetados pelas desigualdades sócio raciais que prejudicam o acesso à direitos fundamentais para a manutenção da vida. A edição de 2021 teve como slogan *Para o Brasil genocida, Mulheres Negras apontam a solução*, apresentando reflexões propositivas para o enfrentamento das crises políticas a partir das mulheres negras e das lutas antirracistas, antipatriarcais e anticapitalistas.

Em 2022, o tema foi *Mulheres Negras no Poder, construindo o Bem Viver* apontando para a conjuntura eleitoral e para a urgência da construção de um projeto de nação que contemple as perspectivas das mulheres negras. A edição de 2022, comemorativa dos 10 anos do *Julho das Pretas*, consolidou o formato colaborativo de construção do evento, contando com uma chamada pública para que todas as organizações de mulheres negras de todo o Brasil pudessem integrar a programação oficial do evento. Ao total, foram mais de 400 atividades realizadas em todo o país, refletindo, por exemplo, sobre a baixa representação das mulheres negras nos espaços de poder e sobre a urgência de eleger mais mulheres negras comprometidas com projetos antirracistas.

Em 2023, o tema central foi *Mulheres Negras em Marcha por Reparação e Bem Viver* fazendo referência à II Marcha das Mulheres Negras que será realizada em 2025. O tema central das ações do *Julho das Pretas* em 2023 trouxe para o centro do debate a discussão sobre reparações históricas para a população negra e o Bem Viver, o paradigma que orienta a maioria dos movimentos de mulheres negras no Brasil desde a mobilização para a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo a Violência e pelo Bem Viver, que ocorreu em Brasília em novembro de 2015. No total, a agenda coletiva da 11ª edição do *Julho das Pretas* contou com 446 atividades de 230 organizações de mulheres negras em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Considerando que as organizações levam o nome da AMNB como aliadas na construção das suas ações políticas, nota-se que a liderança do Instituto Odara (BA) (BA), especialmente entre os anos de 2016 e 2022, foi fundamental para consolidar a ação do *Julho das Pretas* no calendário nacional da AMNB e dos movimentos de mulheres negras de forma geral. Para além da programação puxada pelo Instituto Odara (BA) e pela AMNB, nota-se que a celebração do mês tem ganhado bastante relevância política para as lutas antirracistas dos países, com a realização de eventos diversos puxados pelas mais variadas instituições em todo o Brasil. Além disso, o *Julho das Pretas* é um dos exemplos de como os movimentos de mulheres negras brasileiras permanecem atuando em resposta aos desafios de uma conjuntura política cada vez mais letal para as comunidades negras e elaborando gramáticas políticas próprias de sobrevivência e combate às opressões.

Ao longo desse processo de transformações internas e construções políticas, nota-se uma mudança no âmbito do fortalecimento das coletividades ao invés de uma visibilidade centrada em atoras específicas que fazem parte das organizações. Se, em um primeiro momento, a força política da organização se devia em parte pela relevância das suas lideranças no cenário político nacional, atualmente, essa força tem se concentrado na capacidade que algumas organizações têm tido de aglutinar mais grupos.

Importante destacar também uma mudança no perfil da composição da Coordenação Geral e da Secretaria Executiva nas últimas gestões. Para além da mudança territorial no protagonismo interno para as regiões Norte e Nordeste, nota-se que, pela primeira vez, a AMNB é comandada por uma organização com um perfil distinto das anteriores, especialmente no âmbito do financiamento institucional. Nas gestões anteriores, o financiamento da AMNB era muitas vezes conquistado a partir do capital político de organizações como Geledés, Criola e mais recentemente Instituto Odara, que tinham, em maior e menor medida, um importante acesso a financiamentos das grandes organizações internacionais, como Fundação Ford e Global Fund for Woman.

Entretanto, desde 2023, a AMNB liderada pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (MA), uma das primeiras organizações de mulheres negras fundada no Brasil, ainda em 1986, tem tido menos expertise política para navegar nessas arenas da filantropia internacional. Ainda que o Mãe Andresa (MA) tenha uma vasta experiência nos processos de incidência política em âmbito local, o grupo do Maranhão possui menos vivência em instâncias nacionais, o que faz com que a AMNB tenha tido uma participação mais limitada nesses espaços de disputas políticas. Em relação a representação internacional, nota-se que o Instituto Odara (BA), apesar de não compor formalmente a Coordenação Geral atual, ainda tem feito importantes articulações e representações da AMNB nessas instâncias, garantindo a continuidade do protagonismo da entidade nesses espaços.

Além desses fatores, outros elementos parecem ter contribuído para um redirecionamento estratégico da AMNB nos últimos anos em relação a essas disputas no âmbito nacional. Nos diálogos que fiz com as colaboradas da pesquisa, identifiquei

uma priorização do grupo na ampliação da capilaridade de AMNB, buscando ampliar a sua presença local e fortalecer outras organizações de mulheres negras nos diversos contextos do país. Com isso, nota-se também algumas mudanças na interação com o Estado brasileiro, resultado de redefinições estratégias internas e de mudanças conjunturais. Nesse sentido, na próxima sessão, discuto como se deram as reflexões sobre a interação da AMNB com o Estado brasileiro na última década e como as mudanças conjunturais afetaram as possibilidades de diálogo institucional.

4.3 – Refletindo sobre a interação com o Estado

Como discutido no capítulo anterior, na primeira década dos anos 2000, a AMNB optou por atuar a partir de estratégias de interação com o Estado, que envolviam um diálogo com a burocracia estatal e, principalmente, para a ocupação das instituições participativas no nível nacional afinal, houve uma abertura das estruturas de oportunidades políticas para o período e uma sinergia positiva entre Estado e sociedade civil (FARIA, 2009). Nos primeiros anos da década de 2010, a AMNB continuou atuando nesses espaços participativos, mas adotando uma postura cada vez mais crítica ao fechamento do governo para as demandas de equidade racial e de gênero.

No âmbito da burocracia federal, a indicação de intelectual negra Luiza Bairros para ocupar o cargo de Ministra da SEPPIR, no ano de 2011, foi bastante celebrada entre as mulheres negras, como destaca a ativista dos movimentos de mulheres negras Fátima de Oliveira: “Leio a indicação da socióloga Luíza Bairros como a carta de alforria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)”. Com um histórico amplo de atuação nos movimentos negros e nos movimentos de mulheres negras, a sua indicação agradou quase todos os setores desses movimentos, especialmente por sua capacitação técnica e pela experiência na gestão pública com a implementação de políticas públicas voltadas para o combate ao racismo.

Luiza Bairros iniciou a sua gestão, em 2011, com o grande desafio de tornar realidade as demandas e as ações aprovadas no Estatuto da Igualdade Racial, em um cenário de bastante ceticismo em relação a efetividade do instrumento por grande parte dos

setores antirracistas. A Ministra criou, logo no seu primeiro ano de mandato, a campanha *O Estatuto da Igualdade Racial é para Valer!*, para divulgar o conteúdo do texto na sociedade de forma geral e, principalmente, para realizar diálogos intergovernamentais que garantissem a implementação das ações do Estatuto:

No dia seguinte à sanção do Estatuto da Igualdade Racial, nada rigorosamente aconteceu. Isto significa que as mudanças por ele introduzidas não causam impacto nas instituições, nem afetam a vida de milhões de mulheres e homens brasileiros? De modo algum. Significa que cumprir as obrigações desta lei exige, entre outras medidas, investimento pesado e de longo prazo na mudança dos referenciais da ação pública. Isto inclui a capacitação dos gestores, de modo a alterar padrões culturais arraigados, superar práticas desumanizadoras, naturalizadas e internalizadas desde o Brasil colônia. Não se revertem estigmas de longa duração por mera formalização de direitos, sabemos todos (Bairros, 2011).⁵²

Além disso, fez um importante trabalho de articulação política para garantir que o PPA de 2012-2015 incluísse demandas de combate às desigualdades raciais, buscando ampliar a transversalidade das políticas públicas de promoção de igualdade racial. A inclusão do tema do combate ao racismo no PPA foi fundamental para garantir que algumas ações do Estatuto saíssem do papel e para ampliar a transversalidade das políticas de equidade racial. Destaca-se a publicação do Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial⁵³ na gestão de Luiza Bairros, criado para incentivar o trabalho dos gestores dos estados e municípios para incluírem as perspectivas do Estatuto nas diversas áreas de política pública, buscando traduzir aqueles preceitos em medidas efetivas e ações específicas.

Apesar do trabalho relevante que vinha sendo realizado, ainda em 2011 começaram a circular os primeiros rumores sobre a sua possível saída da liderança da SEPPIR⁵⁴. Ainda que essas reformas ministeriais sejam bastante comuns durante os mandatos presenciais, cabe pontuar que o tom do que era noticiado estava muito associado ao fato da Presidenta Dilma ser mulher e as constantes críticas que recebia pelo seu perfil político. Os rumores sobre a reforma ministerial focavam apenas nas ministras

⁵² <https://www.geledes.org.br/artigo-da-ministra-luiza-bairros-o-estatuto-e-para-valer/>

⁵³ https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-a-discriminacao/politica_publica/guia-de-implementacao-do-estatuto-da-igualdade-racial.pdf

⁵⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0910201109.htm>

mulheres e na dificuldade de interlocução entre elas teriam com a Presidenta Dilma e no caso de Luiza Bairros, o motivo da sua possível saída estava relacionado também ao fato de ser uma figura “apagada demais”; ou muito fechada ao diálogo:

Fomos extremamente criticados no primeiro ano da nossa gestão. Críticas de diferentes setores da população negra, cobranças descabidas em alguns casos, insinuações de gestão incompetente em outros casos. Não importava o que eu fizesse, nem o que eu dissesse, sempre era criticada (Bairros, 2016, p. 87).

A AMNB se manifestou ativamente contrária ao afastamento da Ministra e saiu em sua defesa em uma carta enviada para a Presidenta Dilma no ano de 2012. No documento, elas argumentam a importância de uma figura como Luiza Bairros ocupar o cargo de titular da SEPPIR, considerando a sua experiência como ativista das lutas antirracistas e do feminismo negro, e principalmente pela sua formação, pela sua competência e pela sua responsabilidade. Além disso, ressaltam como Luiza Bairros representaria as quarenta e nove milhões de mulheres negras brasileiras no governo da petista.

Nos anos seguintes, a SEPPIR, ainda sob comando de Luiza Bairros fez um esforço para incorporar as propostas dos espaços participativos na agenda institucional, relacionando que o que debatido nas Conferências com os objetivos da SEPPIR e com as ações que seriam incluídas no próximo PPA. Essa integração foi necessária, inclusive, para monitorar o trabalho da SEPPIR, garantindo que, de fato, ela implementasse os anseios da população de forma mais ampliada (Bairros, 2016). Entretanto, apesar do trabalho gigantesco realizado pela SEPPIR, o cenário de fragilidade institucional e despriorização se manteve, impactando diretamente as possibilidades de atuação da pasta. Como avalia Bairros (2016, p. 84): “a SEPPIR já tinha oito anos, mas a estrutura de cargos não havia mudado desde que ela foi criada, com alguns acréscimos em 2010, que não se comparavam em absoluto com os que tiveram, por exemplo, a SPM e a SDH, por razões que eu desconheço”.

Em 2015, considerando o aprofundamento da crise político-econômico a Presidenta Dilma fez a sua reforma ministerial⁵⁵, afetando diretamente os setores do governo envolvidos na elaboração de políticas sensíveis a raça e gênero. No âmbito da reforma houve uma redução de 8 Ministérios, passando de 39 para 31 ministérios, além da criação do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, incorporando as antigas Secretarias em uma estrutura única comandada pela Ministra Nilma Lino Gomes. Com o argumento corte dos gastos públicos, houve uma redução significativa no orçamento e nos recursos disponíveis para a implementação dessas políticas, que já eram bastante fragilizadas. Entretanto, o Ministério teve vida curta, uma vez que no ano seguinte, em 2016, ocorria o golpe parlamentar-jurídico-midiático, destituindo a Presidenta Dilma e encerrando esse ciclo de elaboração de políticas de promoção de igualdade racial por um viés mais progressista.

Entre 2016 e 2022, essa estrutura ministerial mais reduzida seria aprofundada pelos Presidentes Temer e Bolsonaro, consolidando o fechamento do Poder Executivo federal para as pautas de equidade de gênero e raça e para o diálogo mais ampliado nos processos de implementação de políticas sensíveis a gênero e raça. Entre os anos de 2019 e 2022, o chamado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ficou, em tese, responsável pela implementação de políticas públicas no tema “dos direitos humanos, com atenção especial às mulheres, família, criança e adolescente, juventude, pessoa idosa, pessoa com deficiência, população negra, minorias étnicas e sociais, indígenas”. O Ministério contava com uma Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, inicialmente chefiada por Sandra Terena, primeira mulher indígena indicada para o comando da pasta, com histórico de defesa da evangelização indígena e combate ao “infanticídio” em comunidades indígenas⁵⁶.

É válido destacar que o fechamento institucional para demandas progressistas de equidade racial e de gênero nesse período afetou, especialmente, as instituições

⁵⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html>. Acesso em:

⁵⁶ <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/missionarios-cristaos-antifeministas-como-e-o-novo-ministerio-de-direitos-humanos-comandado-por-damares-alves/>

participativas, espaços centrais de atuação estratégica para a AMNB na década anterior. A avaliação feita pelas ativistas era de que os espaços de controle social no nível nacional não estavam sendo capazes de abarcar as demandas por igualdade racial e de gênero:

Saímos por conta disso, porque entendemos que aqueles não eram mais espaços que não estavam dando respostas efetivas, o que a gente estava buscando. Porque é como se a gente tivesse, porque assim, o tempo que a Jurema esteve no Conselho era um período em que a gente precisava aprovar a Política de Saúde da População Negra e aprovamos. Então, foi um trabalho que a gente conseguiu articular lá dentro. Depois, a gente precisava fazer com que essa política fosse, de fato, executada e efetivada. E aí é que chega o problema, né? Porque daí, como é que a gente, né? Então, assim, enquanto tiver no papel, tudo bem (Entrevista Simone Cruz, 2022).

A AMNB continuou vinculada aos conselhos CNDM, CNPIR, CONSEA até 2016, quando ocorreu o golpe contra a Presidenta Dilma e decidiu renunciar desses espaços por considerar que “essas instâncias perderam, diante do golpe, seu papel de espaços de mediação, participação social e afirmação democrática” (AMNB, 2016, s/p). A decisão foi publicada a partir de uma Carta aberta na qual apresentam também a sua avaliação sobre o momento político:

Não reconhecemos o Governo Interino do Presidente golpista Michel Temer. E denunciamos seus ataques contra as medidas de justiça social em curso na última década no Brasil, e sua subordinação aos interesses e ganância das corporações multinacionais, do sistema financeiro e de grupos conservadores cristãos que atentam contra as garantias constitucionais do Estado democrático e laico, relegando as políticas públicas aos mandos e desmandos dos interesses de grupos políticos que visam ao extermínio das populações mais vulnerabilizadas e o fim das políticas públicas de inclusão social (AMNB, 2016, s/p).

A renúncia aos cargos ocupados nos Conselhos foi uma estratégia acionada por parte significativa dos movimentos sociais do país naquele momento. No caso do CNDM, mais da metade das conselheiras da sociedade civil, que vinha ocupando e disputando politicamente esse espaço ao longo das décadas, se retiraram do Conselho em 2016 (Rosário, 2021). Entretanto, no âmbito das organizações membras da AMNB, essa decisão não foi unânime. Ao longo das entrevistas realizadas para esta pesquisa, algumas ativistas comentaram sobre os debates que realizaram até chegar em um consenso sobre a saída, considerando que parte do grupo ainda avaliava como relevante a disputa nesses espaços tão arduamente conquistados.

Cabe pontuar que as instituições participativas que já vinham passando por um processo de enfraquecimento político, foram ainda mais afetadas após a publicação do Decreto nº 9.759/2019, em março de 2019, pelo Presidente Jair Bolsonaro, que extinguiu todos os colegiados da administração pública federal instituídos por decreto ou ato normativo inferior. As consequências foram significativas, como indica o estudo de Bezzerá et al (2024), que aponta que, após a publicação do decreto, apenas 34% dos colegiados mantiveram seu funcionamento, com efeitos ainda piores nas áreas de meio ambiente, direitos humanos e políticas sociais. Nesse sentido, fica evidente que as medidas adotadas no sentido de restrição de espaços democráticos teve como o principal objetivo realmente silenciar principais os grupos minorizados.

Para finalizar essa reflexão sobre as mudanças no âmbito da interação com o Estado brasileiro, é importante mencionar elementos importantes sobre a aproximação da AMNB com as candidaturas de mulheres negras que têm se inserido nas disputas eleitorais nos últimos anos. Como indicado anteriormente, os movimentos de mulheres negras fazem uma crítica histórica aos partidos políticos, especialmente em relação a dificuldade que essas estruturas teriam para incluir as pautas das mulheres negras e do combate às desigualdades raciais. Entretanto, essa posição tem aos poucos se alterado, especialmente por conta da ampliação de discussões relativas à representatividade política de mulheres negras e pelo crescimento concreto do número de candidaturas dessas sujeitas políticas, geralmente alinhadas aos movimentos de mulheres negras.

Como destacam Cristiano Rodrigues e Viviane Freitas (2022), alguns setores dos movimentos de mulheres negras têm buscado incidir cada vez mais no eixo da sub-representação política de mulheres negras, por meio de candidaturas e mandatos coletivos, que trazem novos formatos de participação política para o Legislativo brasileiro e têm o potencial de trazer uma perspectiva interseccional de atuação. Essas novas estratégias de incidência política têm tido apoio de movimentos de mulheres negras mais consolidados, como por exemplo, da própria AMNB que realizou, em 2022, o projeto *Pretas no Poder!* com o objetivo de fortalecer a participação política de mulheres negras nas disputas eleitorais, realizando ações com debates sobre a falta de investimento em candidaturas de mulheres negras e que

promovam o incentivo ao voto em mulheres negras comprometidas com as pautas das desigualdades e bem viver.

A aproximação da AMNB com candidaturas eleitorais sinaliza uma mudança na percepção do grupo diante das disputas político-partidárias e da política institucional, refletindo possíveis reorientações estratégicas em resposta ao avanço do conservadorismo e aos retrocessos dos últimos anos. Nota-se entretanto um direcionamento restrito ao apoio e a construção de candidaturas de mulheres negras do campo progressista, ao passo que algumas atoras da AMNB mantiveram o ceticismo em relação as disputas político-eleitorais mais amplas. A falta de concessão em relação ao último ponto fica evidente na não filiação da AMNB na Coalização Negra Por Direitos⁵⁷, fundada em 2019 por quase 300 organizações dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras de todo o país. Ainda que a maioria das organizações que compõe a AMNB faça parte da Coalização, algumas colaboradoras da pesquisa citaram como a filiação e o apoio às campanhas do grupo tem sido um dos principais pontos de tensão interna da AMNB na atualidade.

Além dessa reorientação estratégica, observa-se uma crescente participação em diálogos internacionais, com foco na denúncia das violações de direitos enfrentadas pela população negra e pelas mulheres negras brasileiras. Nesse contexto, na próxima sessão, realizo uma análise crítica dessa participação, destacando os principais eventos em que a AMNB esteve presente e os debates promovidos nessas instâncias.

4.4 – Movimentações em direção ao ativismo internacional

As mulheres negras brasileiras incorporaram o ativismo transnacional no seu leque de atuação especialmente nas décadas de 1980 e 1990, momento em que as Conferências da ONU e os financiamentos das agências internacionais proporcionaram uma abertura política para a incorporação desta estratégia. Nos anos seguintes, por conta de uma maior proximidade com o Estado brasileiro e da abertura

⁵⁷ <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>

institucional para as demandas por igualdade racial, nota-se que as ativistas se voltam para o contexto nacional, mas sempre que necessário mobilizando as normativas internacionais para sustentar as suas reivindicações. Ainda assim, os laços de solidariedade entre as mulheres negras da região foram fortalecidos ao longo das décadas e têm sido retomados especialmente no contexto atual de retrocessos políticos em vários países da América Latina (Castro, Rosário e Silva, 2020).

Desde 2010, observa-se que a arena internacional tem sido um espaço importante de denúncia das graves violações de direitos humanos direcionadas às pessoas negras no Brasil. O caso da jovem negra Alyne Pimentel⁵⁸, morta após não receber o atendimento adequado das instituições de saúde da rede pública do Rio de Janeiro, conferiu dimensões internacionais para as pautas das mulheres negras, em especial para o tema dos direitos reprodutivos. Os movimentos de mulheres negras tiveram uma atuação importante na divulgação do caso, apontando como essas mortes evitáveis ocorrem com mais frequência com mulheres negras e como a omissão do Estado diante desses casos evidência mais uma vez o descaso com as questões que afetam desproporcionalmente as mulheres negras no país. Após a morte de Alyne, a organização de mulheres negras Criola, com sede no Rio de Janeiro, desenvolveu uma plataforma⁵⁹ para mapear e publicizar casos de morte materna de mulheres negras, garantindo que a pauta tenha cada vez mais visibilidade e receba um enfrentamento adequado por parte do Estado brasileiro.

⁵⁸ Alyne da Silva Pimentel Teixeira era negra, moradora de um bairro periférico, tinha 28 anos e estava grávida de 27 semanas quando foi à uma clínica de saúde em Belford Roxo, se queixando de fortes dores abdominais e náuseas. Apesar de apresentar sintomas de gravidez de alto risco, o médico que realizou o atendimento passou uma medicação simples e a mandou de volta para casa. Nos dias seguintes, seus sintomas se agravaram e ela retornou ao centro de saúde, mas quando foi novamente atendida os médicos não conseguiram mais detectar os batimentos cardíacos fetais. Seu parto foi induzido seis horas depois, resultando em um feto natimorto, mas a cirurgia para extrair a placenta ocorreu só catorze horas mais tarde. Após a remoção da placenta, Alyne teve uma forte hemorragia e a equipe médica tentou encaminhá-la para um serviço de saúde mais especializado. Depois de aguardar mais de 8 horas pela chegada da ambulância, foi para o Hospital Geral de Nova Iguaçu, onde ficou aguardando no corredor por uma cirurgia de emergência. Após ficar mais de 21 horas sem receber assistência médica, morreu no dia 16 de novembro de 2002, às 19 horas, 5 dias depois da sua primeira ida ao hospital (Caldwell, 2017).

⁵⁹ <https://alyne.org.br/>

No contexto internacional, a denúncia do caso foi feita pela organização estadunidense *Center for Reproductive Rights* que em parceria com a organização brasileira *Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos*, que interpuseram, em 2007, uma denúncia internacional perante o Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em nome da mãe de Alyne, arguindo que o Estado brasileiro havia violado o direito de Alyne à saúde sem discriminação e o direito à vida. Além disso, afirmou-se à época que o Estado brasileiro havia violado o seu direito à justiça, uma vez que ainda não havia sido tomada nenhuma decisão na ação ajuizada em 2003 pela sua família, que buscava obter indenização por danos morais e materiais para seu marido e filha.

Em 2011, o Comitê CEDAW declarou que o Estado brasileiro era responsável pelas violações dos artigos 2(c) (acesso à justiça); do artigo 2(e) (obrigação do Estado de regulamentar atividades de provedores de saúde particulares), em conexão com o artigo 1 (discriminação contra a mulher); se tornando a primeira condenação no tema da mortalidade materna emitida por um órgão internacional de direitos humanos. Além disso, recomendou que o Estado brasileiro provesse a reparação adequada para a mãe e para a filha de Alyne, incluindo uma compensação financeira compatível com a gravidade do caso. Por fim, o Comitê fez outras recomendações relacionadas à obrigação do Estado na garantia do direito à maternidade segura e da assistência à saúde reprodutiva; no treinamento dos profissionais da saúde conforme padrões nacionais e internacionais; e na redução da mortalidade materna evitável nos âmbitos municipais, estaduais e nacionais (CEDAW, 2011).

A decisão ampliou um olhar exclusivamente voltado para as desigualdades de gênero, reconhecendo também que as desigualdades raciais e a condição socioeconômica também colaboram para um desfecho trágico no caso da Alyne (Caldwell, 2017). A importância do caso, está no fato de ser a primeira vez que uma decisão deste tipo utiliza a perspectiva interseccional como lente interpretativa do problema analisado incorporando o enquadramento que as mulheres negras têm dado há décadas para as distintas situações de subordinação que emergem do cruzamento de marcadores de opressão.

No âmbito do fortalecimento da estratégia de incidência internacional, a AMNB esteve presente, representada por Simone Cruz, da ACMUN (RS), em uma audiência temática da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2012, na qual foi feita denúncia contra o Estado brasileiro pela falta de políticas públicas voltadas para as mulheres negras. As pautas priorizadas para serem apresentadas nessa audiência foram relativas à saúde das mulheres negras e sobre o trabalho doméstico, sendo apresentadas duas publicações produzidas pela articulação naquele ano.

Além disso, nos últimos anos, a AMNB tem atuado participando das reuniões anuais da CSW (*Commission on the Status of Women*), consolidando a sua incidência política no contexto internacional. Vinculada a estrutura das Nações Unidas, a CSW tem atuado desde a década de 1940 em questões relacionadas aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero em escala global, sendo responsável pela realização dos diversos eventos que marcam a agenda internacional de gênero, como as quatro Conferências Mundiais sobre a Mulher, realizadas em 1975, 1980, 1985 e 1995. A sua relevância está relacionada à sua capacidade de promover espaços espaço de diálogo entre países, com a possibilidade de participação ativa da sociedade civil, para a elaboração de medidas de combate às desigualdades de gênero (Rincker *et al*, 2019).

Em entrevista para esta pesquisa, Valdeci Nascimento destacou a importância da Marcha de 2015 para ampliar a visibilidade da AMNB e, inclusive, no cenário internacional, oportunizando a participação nas reuniões da CSW desde 2016:

A Marcha de Mulheres Negras ela vai dar uma visibilidade muito maior a AMNB e a luta das mulheres negras no Brasil. A Marcha das Mulheres Negras vai me levar para a primeira vez, eu pela primeira vez, mas já tinha acontecido, já tinha ocorrido participação de mulheres negras. Vai me levar pela primeira vez a CSW, que é uma conferência promovida pela ONU com todos os chefes de Estado para discutir a situação da mulher. Então, eu abro uma das conferências na CSW sobre a situação das mulheres negras em 2016 e de 2016 até 2019 nós vamos participar de todas as conferências. E qual é a nossa briga dentro de todas essas conferências? É que o racismo e mulheres negras virem tema estruturante de uma das conferências (Valdeci Nascimento, 2022).

De forma geral, a participação da AMNB nas reuniões da CSW tem sido focada especialmente na denúncia das violações de direitos sofridas por meninas e mulheres negras no Brasil, potencializadas pelo impacto da intersecção entre racismo e sexismo

com outras formas de discriminação. Em 2023, por exemplo, a CSW teve como temáticas principais a questão da inovação, das mudanças tecnológicas e da educação na era digital para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Nesse contexto, as representantes da AMNB defenderam a necessidade de integrar as discussões sobre racismo às temáticas de inovação e tecnologia, argumento como no contexto brasileiro, a população negra, especialmente as mulheres negras, seriam o grupo mais afetado pelas restrições de acesso à internet e outras tecnologias digitais.

Além disso, a presença nesses espaços tem contribuído para o fortalecimento das parcerias e para a construção de redes de ativismo com mulheres de diversos países do mundo. O intercâmbio político com esses grupos transnacionais é relevante na medida que colabora com a sensibilização global acerca da situação das mulheres negras brasileiras e possibilita um aprendizado mútuo de estratégias de enfrentamento às opressões interseccionais. Nesse sentido, Valdeci Nascimento chama a atenção para o protagonismo das mulheres negras nesses espaços:

O Brasil é a maior força política que vai para essas conferências do ponto de vista da questão das mulheres negras e do racismo. A gente encontra muita, muita resistência das feministas brancas do mundo para construir esse diálogo. Nossa visibilidade, ela se deve à presença de Punzile Mambo, que foi vice-presidente da África do Sul junto com Mandela e de Nadine Gansman, que hoje é ministra da Mulher no México, mas que dirigiam a ONU Mulheres, que vieram para a Marcha e daí isso foi para o mundo. E também o Fórum Mundial de Mulheres esteve na Marcha e isso viralizou, eu costumo dizer viralizou, mas a gente ainda continua sendo as únicas que reivindicam nas mesas, na CEPAL, em todas as conferências ou pré-conferências ou consultas que destacamos a questão da situação das mulheres negras. E nós para os outros países, nós somos referência para a sociedade civil, somos referência porque nós somos um país imenso e nós somos 111 milhões de brasileiros afrodescendentes (Entrevista Valdeci Nascimento, 2022).

Para finalizar, é possível observar que a AMNB tem utilizado a arena internacional para amplificar suas demandas, seguindo a tradição do ativismo internacional iniciado pelos movimentos de mulheres negras desde a década de 1980. No entanto, o cenário atual difere significativamente daquele em que ocorreram grandes conferências temáticas, como a Conferência de Beijing e a Conferência de Durban. Essas Conferências exigiam um compromisso maior dos Estados, não apenas no processo preparatório, assegurando uma ampla participação da sociedade civil, mas também na implementação dos acordos firmados internacionalmente.

Na contemporaneidade, alguns espaços de discussão na arena internacional têm se mostrado cada vez mais limitados em sua capacidade de promover avanços concretos para os direitos das mulheres e da população negra. Embora sejam fóruns essenciais para a incidência política, suas limitações institucionais e o formato de participação da sociedade civil comprometem diretamente o impacto que produzem nos contextos nacionais. Eventos e audiências que contaram com a participação da AMNB, por exemplo, e que possuem maior abertura para a participação da sociedade civil, não preveem nenhum tipo de resolução ou imposição obrigatória para os países que sofrem as denúncias. Dessa forma, nos últimos anos, essas atuações têm se limitado a possibilidades de amplificação do discurso, sem resultar em ações concretas ou obrigatórias para os Estados envolvidos.

Apresentei ao longo desse capítulo as complexas interações políticas e sociais que contextualizam a luta das mulheres negras no Brasil contemporâneo, destacando em especial como a atuação da AMNB foi afetada pelas turbulências políticas desde a década de 2010. Esse período foi caracterizado pela ascensão do conservadorismo e pelo agravamento das desigualdades sistêmicas interseccionais, impondo desafios significativos que demandaram adaptações estratégicas e a ampliação das redes de mobilização das mulheres negras.

Durante esse intervalo, a AMNB vivenciou importantes transformações internas, incluindo a saída do Geledés e da Criola da Coordenação Geral e a emergência de novas lideranças, direcionando a entidade para uma reconfiguração necessária para a proposição de alternativas de resistência ao cenário político adverso. A Marcha das Mulheres Negras de 2015, por exemplo, um dos eventos mais emblemáticos desse período, evidenciou a capacidade de mobilização e a força política das mulheres negras. A partir dessa movimentação, emergiram novos repertórios de produção de conhecimento, que continuam sendo amplamente utilizados pelas integrantes da AMNB na elaboração de suas estratégias políticas.

Como exemplo, temos a discussão sobre o Bem Viver, introduzida durante a Marcha de 2015 como uma alternativa para a construção de uma sociedade fundamentada na

justiça social, racial e de gênero. Esta proposta foi amplamente debatida pela AMNB, sendo considerada uma inovação política relevante para o contexto atual. No capítulo seguinte, que encerra esta tese, focalizo os repertórios de produção de conhecimento recentemente desenvolvidos pela AMNB, identificados ao longo do trabalho de campo desta pesquisa. Esses debates foram progressivamente incorporados à tese à medida que a pesquisa avançava, exigindo um aprofundamento nas discussões para identificar os processos que culminaram na centralização dos temas de Reparação e Bem Viver pelas integrantes da AMNB.

CAPÍTULO 5 – REPERTÓRIOS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E NOVOS ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS

Eu acho que o debate sobre reparação e o debate sobre bem viver, a gente precisa ampliar o conhecimento, explicar, transformar ele numa linguagem mais plausível, popularizar esses dois termos, explicar o que é reparação, explicar o que é bem viver. Isso faz parte do nosso processo organizativo. A gente vai criar os comitês populares da marcha e dentro desses comitês a gente quer empoderar essas mulheres, tanto para disputar as eleições do ano que vem, mas que possa também dialogar sobre reparação, dialogar sobre bem viver na sua comunidade, na sua periferia, no seu quilombo, na sua aldeia indígena, enfim, para que a gente possa avançar nessa perspectiva (Cleusa Silva, 2022).

O presente capítulo é fruto de desdobramentos e achados encontrados ao longo dos três anos de trabalho de campo realizados para esta pesquisa. Nas minhas primeiras aproximações com o campo, a partir das *lives* e dos debates on-line que estavam sendo realizados no contexto da pandemia do Covid-19, comecei a identificar um aprofundamento teórico relevante da discussão do Bem Viver a partir da perspectiva das mulheres negras. Destaco o debate realizado em 18 de novembro de 2020, de celebração de 5 anos da Marcha, Diálogos Amefricanos pelo Bem Viver⁶⁰, proposto pela AMNB, no qual apresentam provocações riquíssimas acerca da urgência do Bem Viver em tempos de crises políticas, econômicas e sanitárias de caráter global.

Além disso, ainda em 2022, ao longo da realização das primeiras entrevistas, percebi que o tema da reparação histórica apareceu de forma transversal nos discursos das representantes das organizações e nas últimas entrevistas foi ganhando centralidade, mesmo que, em ambos os momentos, não tenha havido nenhuma pergunta feita diretamente sobre o tema. Além disso, o tema *Mulheres Negras em Marcha por Reparação e Bem Viver* foi aquele escolhido como tema central da Marcha de 2025 e tem sido uma das principais pais discussões feitas pela AMNB no último ano. O termo reparação apareceu inclusive, no discurso de Sueli Carneiro⁶¹, no âmbito Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, no qual argumentou a

⁶⁰ Live disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kJM387P6t1E&t=4505s>. Acesso em 22/02/2024.

⁶¹ Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JRT55kmWZe0>. Acesso em 22/02/2024.

necessidade de se pensar um projeto de desenvolvimento que considere a reparação de injustiças históricas para se alcançar a cidadania de todas as pessoas do país.

Considerando essas novidades discursivas apresentadas pelo campo, retomo a obra de Nilma Lino Gomes, publicada em 2017 com o título *Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. A obra, fruto de décadas de pesquisas sobre desigualdades raciais e educação no Brasil e de ações políticas antirracistas, identifica o Movimento Negro brasileiro como um ator político que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios, promovendo um processo de político de reeducação das pessoas negras sobre si mesmos e sobre o seu lugar de direito na sociedade brasileira. Além disso, para a autora, o Movimento Negro reeducaria os outros segmentos étnico-raciais e sociais na sua relação as pessoas negras, informando sobre as suas lutas por direitos e suas conquistas.

Nesse sentido, reconhecendo esses debates realizados pelos movimentos de mulheres negras como “conjunto de ações organizacionais que ajudam os movimentos sociais a coordenar várias experiências locais e pessoais em um sistema cognitivo compartilhado” (Della Porta, 2017), ou seja como *repertórios de produção de conhecimento*, **pretendo interpretar e discussão da Reparação e do Bem Viver considerando as elaborações construídas por intelectuais negras e pelas mulheres da AMNB**. Corroborando com a interpretação de Nilma Lino Gomes (2017), ao longo desde capítulo, apresento os saberes emancipatórios construídos pelos movimentos de mulheres negras que, nas últimas décadas, têm ampliado as suas discussões para fornecer leituras mais aprofundadas acerca da situação da população negra em contextos marcados por históricos escravistas e as propostas políticas para a construção de um futuro mais justo para todas as pessoas. Assim, irei identificar os repertórios de produção de conhecimento elaborados pelos movimentos de mulheres negras, em especial pela AMNB, no âmbito dos debates sobre reparação para descendentes de pessoas escravizadas no Brasil.

Finalmente, considerando elementos trazidos pelo campo, considero ser relevante abordar de forma mais detalhada esses dois debates, uma vez que tem sido os principais *reportórios de produção de conhecimento* adotados pela AMNB na

contemporaneidade. O que pude observar ao longo do campo realizado é que as mulheres negras têm feito um direcionamento discursivo para centralizar o debate sobre a reparação para descendentes de africanos escravizados e a continuidade da apresentação do Bem Viver como utopia política, no esforço de se apresentar uma produção de si e sobre si e sobre a sociedade cada vez mais robustas e alinhadas com as suas perspectivas de transformação social.

Apresento inicialmente o debate sobre reparação histórica considerando que este tem sido trazido pelas mulheres negras como uma lente de interpretação de um contexto presente diretamente relacionado com os efeitos do passado, ao passo que a discussão do Bem Viver é mobilizada como lente para visualização de um horizonte histórico e futuro. Com isso, a reparação é vista como uma necessidade para a construção de um futuro a partir da noção do Bem Viver.

O debate sobre reparação histórica para pessoas afrodescendentes refere-se a um conjunto de ações e de políticas destinadas a compensar os descendentes de africanos pelas injustiças e atrocidades cometidas durante séculos de escravidão e colonização. Esse conceito de reparação abrange tanto compensações financeiras quanto medidas para promover a equidade social e econômica. Assim, considerando o crescimento da relevância do tema para as mulheres negras brasileiras, irei, em um primeiro momento, apresentar como essa discussão tem sido historicamente trabalhada pelos movimentos negros em escala global, buscando identificar aqueles fatores que levaram as mulheres negras a utilizarem esse enquadramento discursivo com mais ênfase na contemporaneidade.

5.1 – Breve panorama dos debates sobre reparação política

19 de novembro de 1993, uma sexta-feira, não foi uma data qualquer no calendário do Brasil. Na véspera do Dia Nacional da Consciência Negra, 12 pessoas resolveram promover um protesto diferente para denunciar a situação de subalternidade da população afro-brasileira. Foram almoçar no Maksoud Plaza, um dos mais sumptuosos hotéis da cidade de São Paulo. Chegando ao restaurante do hotel, pediram pratos requintados (como camarão, lagosta, etc.), champanhe francês, conversaram, comeram e beberam descontraidamente. No final, pediram a conta e esta – como já esperavam – era de valor estratosférico (aproximadamente us\$700). Então ocorreu algo inédito na história do país: as 12 pessoas disseram alto e em

bom som ao gerente do estabelecimento que a conta deveria ser creditada na dívida secular que a sociedade brasileira tem com todos os afrodescendentes; logo, não seria paga.

(Petronio Domingues, 2018, p. 334)

As discussões em torno do tema da reparação para descendentes de africanos escravizados emergiram concomitantemente com os processos de libertação desses sujeitos. São debates que podem ser feitos a partir de diversos eixos, desde uma perspectiva econômica, relacionada a compensação financeira; passando por uma perspectiva legal, relativa ao reconhecimento jurídico das demandas por reparação e, até mesmo, no âmbito das relações internacionais envolvendo os intensos debates entre os países sobre o reconhecimento dos culpados e das vítimas dos processos de colonização.

No contexto dos Estados Unidos, uma recuperação histórica dos debates sobre reparações pode ser feita a partir da figura de duas mulheres negras: Callie House (1861 – 1928) e Audley Moore (1898 – 1997). A primeira, uma ex-escravizada fundou a *National Ex-Slave Mutual Relief, Bounty and Pension Association* para mobilizar homens e mulheres libertos a pressionar o Congresso por reparações financeiras e acesso a terras ainda no final do século XIX (Hine, 2016). Já Audley Moore, conhecida como “Queen Mother”, foi responsável por fundar, em 1957, a *Universal Association of Ethiopian Women* (UAEW) em Nova Orleans, inspirada nos ideais políticos de Marcus Garvey, com o objetivo de combater o racismo e o sexismo, além de promover os direitos das mulheres afro-americanas.

Partindo de uma abordagem feminista comunitária (Taylor, 2002), Audley Moore e a UAEW buscavam a justiça social, tanto para homens quanto para mulheres, dentro da comunidade negra. A organização teve um importante papel nas lutas contra falsas acusações de estupro contra homens negros, defenderam os direitos das mulheres das mulheres afro-americanas, além de estabeleceram uma base teórica essencial para os movimentos modernos de reparações raciais nos Estados Unidos (Farmer, 2016).

A organização começou a atuar no tema das reparações a partir da década de 1960, realizando ações voltadas para a conscientização das comunidades negras sobre a necessidade de demandar compensação pelo desenvolvimento econômico individual e coletivo, baseando suas reivindicações em um histórico de injustiças não reparadas. Em 1962, Moore ajudou a formar o *Comitê de Reparções para os Descendentes de Escravos Americanos* (RCDAS), que formalizou uma reivindicação de indenização ao governo dos Estados Unidos.

Cabe pontuar que a abordagem feminista da UAEW colaborou para que a questão da violência sexual também aparecesse nos debates sobre reparações, possibilitando a inclusão de pedidos de restituição pelo "sofrimento e angústia emocional" sofridos por mulheres afro-americanas que foram "estupradas e abusadas" (Farmer, 2016). Como bem destaca Ahsley Farmer (2016), ao incluir o abuso sexual como um dano a ser abordado em projetos de reparação, Moore e a UAEW, moldaram a luta moderna por reparações abordando a interseção entre opressão racial e de gênero.

Nos anos seguintes, os debates sobre reparações raciais se ampliaram no contexto estadunidense a partir da fundação de diversos grupos dedicados a essa causa como a *National Coalition of Blacks for Reparations in America*; *Black Radical Congress*; *Transafrica*, *December 12th Movement*; *Nacional Black United Front*, conseguindo inclusive que o debate fosse pautado no Congresso Nacional estadunidense, onde foram debatidos vários projetos de sobre “desculpas, indenizações e monumentos de homenagem às vítimas do tráfico e da escravidão” (Domingues, 2018, p. 351).

Além do contexto estadunidense, o debate foi realizado amplamente em vários países africanos e da diáspora africana, com a criação de entidades como *Afrikan World Reparations e Repatriation Truth Commision* (AWRRTC), no Gana, e a *Nigerian Civil Society*, na Nigéria. Também foram criados fóruns para a articulação transacional do debate política sobre reparações, como a Primeira Conferencia Pan-africana sobre Reparções realizada na Nigéria, em 1993, que resultou na Declaração de Abuja⁶², na qual apresentam demandas como reconhecimento a solicitação de que os países

⁶² Disponível em: <https://ncobra.org/resources/pdf/TheAbujaProclamation.pdf>

que se beneficiaram do tráfico de escravos ofereçam o perdão da dívida externa e promovam a representação das nações africanas em instâncias internacionais relevantes, como um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Outro contexto relevante para os debates sobre reparações para descendentes de pessoas escravizadas foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas Correlatas de Intolerância, em Durban, em 2001, abordada nos capítulos anteriores. A intelectual Sueli Carneiro (2002) relata as dificuldades de se alcançar um consenso mínimo entre as nações, especialmente no âmbito de debates sobre o reconhecimento do tráfico transatlântico como crime de lesa-humanidade e de reparações pelos séculos de escravidão e de exploração colonial do continente africano. Com o argumento jurídico de que esse reconhecimento poderia abrir um precedente legal para demandas por reparação, por parte de africanos e de afrodescendentes, os países que se beneficiaram diretamente desse sistema político e econômico se recusaram a avançar nesse debate.

Além disso, destaca Carneiro, a Conferência de Durban deixou evidente o posicionamento resistente dos países ocidentais, que atuaram no sentido de evitar qualquer tipo de condenação (e compensação) do passado colonial. Isso porque, argumenta a autora, qualquer tipo de admissão de culpa “implicaria questionar e criticar os fundamentos que justificaram o colonialismo e a expansão econômica do Ocidente: (a) a suposta superioridade racial e cultural; e (b) a convicção de sua missão civilizatória em relação aos povos considerados inferiores” (Carneiro, 2002, p. 212). A partir dessa resistência, o máximo que as delegações ocidentais se dispuseram a aceitar como desculpas pelo passado colonial foi a admissão de “eventuais males ou excessos” do colonialismo.

No Brasil, esse debate ganha repercussão a partir de uma influência direta das movimentações políticas que ocorriam em toda a diáspora negra em relação ao pagamento de reparações para os descendentes das vítimas da escravização africana. Nesse sentido, o trabalho de Petrônio Domingues (2018) recupera as ações e discussões realizadas pelo Movimento Pelas Reparções (MPR), um dos principais grupos que incidiu politicamente no debate sobre reparações para os

afrodescendentes no Brasil, ainda na década de 1990. O episódio narrado no início desta sessão foi elaborado por eles, com o objetivo de forjar um fato político para o lançamento da campanha *Reparações Já! Eu também quero o meu*, que reivindicava do Estado brasileiro o pagamento de 102 mil dólares para cada afrodescendente do país. O MPR estimou esse valor baseando-se em três fatores: o número aproximado de 3,6 milhões de escravos que foram trazidos ao Brasil, o período médio de 20 anos de trabalho de cada escravizado e a renda anual média de US\$ 10 mil dos trabalhadores nos países europeus. Além disso, os salários europeus foram escolhidos como referência, por terem sido os países que financiaram o tráfico de pessoas escravizadas (Domingues, 2018).

A argumentação é bastante interessante na medida que aponta para o Estado a responsabilidade sistêmica em torno da reparação moral e material para os descendentes de escravos. Os membros do MPR argumentavam que trabalho não remunerado dos africanos e seus descendentes ao longo de quase quatro séculos constitui uma "expropriação" que necessita ser corrigida por meio de compensações financeiras para se iniciar um processo de justiça no Brasil. Fernando Conceição, uma das principais lideranças do MPR, afirmava que os negros da diáspora são "sequestrados" históricos, pois seus ancestrais foram capturados, maltratados e transportados à força. Ele enfatiza que o continente africano sofreu um sequestro monstruoso que privou o continente de milhões de pessoas e de suas riquezas materiais ao longo de quinhentos anos. Diante desse cenário de usurpação, Conceição argumenta que o mundo ocidental, independentemente de seu sistema de governo, tem uma dívida com a África e seus descendentes espalhados pelas Américas e Europa (Domingues, 2018).

A radicalidade da demanda política feita pelo grupo não passou despercebida na arena pública e vários jornais e emissoras de rádio brasileiras e de outros países veicularam notícias sobre o ato público e a proposta política do MPR. Os setores da grande mídia condenaram veementemente a proposta, recorrendo às especificidades do racismo brasileiro para justificar a sua inadmissibilidade. As falas contrárias ao tema afirmavam que protestos desse tipo poderiam colaborar com o "acirramento do racismo Brasil" ou que essa proposta não seria de igualdade de direitos e, sim, de

“direitos extras” e até mesmo que seria uma demanda por “privilégios” contraria ao princípio da democracia (Domingues, 2018).

Nos anos seguintes, o movimento foi crescendo, ganhando cada vez mais adeptos, e entre os anos de 1995 e 1996, promoveu diversos debates, eventos seminários em nos estados do Maranhão, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Em 1995, estavam presentes na Marcha Zumbi dos Palmares e conseguiram o apoio do deputado Paulo Paim para que ele incluísse em um dos artigos do Projeto de Lei n.º 1239, que a União concedesse uma compensação de 102 mil reais a cada descendente de escravo no Brasil (Domingues, 2018). Essa lei forneceu subsídios para a elaboração do texto do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2009, que trazia em seu rascunho inicial trechos sobre reparações, mas o tema foi rapidamente descartado pelos congressistas (Santos, 2018).

Nos últimos anos, o debate sobre reparações tem ressurgido em diversos contextos. A Comunidade do Caribe (CARICOM), formada por 15 países da região do Caribe, criou o Programa de Reparções e de Justiça para fortalecer o diálogo regional sobre reparações e justiça reparatoria e amplificar discussões sobre os legados da escravidão, do tráfico de escravos e do colonialismo nas nações caribenhas. Em 2014, publicaram um Plano de Reparação com dez itens para orientar que inclui: 1) pedido e desculpas formais; 2) repatriação para aqueles que desejam retornar às suas terras ancestrais na África; 3) programas de desenvolvimento comunidades tradicionais afetadas; 4) instituição de programas culturais e educacionais que preservem e promovam a herança africana e caribenha; 5) combate ao analfabetismo através da melhoria da educação; 6) aumento dos serviços de saúde para lidar com as doenças crônicas derivadas do trauma histórico; 7) erradicação da pobreza com investimentos em infraestrutura e desenvolvimento econômico; 8) reparação psicológica para abordar os impactos emocionais e mentais; 9) cancelamento da dívida para aliviar o

fardo econômico das nações caribenhas; e 10) acesso a mercados e garantias de comércio justo para impulsionar as economias regionais.⁶³

No contexto estadunidense, esse debate também ganhou um novo fôlego a partir da publicação do texto *The case for reparations* do intelectual estadunidense Ta-Nehisi Coates em 2014, no qual desenvolveu um argumento sobre como as reparações poderiam contribuir radicalmente para a transformação política nos Estados Unidos. A sua argumentação em favor das reparações baseia-se na premissa de que praticamente todas as instituições históricas dos Estados Unidos, sejam elas públicas ou privadas, têm uma trajetória de extração de riqueza e recursos da comunidade afro-americana. Com isso, a opressão sistêmica vai além da mera crueldade ou maus-tratos; trata-se fundamentalmente de um roubo sistemático e por isso as reparações seriam essenciais para corrigir essa longa história de exploração econômica e apropriação indevida sofrida pela comunidade afro-americana (Coates, 2014). O texto ganhou uma repercussão enorme no país, colaborando para a difusão dos debates mais recentes sobre o tema na sociedade estadunidense.

Uma proposta interessante em relação ao debate da Reparação Histórica no contexto brasileiro foi a criação da *Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil*, com o objetivo de aprofundar as investigações sobre os fatos históricos da escravidão e suas repercussões contemporâneas, além de promover uma restauração histórica baseada nos princípios de Justiça Transicional e Justiça Restaurativa. A Comissão foi criada no âmbito do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) e iniciou seus trabalhos em 2015, realizando coleta de dados materiais sobre os crimes da escravidão no Brasil, além de investigações locais e regionais para registrar memórias e evidências da escravidão, além de propor medidas de reparação eficazes. Subcomissões Estaduais e Municipais foram criadas para elaborar relatórios com propostas de reparação específicas. Em 2016, a Comissão firmou uma parceria com a Organização para Libertação do Povo Negro

⁶³ <https://caricomreparations.org/caricom/caricoms-10-point-reparation-plan/>

(OLPN) para responsabilizar os herdeiros de escravocratas e promover reparações históricas (Santos, 2018).

Nota-se que o debate sobre Reparação Histórica está em processo constante de (re)elaboração. Além disso, a produção desse conhecimento foi historicamente relevante, não apenas para validar as suas experiências como, também, para fornecer uma base intelectual para suas reivindicações sobre justiça e igualdade. No âmbito dos movimentos de mulheres negras, esses debates sobre reparação têm ganhado cada vez mais relevância, ampliando a gramática de saberes produzidos por esse coletivo. Nesse sentido, no próximo subtópico apresento esses saberes produzidos pelas mulheres negras, como foco especial para as elaborações produzidas integrantes da AMNB.

5.1.1 – Mulheres negras brasileiras e o debate sobre reparação

Nos últimos anos, as mulheres da AMNB têm direcionado o seu ativismo para uma defesa das reparações históricas como uma forma de justiça social e reconhecimento das atrocidades cometidas contra a população negra no Brasil. Considerando que os últimos anos foram particularmente desafiadores devido a quesitos como a pandemia de COVID-19 e às crises climáticas, que exacerbaram a vulnerabilidade das populações negras, elas tem direcionado a sua a sua argumentação cada vez nesse sentido de localizar esses desafios como legados dos processos de colonização no país. Nesse contexto, Valdeci Nascimento (2024) argumenta, por exemplo, que as políticas públicas vigentes são insuficientes para enfrentar as profundas desigualdades raciais e sociais e defende assim uma abordagem mais radical:

Nós queremos que o Brasil mobilize os fundos e os recursos, nós queremos parte da riqueza brasileira para a construção de um fundo voltado para reparação. Nós queremos que o setor privado, como o setor público nos deve, nós também queremos que o setor privado, o agronegócio, nós queremos que o agronegócio nos repare pela guerra no campo, pela expulsão da população negra da zona rural, por acuar a população negra nas favelas e nos centros urbanos, para passar fome, para ser vítima do tráfico de drogas (Entrevista Valdeci Nascimento, 2024).

Em um sentido semelhante, Cleusa Silva, da Casa Laudelina (SP), faz uma diferenciação entre as políticas afirmativas e o debate sobre reparações feito por elas:

A questão da política afirmativa, como eu falei, elas são fundamentais, logicamente, e a gente sabe que a política da ação afirmativa tem tempo estabelecido para o seu término. Quando você constrói, de fato, uma igualdade em uma determinada área, não tem mais a necessidade de você ter a política afirmativa. Então, nós podemos dizer que é uma política pontual. A gente pretende reparar nesse sentido. A política de reparação é diferente. O Estado brasileiro, a sociedade, tem que destinar um X, um valor econômico mesmo, financeiro (Entrevista Cleusa Silva, 2024).

Elas têm argumentado que as reparações são essenciais para se combater o racismo e a discriminação, que atuam como barreiras ao acesso a direitos fundamentais e resultam em práticas genocidas contra a população negra, especialmente em momentos críticos como os vivenciados durante a pandemia de COVID-19. Entre essas práticas, destacam-se a violência policial, o homicídio de jovens negros e o encarceramento em massa, além das desigualdades no acesso à saúde, educação, moradia e terras, e a discriminação racial no mercado de trabalho. No âmbito do genocídio da população negra, cabe destacar o documento *Quem vai contar os corpos?: Dossiê sobre as mortes de crianças negras como consequência da atuação da Polícia Militar da Bahia*⁶⁴, produzido pelo Instituto Odara (BA) em 2024, através do projeto Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar, que apresenta histórias, dados e uma série de recomendações para promover a reparação e Bem Viver para a população negra.

Importante pontuar que a AMNB tem articulado suas demandas por reparações a partir de um diálogo transnacional cada vez mais fortalecido com organizações da sociedade civil de países da América Latina, do Caribe e com os Estados Unidos. Nesse sentido, eventos oficiais como CSW, as reuniões da CEPAL e o Fórum de Afrodescendentes da ONU têm sido espaços privilegiados de intercâmbio político para a AMNB, colaborando com o desenvolvimento de uma base argumentativa sólida para a defesa das reparações. Nesse sentido, a Carta de Movimentos Negros Brasileiros à 2ª. Sessão do Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU, escrita por diversas entidades dos movimentos negros e dos movimentos de mulheres negras, sistematiza

⁶⁴ Disponível em: <https://institutoodara.org.br/public/quem-vai-contar-os-corpos-dossie-sobre-as-mortes-de-criancas-negras-como-consequencia-da-atuacao-da-policia-militar-da-bahia/>

essa discussão atual feita por esses grupos, que forneceu propostas de reparações bastante alinhadas a realidade do país.

A AMNB tem argumentado que as políticas de reparações históricas devem ser entendidas não apenas como uma questão de justiça econômica, mas também como um processo de restauração da dignidade e do bem viver das populações negras. Isso inclui o reconhecimento e a valorização das contribuições culturais, sociais e econômicas dos afro-brasileiros, bem como a preservação da memória histórica. As mulheres negras destacam que a luta por reparações é, em última instância, uma luta pela transformação estrutural da sociedade brasileira, visando a criação de um país mais justo, igualitário e democrático, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e respeito.

Finalmente, no âmbito das ações desenvolvidas pela AMNB para a consolidação da pauta nota-se que elas têm se centrado na realização de eventos, debates e publicações que denunciam o papel histórico do Estado na manutenção de condições desiguais das pessoas negras no Brasil, pressionando por mudanças estruturais que reconheçam e reparem os danos causados pela escravidão e pela continuidade das práticas racistas. A Marcha das Mulheres Negras de 2025, por sua vez, vem sendo construída destacando, a partir dessa lente reparatória, a necessidade de uma abordagem ampliada sobre o tema que combine justiça econômica, social e ambiental. Ao indicarem que pretender marchar por *Reparações e pelo Bem Viver*, as mulheres negras têm demonstrado um aprofundamento analítico em relação ao momento político atual, delineando como os problemas da sociedade brasileira estão estruturalmente relacionados com o passado colonial e escravista.

É interessante perceber que essa mudança em direção a uma apropriação cada vez maior da discussão sobre Reparação no contexto dos movimentos de mulheres negras, modifica, ou até mesmo complexifica a interpretação dessas atoras em relação as experiências dos grupos vulnerabilizados na sociedade de forma geral. Nesse sentido, ao longo do próximo tópico, apresento, com mais profundidade a discussão sobre a noção do Bem Viver, que também tem sido aprofundada nos últimos anos pelas ativistas da AMNB.

5.2 – Bem-viver como utopia política

*O bem viver, ele nasce, primeiro, a marcha, ela **nasce na Amazônia**, nasce da Nilma Bentes [...] E esse bem viver, que era um **conceito indígena**, ele ganha uma outra dimensão a partir da marcha, né? A partir da marcha, mas ela só toma essa dimensão porque ela entra na pauta, né? Numa pauta nacional [...] A partir não só do ponto de vista da nossa maneira de olhar o **bem viver em vários aspectos**, na literatura, na economia, na educação, na informática. Enfim, a gente conseguiu botar o bem viver em todos os aspectos, né? Hoje você traz esse bem viver a partir do contexto das mulheres negras, né? (Entrevista Durica Almeida, 2022).*

*Eu acho que o **bem viver é muito essa dinâmica de se reconhecer**, de se olhar. Então, quando vem o anúncio a Marcha 2015 pelo bem viver, acho que também vem muito desse... **da gente poder se olhar enquanto mulheres**. (Entrevista Débora, 2024)*

*Eu acredito muito nessa **força revolucionária** do bem viver!. (Entrevista Ericka, 2024)*

*E eu lembro da Nilma repetindo bastante como **seria importante marcharmos não só contra aquilo que nos atinge, mas em direção ao horizonte que queremos alcançar**. E o Bem Viver, realmente é um **horizonte histórico de sentido e um horizonte ético político**, pelo qual marchamos e continuamos marchando. Fomos 50 mil mulheres negras marchando, por 50 milhões de mulheres negras nesse país. (Clélia Prestes, 2020)*

Quando a gente pensa também as mulheres negras no contexto de terreiro, o quanto que já não tem ali a prática do bem viver, o quanto que já não tem ali esse exercício de um cuidado, de uma relação com a natureza, de uma relação com o próprio corpo, de uma relação com o ori que vem de outra lógica. Eu acho que é muito rico pensar parte do conceito de bem viver, mas entendendo que ele faz parte de uma cosmovisão afrocentrada e que se espalha, que se fez presente na diáspora também (Entrevista Gisele, 2024).

Os trechos recortados acima apresentam a formulação autoral das mulheres negras no âmbito das entrevistas realizadas para esta pesquisa acerca do Bem Viver, conceito que se consolidou no campo dos movimentos de mulheres negras especialmente a partir da Marcha das Mulheres Negras de 2015. Nesses últimos 10 anos, nota-se que o grupo tem se debruçado cada vez mais no aprofundamento intelectual e político do conceito, fornecendo importantes aprendizados para o campo das lutas por justiça social. Nos trechos recortados acima, fica evidente o quanto essa discussão tem se ampliado e se inserido em diversos eixos do debate político das mulheres negras.

Um texto fundamental que inaugura essa discussão a partir do ponto de vista das mulheres negras é o *Documento Analítico*⁶⁵ da Marcha de 2015, que apresenta a proposta política da ação coletiva, apresentando um diagnóstico geral da situação das mulheres negras brasileiras e a concepção de Bem Viver desenvolvida pelas mulheres negras naquele momento. Informam que a partir do Bem Viver, é possível elaborar um “novo código sociopolítico em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade”. Além disso, sintetizam os pontos inegociáveis que “que restituem a humanidade das mulheres negras, tragadas cotidianamente pelas condições de iniquidade de que são vítimas” (AMNB, 2015).

É interessante pontuar que a perspectiva do Bem Viver apresenta um importante diálogo *ladino-amefricano*⁶⁶, tendo como referência perspectivas dos povos tradicionais da região amazônica e da América Latina associadas a experiências afrocentradas. Nilma Bentes (2020) destaca inclusive, como a proximidade territorial das mulheres negras amazônidas com o território amazônico, fez com que ela se inspirasse nessas perspectivas indígenas para elaborar a proposta de Bem Viver trazida para a Marcha de 2015. Ao propor essa confluência afro-indígena, Bentes se alinha a proposta amefricana de Lélia Gonzalez uma vez que celebra as contribuições históricas das populações negras e dos povos indígenas para as lutas de resistência ao colonialismo e para se pensar utopias para um futuro mais justo.

Esse diálogo amefricano, também é destacado por Ochy Curiel, ao falar da discussão proposta pelas mulheres negras brasileiras a partir da Marcha de 2015:

⁶⁵ <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>

⁶⁶ A perspectiva da amefricanidade foi proposta pela intelectual Lélia Gonzalez (1988) e tem sido cada vez mais recuperada pelas autoras negras na contemporaneidade. A categoria da amefricanidade visa recuperar as histórias de resistência e luta dos povos colonizados, promovendo uma abordagem que se distancia das interpretações eurocêntricas. A amefricanidade propõe uma análise interligada do racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos, com o objetivo de pensar 'desde dentro' as culturas indígenas e africanas, destacando a importância das experiências e resistências históricas desses grupos para a construção de uma perspectiva afrocentrada.

Eu gosto muito da combinação da proposta de americanidade com o Bem Viver, não? Essa combinação, primeiro porque eu acho que a proposta latino-americana de Léila González, a Améfrica Ladina, implica reconhecer e consolidar as valiosas conexões que existem entre a resistência dos povos indígenas e a diáspora africana. O Bem Viver é uma proposta dos povos indígenas, aimaras, quechuas, muito importante para nós e para toda a América Latina, ou Abya Yala, como eu prefiro falar. Então, a americanidade de Léila tem um caráter emancipatório quando reconhece esses grupos questionando a lógica colonial eurocêntrica, não? E, por outro lado, ao mesmo tempo, o Bem Viver propõe um horizonte histórico de sentido para nossos povos (Ochy Curiel, 2020).

A aproximação do Bem Viver com as experiências dos negros e negras da América Latina também foi proposta por Charo Mina Rojas, Marilyn Machado Mosquera, Patricia Botero e Arturo Escobar (2015), que fornecem uma genealogia do conceito a partir de uma perspectiva afrocentradas, buscando e rastrear silenciamentos, resistências, tipos de (re)existência e emergências nas lutas do povo negro na Colômbia, e como estas permitem imaginar outras formas de vida e política. A autores argumentam que a discussão de *Buen Vivir* está sendo feita na Colômbia desde o final da década de 1990, especialmente pelos afro-colombianos e pelos membros do *Proceso de Comunidades Negras (PCN)*, fornecendo projetos alternativos de desenvolvimento em perspectiva harmônica com a natureza. A questão territorial ganha uma centralidade importante uma vez que para as comunidades afro-colombianas, em especial para as mulheres, o território é um espaço essencial de comunhão com a natureza, essencial para a realização humana em termos de alegria, paz e liberdade (Rojas, 2015, p. 173).

Além disso, segundo Rojas et al. (2015), na visão dessas comunidades afro-colombianas, a posse de um território proporciona um senso fundamental de pertencimento e a capacidade de deixar algo significativo para as futuras gerações. Isso assegura a autonomia de movimentação, a vivência em um ambiente saudável e a prática de tradições ancestrais que garantem a sustentabilidade dos recursos naturais, como os rios e o ouro, fora das lógicas tradicionais de acumulação. Dessa forma, a proposta contra hegemônica do Bem Viver afro-colombiano, está relaciona à possibilidade de estabelecer uma vida sem medo, ameaças, violência e discriminação, pautada nas experiências coletivas de harmonia e felicidade.

O trabalho mostra também como as mulheres afro-colombianas relacionam o Bem Viver ao conceito de Ubuntu, acionado também pelas mulheres negras brasileiras no âmbito da Marcha de 2015. Assim, a noção de “Eu sou, porque nós somos”, se relaciona a união e articulação de esforços de luta por uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, na busca de um mundo onde todos possam coexistir. Nesse sentido, as semelhanças com o debate que vem sendo realizado no Brasil, demonstram uma importante aproximação que as mulheres negras brasileiras têm feito com os demais contextos da diáspora africana na América Latina.

Cabe pontuar que a noção de Bem Viver também tem sido cada vez mais discutida no ambiente acadêmico. Uma obra relevante que tem sido amplamente referenciada pelos pesquisadores brasileiros é a do autor equatoriano Aberto Acosta (2016), de título *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Na obra, o autor aborda o Bem Viver como um projeto capaz de ser o ponto de partida para a construção democrática de sociedades mais democráticas, com base nas contribuições diversas de oriundas de muitas partes do planeta, fornecendo noções coletivas mais libertárias. A discussão de Bem Viver realizada por Acosta destaca a urgência de uma transformação radical do sistema capitalista em um cenário marcado pela superação dos limites impostos pela Natureza, que tem tido como efeitos a degradação do meio ambiente em escalas cada vez mais nefastas.

Ainda no contexto acadêmico, a pesquisa bibliométrica de Liliane Alcantara e Carlos Sampaio (2017), analisa as publicações que trazem a palavra “Bem Viver”, no título, resumo, palavras-chave e/ou na introdução, feitas entre os anos de 2001 e 2015; indicando um crescimento relevante de publicações sobre o Bem Viver no final do período recortado. Interessante mencionar que o trabalho dos autores não menciona, em momento algum, as elaborações feitas por mulheres negras ou partir do feminismo negro, apresentando publicações relacionadas às perspectivas de desenvolvimento na América Latina ou aos debates realizados pelos povos andinos e por povos originários da região. Entretanto, a realização dessa mesma proposta metodológica na atualidade apresentaria um cenário totalmente diferente. Ao buscar as palavras-chave Bem Viver nas plataformas de busca acadêmica, nota-se um aumento

substantivo nos resultados que estão diretamente relacionadas a elaboração intelectual ou a experiência das mulheres negras.

Destaco por exemplo as pesquisas de Clélia Prestes (2018), Fernanda Santos (2019) e Juliana Santos (2022), que apresentam essa discussão conceitual a partir da perspectiva das mulheres negras. Prestes (2018) aproxima a noção de Bem Viver ao campo da saúde, mostrando como a saúde dos indivíduos está interconectada com outros elementos e requer que pessoas do seu grupo social e o próprio meio ambiente também estejam em harmonia e saudáveis. Santos (2019) analisa como mulheres negras constroem uma noção de Bem Viver nas suas vidas cotidianas, apesar do contexto patriarcal, lesbofóbico e racista em que estão inseridas. Por último, Gonçalves (2022, p. 107) aciona o “Bem Viver vivido na prática”, registrando o conceito a partir das narrativas de ativistas negras e relacionando com as contribuições teóricas de intelectuais negras como Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo.

São trabalhos que discutem o conceito de maneiras bastante distintas, mostrando não apenas a multiplicidade de formas possíveis de interpretá-lo como também o quanto esse debate ainda está em processo de formulação. Uma contribuição central do trabalho de Juliana Santos (2022) é o desenvolvimento da proposta conceitual do *Bem Viver amefricano*, que reconhece os pioneirismos das elaborações feitas pelos povos indígenas e destaca a contribuição das mulheres negras para o aprofundamento teórico-político desse debate. Com bem argumenta a autora, “enquanto conceito o Bem Viver nasce em berço andino, mas enquanto prática comunitária tem matriz diversa.” Assim, na versão *amefricana*, temos um Bem Viver que “foi aproximando cada vez mais dos valores civilizatórios africanos e afrobrasileiros, como o culto à ancestralidade, a corporeidade, a oralidade, o cooperativismo, a circularidade e à memória” (Santos, 2022, p. 219).

Com base na contribuição das colaboradoras da pesquisa e das referências bibliográficas consultadas, argumento que a proposta de Bem Viver construída pelas mulheres negras pode ser sistematizada a partir de cinco eixos principais: conexão com a ancestralidade, coletividades solidárias, reconhecimento das diversidades,

conexão com a natureza e horizonte utópico. Além disso, importante destacar que temporalidade do Bem Viver aciona uma perspectiva circular na medida que ao mesmo tempo que se constrói como um horizonte de futuro, diz também de uma retomada do passado e uma construção do presente. Abaixo aprofundo mais em cada um desses eixos.

Em primeiro lugar, a ancestralidade é valorizada como um legado espiritual que transmite saberes entre as gerações, sendo fundamental para a construção de um novo pacto civilizatório que reconhece e ressignifica a dor e a resistência histórica das mulheres negras. As mulheres negras reivindicam suas raízes ancestrais como fonte de poder e sabedoria, confrontando a narrativa colonial que tentou apagar suas histórias, experiências e conhecimentos:

*A gente consegue ampliar, alargar ainda mais o conceito de bem viver a partir das trocas que mulheres e coletivos de mulheres negras têm. **O bem viver acaba sendo também um resgate de nós mesmas**, um resgate que já é muito vivenciado em muitos povos e comunidades tradicionais, que já é vivenciado, por exemplo, em espaços de promoção de religiosidade afro-brasileira, mas ele se impulsiona e dissemina para a sociedade. (Entrevista Michely Ribeiro, 2024)*

Em relação as coletividades solidárias, nota-se como a proposta de Bem Viver subverte a lógica individualista cada vez mais aprofundada na atualidade, promovendo uma organização de vida baseada na cooperação e na reciprocidade. As mulheres negras, ao promoverem práticas solidárias, desafiam as políticas econômicas que perpetuam desigualdades e a exclusão social. Este eixo revela a capacidade das comunidades negras de autogestão e resiliência, demonstrando que alternativas ao modelo capitalista são não apenas possíveis, mas também viáveis e sustentáveis. Nas palavras de Ochy Curiel:

O Bem Viver não se faz sozinho, nem isoladamente. Precisamente temos de criar e voltar às lógicas comunitárias que questionam a lógica individualista que impõe a colonialidade. Isso, para mim, seriam os elementos claves para pensar o que significa a proposta do bom viver e, ao mesmo tempo, a proposta de Leila sobre a amefricanidade (Ochy Curiel, 2020).

Em terceiro lugar, destaco o reconhecimento da diversidade e a inclusão são princípios essenciais que reconhecem a pluralidade de identidades entre as mulheres negras, abrangendo diferentes idades, orientações sexuais, localizações e

ocupações, enfatizando a heterogeneidade e a multiplicidade de experiências e vozes das vivências elaboradas a partir do Bem Viver.

A conexão com a natureza, é um chamado para pensar as questões ambientais sob uma nova perspectiva, destacando a necessidade de romper com a lógica desenvolvimentista, que ocorre às custas de corpos negros, indígenas, quilombolas, dos periféricos e vulneráveis, tanto nas cidades quanto no campo. Nesse sentido, o Bem Viver oferece uma visão alternativa de desenvolvimento e bem-estar, contrastando com os modelos ocidentais centrados no crescimento econômico, e promovendo harmonia com a natureza e a comunidade. Nesse sentido, a conexão com a natureza se torna algo essencialmente político, oferecendo um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo que desafia as práticas predatórias do capitalismo global.

Por último, o horizonte utópico diz de uma construção coletiva de futuros possíveis. É a caminhada em direção ao horizonte que queremos alcançar, como diz Valdeci Nascimento:

*Se no primeiro momento nós não tínhamos elaborado bem, não tínhamos aprofundado o que era o bem viver, os cinco anos da marcha têm nos impulsionado para que a gente aprofunde um conjunto de reflexões, para que a gente busque alianças e para que a gente possa pensar na possibilidade de construir outro padrão civilizatório que leve em consideração essa diversidade dos povos, as experiências e, como disse Nilma, **só reafirmando que a ecologia possa subordinar a economia** (Valdeci Nascimento, 2020).*

Em resumo, o Bem Viver, uma filosofia enraizada nas tradições indígenas da América Latina e reelaborada a partir de epistemologias afrocentradas, propõe uma forma de viver construída a partir da harmonia entre as pessoas e a natureza, o equilíbrio comunitário e a valorização das perspectivas ancestrais. Para as mulheres negras, o Bem Viver representa uma proposta de resistência e resiliência, que se contrapõe às opressões históricas e contemporâneas, criando caminhos para uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Essa filosofia oferece um horizonte utópico que integra a sabedoria ancestral com práticas atuais, promovendo a justiça social e ambiental e valorizando as diversidades culturais e identitárias.

Ao longo deste capítulo, analisei os *repertórios de produção de conhecimento* adotados pela AMNB nos últimos anos, recuperando as discussões que as ativistas de entidade têm feito sobre Reparação e sobre o Bem Viver. A confluência entre esses dois debates contribuiu para a ampliação discursiva das mulheres negras, uma vez que ambas as abordagens expandem a sua gramática política para as lutas por transformação estrutural da sociedade, visando criar um país mais justo, igualitário e democrático, onde a dignidade humana e o respeito sejam garantidos para todas as pessoas.

Nesse sentido, considero que a centralização dos debates da AMNB em torno das discussões sobre Reparação e Bem Viver parece indicar uma resposta à necessidade cada vez mais urgentes de enfrentamento das profundas desigualdades e injustiças históricas sofridas pela população negra, especialmente pelas mulheres negras no Brasil. A reparação é vista como um passo essencial para corrigir os danos causados por séculos de escravidão, discriminação e exclusão social. Além disso, a discussão sobre a reparação é também uma forma de reivindicar a dignidade, a igualdade de oportunidades e o reconhecimento das contribuições das mulheres negras à sociedade.

A ampliação dessa discussão sobre Reparação parece ganhar destaque à medida que a AMNB passa por um processo de fortalecimento do seu ativismo internacional. A construção de redes transacionais e a presença em espaços globais de debate sobre o combate ao racismo e equidade de gênero permitiram um intercâmbio de ideias, e contribuem para a atualização dos repertórios discursivos dos movimentos de mulheres negras brasileiras.

Em relação ao Bem Viver, nas minhas entrevistas, ficou evidente um amadurecimento significativo em torno dessa discussão, se consolidando não apenas como um ideal utópico, mas como uma prática cotidiana e uma forma de posicionamento político. Essa perspectiva permite que a AMNB articule um modo de vida que valoriza a harmonia com a natureza, a solidariedade, e a coletividade, em contraste com o modelo individualista e exploratório predominante. Além disso, esse foco no Bem Viver surge como uma resposta ao esgotamento de projetos políticos anteriormente desenvolvidos, especialmente no contexto de acirramento das tensões raciais e de

avanço de projetos cada vez mais conservadores. Por fim, ao centralizar esses dois debates, a AMNB demonstra a sua capacidade de impulsionar gramáticas políticas de transformação social criativas em um sentido de aprofundamento democrático e de ampliação de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das inquietações iniciais que me levaram para a construção dessa pesquisa está relacionada com um consenso expresso na literatura dos movimentos de lutas contra o racismo sobre o protagonismo e a relevância da AMNB, fundada no 2000, retratada com um grupo de organizações que reúne as principais atoras dos movimentos de mulheres negras brasileiras. Na minha trajetória ativista, essa relevância também ficou marcada, especialmente a partir das minhas participações em eventos nacionais como a Fórum Permanente de Mulheres Negras no âmbito do Fórum Social Mundial de 2018 em Salvador e o Encontro Nacional de Mulheres Negras de Goiânia também naquele ano. Nesses espaços, lideranças como Sueli Carneiro, Valdeci Nascimento, Nilma Bentes, eram celebradas e ouvidas como verdadeiras *griôs*⁶⁷ por outras mulheres negras, que escutavam atentamente os ensinamentos e as histórias contadas por elas.

Entretanto, as inúmeras histórias de resistência, sobrevivência e criatividade coletiva que eu ouvia nos diálogos e nas conversas informais com essas *mais velhas*, não estavam diretamente sistematizadas nos textos acadêmicos que eu acessava à medida que avançava na minha caminhada acadêmica. No campo da Ciência Política, essas vozes e narrativas me pareceram ainda mais distantes, uma vez que o campo tem privilegiado cada vez mais as contribuições de base quantitativa capazes de testar hipóteses e fornecer explicações causais para fenômenos políticos, sob o argumento de uma suposta defesa da neutralidade científica e do rigor acadêmico.

Foi necessário um verdadeiro mergulho nas obras de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins, Ochy Curiel para que eu pudesse sustentar a relevância de uma pesquisa que buscava se aprofundar nas movimentações políticas das mulheres negras brasileiras. A partir dessas autoras,

⁶⁷ Recorro a discussão feita por Claudia Pons Cardoso (2012, p. 32) em sua tese de doutorado para definir brevemente o termo *Griôs*, como as guardiões das tradições orais, responsáveis por preservar e transmitir conhecimentos ancestrais e culturais. São indivíduos exercem o papel de romper o silêncio do esquecimento, exaltando a tradição e atuando como conselheiros e mediadores sociais. As ativistas negras aparecem no texto da autora como Griôs, ao narrarem e preservarem as histórias das mulheres negras, fortalecendo a transmissão de saberes e experiências.

pude argumentar que as ações políticas coletivas das mulheres negras são robustas o suficiente para serem reconhecidas como teorias políticas, que fornecem não apenas uma interpretação qualificada da realidade social, como também propostas inovadoras para a construção de projetos de emancipação social.

Diante disso, desenvolvi esse trabalho guiado pelas seguintes perguntas de pesquisa: *Como os movimentos de mulheres negras brasileiras em geral, e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) em específico, organizaram e construíram uma agenda interseccional de ampliação de direitos? Quais fatores contribuíram para a criação da AMNB em 2000 e para a sua consolidação nos anos seguintes? Como este tipo de ativismo, em interação com o Estado brasileiro, afetou a dinâmica política do país?*

A pesquisa teve como objetivo compreender como o movimento de mulheres negras brasileiro, em geral, e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), em específico, mobilizam e constroem uma agenda interseccional de ampliação de direitos e situar uma interpretação de como a dinâmica política brasileira tem sido afetada por esse tipo de ativismo político em direção ao Estado. A análise revelou que os movimentos de mulheres negras, organizados de maneira interseccional, têm desempenhado um papel fundamental na luta por justiça social, racial e de gênero, influenciando significativamente a política brasileira.

Essa relevância ficou mais evidente com a criação da AMNB no ano 2000, que consolidou a autonomia política de mais de uma dezena de organizações de mulheres negras de todas as regiões do Brasil. Na sua primeira década de existência, a AMNB adotou estratégias de interação e diálogos crítico com o Estado brasileiro, buscando incluir as suas demandas na arena política nos momentos de abertura de oportunidades políticas. Foi a partir do seu protagonismo estratégico em conselhos nacionais, que a AMNB garantiu a inserção das especificidades das mulheres negras nas políticas públicas, resultando em avanços como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e a inclusão de perspectivas interseccionais nas diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Ao longo da segunda década de existência, AMNB passou por importantes processos de reconfiguração interna, com a emergência de novas lideranças; a descentralização geográfica dos grupos que protagonizavam as decisões políticas internamente; e a saída de organizações tradicionais da coordenação geral, processos que trouxeram mudanças nas suas estratégias de atuação política. Nesse novo arranjo interno, a AMNB tem priorizado priorização do grupo na ampliação da capilaridade de AMNB, buscando ampliar a sua capilaridade e fortalecer outras organizações de mulheres negras nos diversos contextos do país. Nota-se por exemplo um aumento expressivo de organizações filiadas a entidade, especialmente após a realização da Marcha das Mulheres Negras de 2015.

Organizada pela AMNB e por outras organizações do movimento de mulheres negras, a Marcha das Mulheres Negras de 2015 foi um dos principais movimentos de ação coletiva da contemporaneidade e destacou a capacidade de mobilização e a força política das mulheres negras. Além disso, a AMNB colaborou com a consolidação de um calendário nacional de lutas dos movimentos de movimentos de mulheres negras, voltado para a celebração das inúmeras experiências de resistência das mulheres negras. Celebrado desde 2013, o Julho das Pretas, tem contribuído para a visibilização das demandas das mulheres negras, se tornando uma ação estratégica de mobilização fundamental para os movimentos de mulheres negras em todo o país.

A partir da década de 2010, a AMNB também enfrentou novos desafios com a ascensão do conservadorismo e o acirramento das desigualdades sistêmicas. Isso alterou a forma como a entidade se relacionava com o Estado brasileiro, que precisou adotar uma postura cada vez mais crítica ao fechamento do governo para as demandas de equidade racial e de gênero. Diante disso, identifiquei uma crescente participação em diálogos internacionais, com foco na denúncia das violações de direitos enfrentadas pela população negra e pelas mulheres negras brasileiras.

Finalmente, os debates que me foram apresentadas ao longo do trabalho de campo deram origem ao capítulo final dessa tese, no qual apresento uma análise das estratégias de produção de conhecimento adotadas pela AMNB na contemporaneidade. A confluência entre os debates sobre Reparação e sobre o Bem

Viver, indicaram uma resposta às necessidades cada vez mais urgentes de enfrentamento às profundas desigualdades e injustiças históricas sofridas pela população negra, especialmente pelas mulheres negras no Brasil.

Em relação a proposta de Bem Viver, aprofundada pelas mulheres negras desde a Marcha de 2015, argumentei que ela pode ser sistematizada a partir de cinco eixos principais: conexão com a ancestralidade, coletividades solidárias, reconhecimento das diversidades, conexão com a natureza e um horizonte utópico. Ademais, identifiquei que o Bem Viver representa uma proposta de resistência e resiliência que contrasta com as opressões históricas e contemporâneas, abrindo caminhos para uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Esta filosofia oferece um horizonte utópico que integra a sabedoria ancestral com práticas contemporâneas, promovendo a justiça social e ambiental, ao mesmo tempo que valoriza as diversidades culturais e identitárias.

É importante pontuar essa pesquisa sobre a atuação contemporânea da AMNB abre diversas possibilidades para estudos futuros, no campo de estudos sobre movimentos de mulheres negras brasileiras. Seria relevante por exemplo, aprofundar a análise das interações entre a AMNB e outras organizações internacionais de mulheres negras, explorando como essas conexões transnacionais influenciam as estratégias e as agendas políticas locais.

Além disso, considerando que a AMNB é apenas uma das entidades que compõe esse complexo *campo de ação discursivo interseccional*, que tem crescido expressivamente nos últimos anos e ampliado a sua presença na arena pública do país, considero relevante a ampliação da investigação para outros tipos de organização de mulheres negras, sejam elas oriundas das universidades, dos comunidades tradicionais, dos contextos rurais, entre outros.

Finalizo considerando que a presente pesquisa sobre a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) não apenas contribui significativamente para a compreensão do movimento de mulheres negras no Brasil, mas também oferece um aprofundamento relevante para futuras investigações que possam ampliar o nosso conhecimento sobre o ativismo interseccional e suas implicações políticas. Encerro a

minha contribuição na expectativa de ter colaborado com *atreimento* para o alargamento desse campo de estudos, cuja relevância e urgência se tornam cada vez mais evidentes na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, Julia S. **Alianças, encontros e margens: feminismos negros e interseccionalidade na Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região**. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Unicamp, Campinas, 2020a. 395p.
- ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 15-46, 2018.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, p. 325-357, 2014.
- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- ALCÂNTARA, Liliane. C. S.; SAMPAIO, Carlos. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Revista Desenvolvimento Meio Ambiente**, v. 40, p. 231-251, abril 2017.
- ALMADA, Maria Paula. *et al.*. A transparência do Executivo Federal brasileiro: uma comparação entre os governos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. **Opinião Pública**, v. 28, n. 1, p. 169–199, jan. 2022.
- ALMEIDA, Debora R.; DOWBOR, Monika. Para além das fronteiras da especialização: pontes analítico-teóricas entre movimentos sociais e instituições participativas no Brasil em contexto de mudanças. IN: BATISTA, Mariana; RIBEIRO, Ednaldo; ARANTES, Rogério. **As teorias e o caso**. Editora UFABC, 2021.
- ALMEIDA, Debora Rezende. Resiliência institucional: para onde vai a participação nos Conselhos Nacionais de Saúde e dos Direitos da Mulher? **Caderno CRH**, v. 33, 2020.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13–56, 2014.
- ALVAREZ, Sonia. Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). **Revista Estudos Feministas**, 20(3), 384, pp.833-850, setembro-dezembro, 2012.

ALVES, Jaime A.; VARGAS, João Costa. The spectre of Haiti: structural antiblackness, the far-right backlash and the fear of a black majority in Brazil. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 645–662, 2020.

ALVES, Jaime Amparo. **The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

AMANN, Edmund; BAER, Werner. Neoliberalism and its Consequences in Brazil. **Journal of Latin American Studies**, v. 34, n. 4, p. 945-959, 2002.

ARAÚJO, Maria Gutenara Martins. Feminismo e o Estado: relações possíveis a partir do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. 2014.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2019.

BAIRROS, Luiza. Entrevista: O enfrentamento ao racismo foi inserido no Planejamento Governamental. In: BRASIL. **Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Promovendo a igualdade racial - Para Um Brasil Sem Racismo**. Brasília, DF, 2016.

BAIRROS, Luiza. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, Peggy. (org.) **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

BALSIGER, Philip; LAMBELET, Alexandre. Participant Observation. In: DELLA PORTA, DONATELLA (Org.). **Methodological practices in social movement research**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BANDEIRA, Lourdes. ALMEIDA, Tania Mara Campos. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, 2(1), 35-46, 2013.

BARROS, Thiane. Um manifesto pelo Bem-viver: a Marcha das Mulheres Negras na Amazônia Paraense. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 14, n. Ed. Especi, p. 24–45, 2022.

BENTES, Nilma. E-book Marcha das Mulheres Negras. **Articulação de Mulheres Negras Brasileiras**, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 30, Número 1, Janeiro/Abril 2015.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia. O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e o conservadorismo moral. In: BUENO, Winnie *et al* (org.). **Tem saída?:** ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas:** o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Editora Letramento, Justificando, 2018, Coleção Feminismos Plurais.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”, **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, 2008.

BUSQUIER, Lucía María. **Derivas de la interseccionalidad en América Latina y el Caribe:** cruces y anudamientos entre saberes y activismos locales. La Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora (1992-2019). Doctorado en Historia, Universidade Nacional de Córdoba, 2021.

CALDWELL, Kia. **Health equity in Brazil:** intersections of gender, race, and policy. Urbana: University of Illinois Press, 2017.

CALDWELL, Kia. Lilly. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: Perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil, **Revista da ABPN**, Florianópolis, v. 1, p. 18-27, 2010.

CAMPOS, Luiz Augusto; RODRIGUES, Cristiano. **Raça e política no Brasil:** teorias em ocaso. In: BATISTA, M., RIBEIRO, E., and ARANTES, R., eds. As teorias e o caso [online]. Santo André: Editora UFABC, 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto. “Um só povo, uma só raça: a questão racial nos dois primeiros anos de Bolsonaro. IN: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro:** retrocesso democrático e degradação política, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

CANDIDO, Marcia Rangel. A ciência política é um mundo de homens? Uma crítica às narrativas da história da disciplina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 41, p. 1-24, 2023.

CARDOSO, Claudia Pons. **Outras Falas: Feminismos na Perspectiva de Mulheres Negras Brasileiras.** 2012, Salvador, 383f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2012.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas Últimas Décadas do Século XX no Brasil. **Revista Aurora**, 2(3), 37-46, 2008.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra brasileira na década da mulher**. São Paulo: Nobel, 1985.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARVALHO, Layla Pedreira. **A SPM e as políticas para as mulheres no Brasil: saltos e sobressaltos em uma institucionalização das demandas das agendas feministas**. Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: o feminismo estatal participativo brasileiro, v. 1, p. 87 - 138, 2018.

CARVALHO, Lizia; DIAS, Luciana de Oliveira. Contribuições dos feminismos negros brasileiros aos feminismos transnacionais. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 16, p. 118-127, 2019.

CASTRO, Ana Luísa Machado; ROSÁRIO, Carla. SILVA, Grécia. Mulheres negras movimentando as estruturas sociais e políticas: análise dos repertórios de interação entre Estado e movimento de mulheres negras. **Anais do 12º Encontro da ABCP**. João Pessoa, PB. 2020.

CHRISTIAN, Barbara. The race for theory. **Feminist studies**, v. 14, n. 1, p. 67-79, 1988.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. *Revista Sociologias Plurais*, v. 8, n. 1, p. 11-44, janeiro de 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Boitempo Editorial, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CURIEL, Ochy. Crítica pos-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nomádas**, n. 26, p. 92-101, 2007

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DELLA PORTA, Donatella. In-Depth Interviews. In: DELLA PORTA, DONATELLA (Org.). **Methodological practices in social movement research**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DIAS, Luciana de Oliveira. Negritando esperanças nas encruzilhadas dos saberes: pelo reconhecimento da epistemologia negra no espaço acadêmico. In: GOMES, Nilma Lino. **Saberes das lutas do movimento negro educador**, Editora Vozes: Petrópolis – RJ, 2022.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Revista Educ. Soc., Campinas**, v. 41, 2020.

FARIA, Claudia Feres. Participação, Sociedade Civil e Governo Lula (2003-2006): construindo uma sinergia positiva? **O partido dos trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)**. São Carlos: Edufscar, 2009.

FARMER, Ashley. Reframing African American Women's Grassroots Organizing: Audley Moore and the Universal Association of Ethiopian Women, 1957–1963. **The Journal of African American History**, v. 101, n. 1-2, p. 69-96, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. IN: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempos & Argumento**, Florianópolis, v.12, n.29, jan/abr. 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Democracia Genocida. In PINHEIRO-MACHADO, Rosana et al. **Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização**. Oficina Raquel, 2019.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; BOTELHO, Denise. Èkó láti sayé: Educação e resistência nos candomblés. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 48, p. 408-425, 2020.

FOA, Roberto S; MOUNK, Yasha. A Desconexão Democrática. **Journal of Democracy** (em português), vol. 5, n. 2, 2016.

FONSECA, Igor. Inclusão política e racismo institucional: reflexões sobre o Programa de Combate ao Racismo Institucional e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 45 | jul./dez. 2015.

GERRING, John. **Case Study Research: Principles and Practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos; et al. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro educador: Saberes Construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Brasília: Anpocs. p. 223-244 (Ciências Sociais Hoje, n. 2), 1983.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

GURZA LAVALLE, Adrian et al. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. IN: GURZA LAVALLE, Adrian et al. (org). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

HINE, Darlene Clark. **From the Margins to the Center: Callie House and the Ex-Slave Pension Movement**. 2006.

IPEA. O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial na Visão de seus Conselheiros. **Relatório de pesquisa**. 2012.

KECK, Margareth. SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James; SIKKINK, Kathryn. **Restructuring world politics: transnational social movements, networks, and norms**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

LACERDA, M.B. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 207f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LE MOS, Rosália de O. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras**: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. 398. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016.

LE MOS, Rosália de O. **Feminismo negro em construção**: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. 185f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. 1ª Edição - Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas. **Novos Estudos Cebrap**, 2010, n. 87, pp. 77-95.

LIMA, Stephanie P. **A gente não é só negro!** Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 2020. 288p

MACHADO, Carlos. Partidos políticos e inclusão: candidaturas coletivas, negros, mulheres e indígenas. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Sistematização das normas eleitorais: eixo temático VIII: partidos políticos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

MARQUES, Elissa. **Estratégias de incidência política de Organizações De Mulheres Negras no Brasil (2014-2019)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD). Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, 2021.

MATOS, Marjorie Evelyn. **Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa**: um olhar à construção dos direitos humanos das mulheres negras a partir de suas vivências, experiências e posicionalidades. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MATOS, Marlise; SIMÕES, Solange. Emergence of Intersectional Activist Feminism in Brazil: The Interplay of Local and Global Contexts. In: Glenda Tibe Bonifacio. (Org.).

Global Currents in Gender and Feminisms: Canadian and International Perspectives. 1ed. Bingley, Reino Unido: Emerald Publishing Limited, 2018.

MATOS, Marlise. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na Ciência Política brasileira. In. MILANI, C.; AVRITZER, L.; BRAGA, M. D. S. **A Ciência Política no Brasil: 1960-2015.** Editora FGV, 2016.

MATOS, Marlise. Gender and Sexuality in Brazilian Public Policy: Progress and Regression in Depatriarchalizing and Deheteronormalizing the State. In Elisabeth Jay Friedman. (Org.). **Seeking Rights from the Left: Gender, Sexuality, and the Latin American Pink Tide.** 1ed. Durham, North Carolina, United: Duke University Press, 2019, v. 1, p. 144-198.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67–92, jun. 2010.

MATOS, Marlise. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: **Mulheres, Poder e Ciência Política**, Biroli et all (org.). Editora da UNICAMP, Campinas, 2020.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, p. 333-357, 2008.

MATOS, Marlise. Violência política contra mulheres em perspectiva interseccional. Belo Horizonte: NEPEM/UFMG, 2024.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Reconhecimento e deliberação:** as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos internacionais. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract.** Cornell University, 1997.

MONAGREDA, Johanna. **“A nosotros el Estado no nos ha regalado nada”:** Processos de institucionalização das demandas dos movimentos afrodescendentes em Brasil, Venezuela e Equador. 2020, Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 2020.

MOURA, Beatriz; BARRETO, Dora. Dos terreiros à academia: mulheres de axé, saberes tradicionais e letramento acadêmico. **Revista Calundu**, v. 4, p. 1-5, 2020.

PAULA, Marilene de. **Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette; RODRIGUES, Cristiano. Ativismo feminista negro digital: políticas estéticas e afetivo-sexuais. *Cadernos Pagu*, n. 67, 2023.

PEREIRA, Bruna; AGUILAR, Macarena. ‘Nenhum passo atrás’ (Not a step back): Brazilian Black women’s resistance in the era of Bolsonaro’s far-right government. *Gender & Development*, 29(2-3), 447-465, 2021.

PEREIRA, Ana Claudia J. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras**: o lugar de ialodês, orixás, e empregadas domésticas em projetos de justiça social. 2016, 234p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2016.

PINTO, Céli, A sociedade civil institucionalizada. **Política & Sociedade**, 5, pp.99-116, 2004.

POGREBINSCHI, Thamy. Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários. No. 1741. **Texto para discussão**, IPEA, 2012.

PORTO, Ludmila Mota de Figueiredo. Feminist collective candidacies: Listening to democracy in Brazil. *Fólio - Revista de Letras*, 13(1), 361-378, 2021.

PRESTES, Clélia R. S. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras**: interseccionalidade e bem viver. 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências - Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REINEHR, Jaciane. **Silêncios e confrontos**: a saúde da população negra em burocracias do Sistema Único de Saúde (SUS). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2019.

REZENDE, Daniela; ELIAS, Maria Lígia G. G. R.; O feminismo mudou a ciência política brasileira? Uma reflexão sobre os estudos feministas e de gênero na produção acadêmica recente. In: BATISTA, M., RIBEIRO, E., and ARANTES, R., eds. **As teorias e o caso** [online]. Santo André: Editora UFABC, 2021.

RIBEIRO, Matilde. O protagonismo do Movimento Negro e das organizações das Mulheres Negras na Construção de Políticas de Igualdade Racial. In: Mariângela B. Wanderley e Rosângela Dias de Oliveira Paz. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma agenda permanente de pesquisa**. 1ª edição, São Paulo: Educ - Editora da PUC - SP, 2022.

RIOS, Flavia, MACIEL, Regimeire. **Feminismo negro brasileiro em três tempos**. In.: Labrys, études féministes/ estudos feministas, v. 1, p. 120-140, 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm> .

RIOS, Flavia; PEREZ, Olivia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 36–51, 2019.

RIOS, Flavia. **A institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIOS, Flavia. Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016). In: GURZA LAVALLE, Adrian et al. (org). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

RIOS, Flavia. Cycles of Democracy and the Racial Issue in Brazil (1978–2019). In: BIANCHI, Bernardo et al. (Ed.). **Democracy and Brazil: Collapse and Regression**. Routledge, 2020.

RIOS, Flavia. Gênero e raça no Brasil (1978-2018): movimentos sociais, sociedade civil e Estado. IN: FEFFERMANN, Marisa et al. (Orgs.). **Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. 496 p. (Temas em Saúde Coletiva 25).

RODGERS, C. A ONGização da Mobilização Pró-Negra no Rio de Janeiro: uma investigação da agência entre ativistas pró-negros e a Anistia Internacional Brasil. O Fórum Fletcher de Assuntos Mundiais, vol. 74, nº 2, 2019.

RODRIGUES, Cristiano e FREITAS, Viviane Gonçalves. **Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional**. Revista Brasileira de Ciência Política [online]. 2021.

RODRIGUES, Cristiano Santos. **As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras**. 2006, Belo Horizonte, 234 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Feminismo Negro e Interseccionalidade em Periódicos Brasileiros (1992-2020). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 2, e92874, 2023.

RODRIGUES, Cristiano. **Afro-latinos em movimento**: protesto negro e ativismo institucional no Brasil e na Colômbia. 1ª ed. – Curitiba: Appris Editora, 2020.

RODRIGUES, Cristiano. MACHADO, Frederico. Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. In: MACHADO, Frederico VIANA et al. (Org.). **Estado, Ambiente e Movimentos Sociais**. 1ed. Florianópolis: Abrapso, Edições do Bosque, 2015, v. 8, p. 22-45.

ROJAS, et all. Luchas del buen vivir por las mujeres negras del Alto Cauca. **Nómadas** (Col), núm. 43, octubre, pp. 167-183. Colombia: Universidad Central Bogotá, 2015.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. IN: GUIMARÃES, Antonio S.A & HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara**. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, p.237-257, 2000.

ROSÁRIO, Carla. **Práticas e expressões feministas do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em contexto de regressão democrática**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SANTANA, Bianca. **Continuo preta**: a vida de Sueli Carneiro. Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Fernanda. **Quando existir é resistir**: mulheres negras lésbicas e a busca por um bem viver. 2019. 86 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Juliana Gonçalves. **O Bem Viver em narrativas de mulheres negras**. 2022. 240 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SANTOS, Priscilla Ribeiro; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, pp. 3-19, 2015.

SANTOS, Sônia B. **Brazilian Black Women's NGOs and Their Struggles in the Area of Sexual and Reproductive Health**: Experiences, Resistance, and Politics. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, University of Texas, Austin, 2008.

SANTOS, Vanilda Honória. A reparação da escravidão negra no Brasil: fundamentos e propostas. **Revista Eletrônica OAB/RJ**, v. 29, n. 2, 2018.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2014.

SILVA, Joselina. O I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. **O movimento de mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2014.

SILVA, Tauana O. G.; WOLFF, Cristina S. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). **Cadernos Pagu**, 55, pp.1-33, 2019.

SOUZA, Marina Nascimento de. **Articulação de políticas públicas para a igualdade racial no Brasil**: atuação da SEPPIR entre 2003 e 2016. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SPRINGER, Kimberly. **Living for the revolution: Black feminist organizations, 1968–1980**. Duke University Press, 2005.

STERNBACH, Nancy Saporta; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHRYK, Patricia; ALVAREZ, Sonia E. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 255, 1994.

SZWAKO, José; ADELMAN, Miriam. Apresentação. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 18, n. 36, jun. 2010.

WARREN, Karen J. Rewriting the Future: The Feminist Challenge to the Malestream Curriculum. **Feminist Teacher** 4, no. 2/3, 1989.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar./jun. 2010.

XAVIER, Giovana. Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-abolição. **Niterói: Eduff**, 2020.

XAVIER, Lúcia. O papel do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial na gestão da Política de Igualdade Racial. In: WERNECK, Jurema. (Org.). **Mulheres Negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil, 2008.

ZAMBRANO, Catalina. **Mulheres negras em movimento**: ativismo transnacional na América Latina. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2017.

ZANOLI, Vinícius. **Bradando contra todas as opressões**: uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 2019. 238p. 67, p. 139-190.

Entrevistas

1. Alaerte Martins, Rede de Mulheres Negras do Paraná, Entrevista realizada em: 30/01/2024.
2. Cleusa Silva, Casa Laudelina, entrevista realizada em: 24/04/2024.
3. Débora Olimpio, REDESSAN, entrevista realizada em: 22/02/2024
4. Giselle, CEERT, entrevista realizada em: 02/04/2024
5. Heliana Hemetério, Rede de Mulheres Negras do Paraná, entrevista realizada em: 21/06/2024
6. Lucia Xavier, Criola, entrevista realizada em: 14/11/2023
7. Durica Rosário Almeida, IMENA, entrevista realizada em: 06/07/2022
8. Maria Malcher, CEDENPA, entrevista realizada em: 03/06/2024
9. Michely Ribeiro, Rede de Mulheres Negras do Paraná, entrevista realizada em: 01/04/2024
10. Naiara Leite, Instituto Odara (BA), entrevista realizada em: 19/09/2023
11. Nilma Bentes, CEDENPA, entrevista realizada em: 21/09/2023
12. Simone Cruz, Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), entrevista realizada em: 20/06/2022
13. Sonia Cleide, Malungas, entrevista realizada em: 02/02/2024
14. Valdeci Nascimento, Instituto Odara (BA), entrevista realizada em: 24/06/2022
15. Vinólia Andrade, Mãe Andresa, entrevista realizada em: 12/12/2023
16. Erika Santos, Coletiva Preta, entrevista realizada em: 05/05/2024
17. Wania Sant'Anna, Coalizão Negra Por Direitos, entrevista realizada em: 27/04/2024

Entrevistas do acervo de entrevistas do CPDOC consultadas

1. Sueli Carneiro
2. Nilza Iraci
3. Lucia Xavier
4. Edna Roland

ANEXO 1 - LISTA DE ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM A AMNB ATUALMENTE

	NOME DA ORGANIZAÇÃO	ESTADO	REGIÃO
1	Grupo de Mulheres Negras Malunga	Goiás	Centro-oeste
2	Imune - Instituto de Mulheres Negras Mato Grosso	Mato Grosso	Centro-oeste
3	Centro de Referência Negra Lélia González	Goiás	Centro-oeste
4	Pretas Candangas	Distrito Federal	Centro-oeste
5	Pretas de Angola	Goiás	Centro-oeste
6	Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres	Mato Grosso	Centro-oeste
7	Coletivo de Mulheres Que Movem Juína	Mato Grosso	Centro-oeste
8	Coletiva Preta	Goiás	Centro-oeste
9	Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa	Maranhão	Nordeste
10	Grupo de Mulheres do Alto das Pombas	Bahia	Nordeste
11	Irohín	Bahia	Nordeste
12	Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba	Paraíba	Nordeste
13	Instituto da Mulher Negra do Ceará INEGRA	Ceará	Nordeste
14	Uiala Mukaji	Pernambuco	Nordeste
15	AYABÀS - Instituto da Mulher Negra do Piauí	Piauí	Nordeste
16	Instituto Odara (BA) - Instituto da Mulher Negra	Bahia	Nordeste
17	Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria	Sergipe	Nordeste
18	Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba	Paraíba	Nordeste
19	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Pernambuco	Nordeste
20	Rede de Mulheres Negras do Ceará	Ceará	Nordeste
21	Associação de Educação, Arte, Cultura e Agroecologia Sítio Ágatha	Pernambuco	Nordeste
22	AJAGUM - RN	Rio Grande do Norte	Nordeste
23	Comunidade Oju Ifá	Sergipe	Nordeste
24	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA	Pará	Norte
25	Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú - Ammvqc - Amapá	Amapá	Norte
26	IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá	Amapá	Norte
27	ALAGBARA – Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins	Tocantins	Norte
28	Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte	Minas Gerais	Sudeste
29	Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais (CACES)	Rio de Janeiro	Sudeste
30	Geledés – Instituto da Mulher Negra	São Paulo	Sudeste
31	Casa Laudelina Campos de Melo	São Paulo	Sudeste

32	Criola – Organização de Mulheres Negras	Rio de Janeiro	Sudeste
33	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)	São Paulo	Sudeste
34	Instituto Amma Psique Negritude (AMMA PSIQUE)	São Paulo	Sudeste
35	Associação Mulheres de Odun (AMO)	São Paulo	Sudeste
36	Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais	Minas Gerais	Sudeste
37	ILERA	São Paulo	Sudeste
38	Maria Mulher	Rio Grande do Sul	Sul
39	Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN)	Rio Grande do Sul	Sul
40	Casa da Mulher Catarina	Santa Catarina	Sul
41	AKANNI - Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias	Rio Grande do Sul	Sul
42	Rede de Mulheres Negras do Paraná	Paraná	Sul
43	Coletivo Ashanti	Santa Catarina	Sul
44	ONG de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência - MUNMVI	Santa Catarina	Sul
45	Associação de Mulheres Negras de Críciúma/Santa Catarina	Santa Catarina	Sul
46	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)	Nacional	Nacional
47	Rede de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e Segurança Alimentar (REDESAN)	Nacional	Nacional
48	Rede Afro LGBT	Nacional	Nacional
49	Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Candaces	Nacional	Nacional
50	Rede de Mulheres Negras do Nordeste	Regional	Nordeste

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Coordenação Geral da AMNB

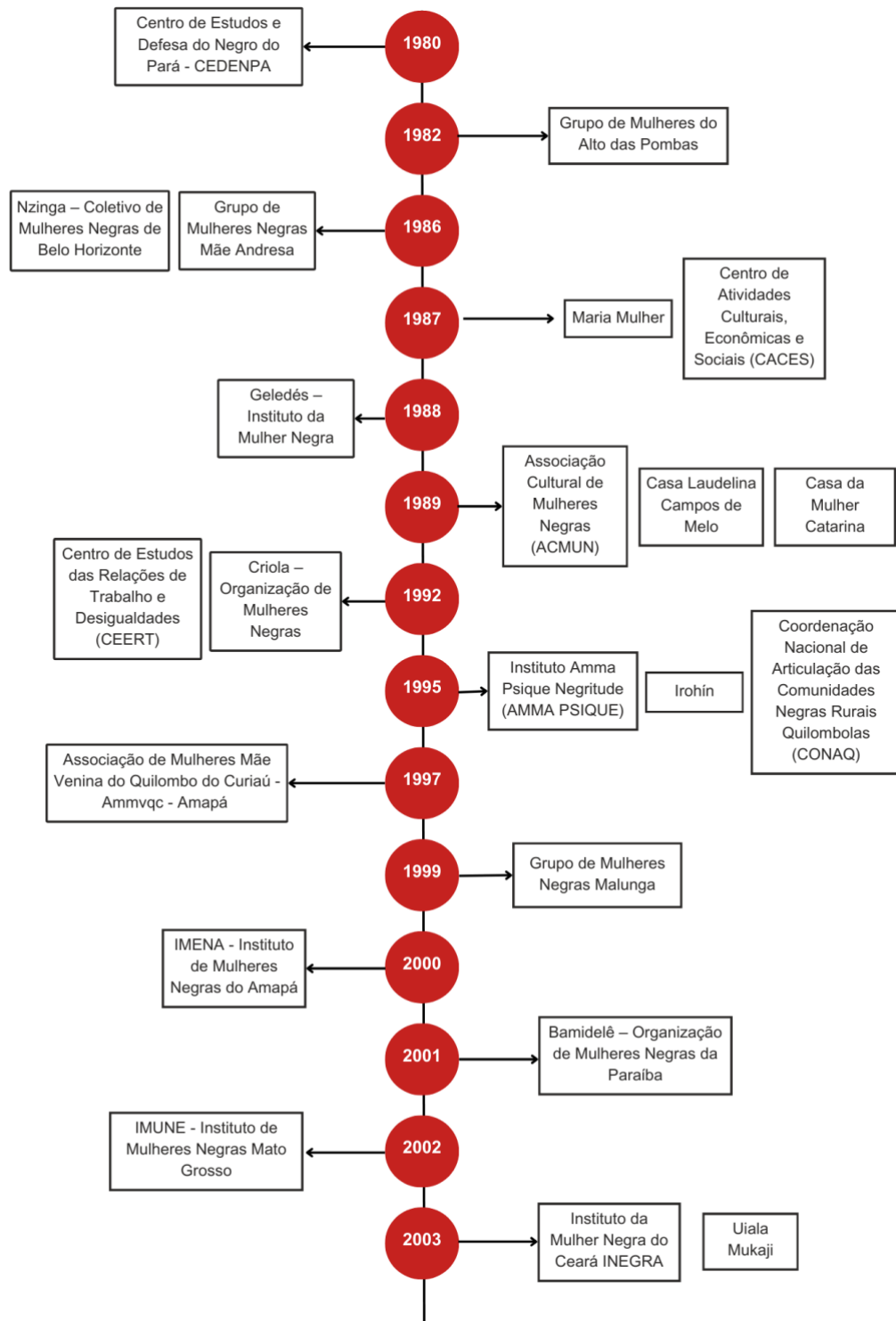
ANEXO 2 - LISTA DE ORGANIZAÇÕES FAZIAM PARTE DA AMNB NO ANO DA SUA CRIAÇÃO (2000)

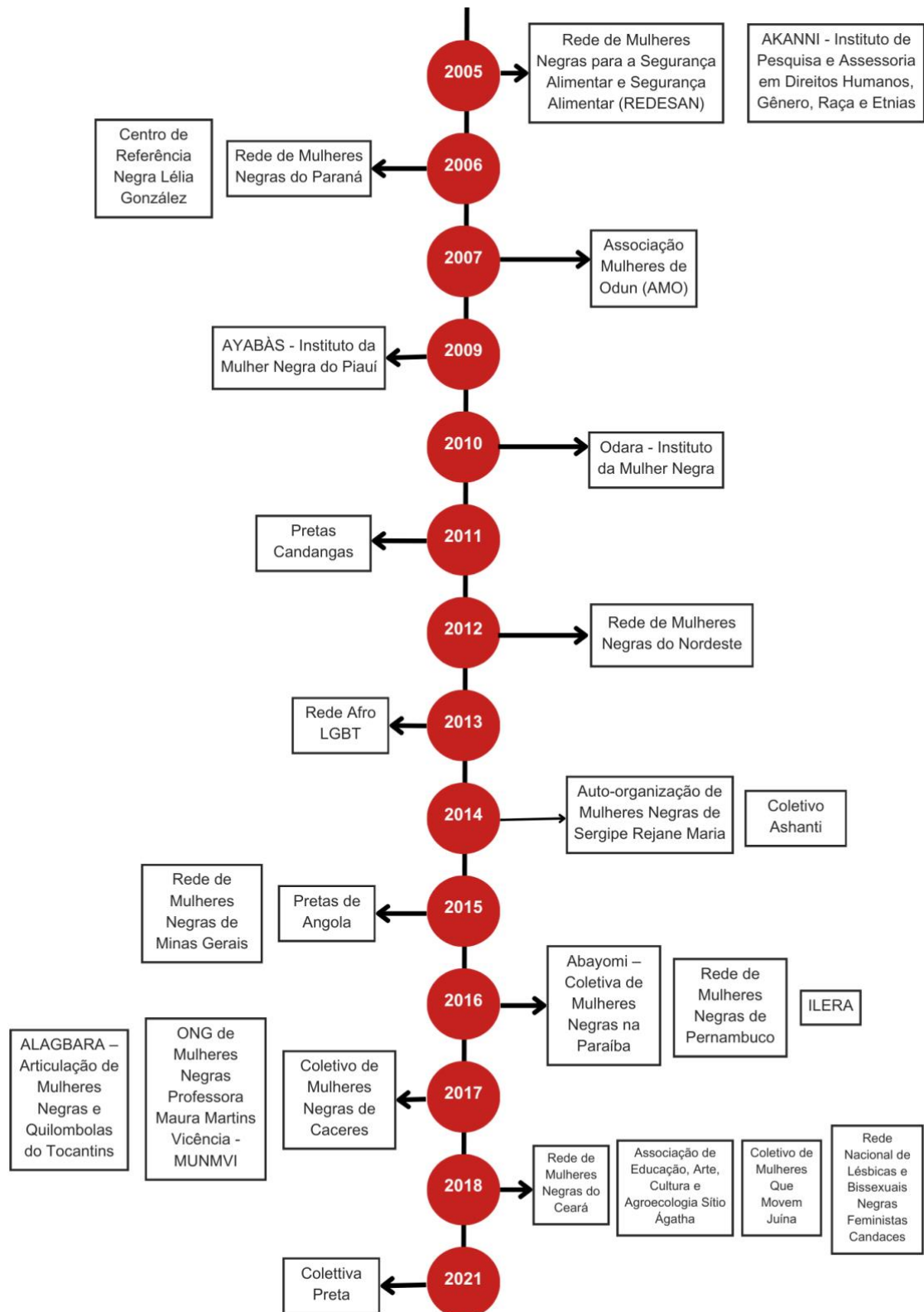
	NOME	ESTADO
1.	ACMUA - Associação Cultural de Mulheres Negras	RS
2.	AMMA Psique e Negritude	SP
3.	Casa da Mulher Catarina	SC
4.	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA	PA
5.	CRIOLA	RJ
6.	Eleekó/ RJ	RJ
7.	Fala Preta! Organização de Mulheres Negras	SP
8.	Geledés - Instituto da Mulher Negra	SP
9.	Grupo de Mulheres Negras Malunga	GO
10.	Ialodê - Centro de Referência da Mulher Negra	BA
11.	IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá	AP
12.	Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras	RS
13.	Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras	MG

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados encontrados no Panfleto da AMNB⁶⁸ divulgado na Conferência de Durban

⁶⁸ Importante mencionar que esse foi a única lista de membras encontrada relativa ao ano 2000. Além disso, no documento consta a lista de organizações que aderiram ao texto de declaração rumo à Durban, são elas: ACMUA/Associação Cultural de Mulheres Negras/RS, AMB - Articulação Nacional de Mulheres Brasileiras, Caces/RJ, Casa da Cultura da Mulher Negra de Santos/SP, Cedro Mulher - Araraquara/SP, CEERT/SP, CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras, Coordenação de Remanescentes de Quilombos/MA, IFARADAH/PI, Mãe Andresa/MA, MNU Goiânia, RECON - Rede Eletrônica de Comunicação de Mulheres Negras, Rede Nacional de Advogados Afrodescendentes pró III Conferência, Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania – SACI, Soweto Organizações Negras/SP.

ANEXO 3 – LINHA DO TEMPO – ANO DE FUNDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕE A AMNB





Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas para a tese e fontes secundárias (sites e redes sociais oficiais das organizações).

ANEXO 4 - EVENTOS, ENCONTROS, SEMINÁRIOS E AÇÕES RELEVANTES PARA OS MOVIMENTOS DE MULHERES NEGRAS

ANO	EVENTO
1975	Congresso de Mulheres Brasileiras (Apresentação do Manifesto das Mulheres Negras)
1985	IV Conferência Mundial sobre a Mulher
1985	3º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, em Bertioga, São Paulo
1988	Tribunal Winnie Mandela
1988	I Encontro Nacional de Mulheres Negras, Valença, Rio de Janeiro
1991	II Encontro Nacional de Mulheres Negras
1992	I Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas
1993	Seminário Nacional sobre Políticas e Direitos Reprodutivos da Mulher Negra, Itapeverica da Serra (SP)
1995	Marcha Zumbi dos Palmares
1997	II Reunião Nacional de Mulheres Negras, Belo Horizonte (MG)
2000	III Reunião Nacional de Mulheres Negras, Belo Horizonte (MG)
2001	III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas Correlatas de Intolerância, Durban (África do Sul)
2003	Seminário Reformas: Raça, Gênero e Políticas de Inclusão Social (Brasília)
2009	I Encontro de Negras Jovens Feministas, em Salvador, Bahia
2015	Marcha das Mulheres Negras – Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, em Brasília
2017	II Encontro de Negras Jovens Feministas, em Capela do Alto, São Paulo
2017	I Encontro de Mulheres Negras da Amazônia, em Belém, Pará
2018	Tenda das Mulheres Negras no Fórum Social Mundial, Salvador, Bahia
2018	Encontro Nacional de Mulheres Negras (+30)
2022	Encontro de Mulheres Negras Nordeste e Amazônia: qual o nosso projeto de nação?
2022	Encontro de 30 anos da Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora 2022
2022	Assembleia Geral AMNB
2023	#MarçodeLutas! Reparação no Brasil: O que as mulheres negras estão pensando?
2023	Julho das Pretas 2023 - Mulheres Negras em Marcha por Reparação e Bem Viver
2024	Março de Lutas: Rumo à Marcha das Mulheres Negras 2025
2024	Julho das Pretas 2024 - Mulheres Negras em Marcha por Reparação e Bem Viver

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 5 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Título da Pesquisa: A atuação dos movimentos de mulheres negras no jogo democrático do Brasil contemporâneo

Pesquisadora: Ana Luísa Machado de Castro

Roteiro de Entrevista

Objetivo da entrevista: captar as *percepções*, os *sentidos*, os *sentimentos*, os *significados* atribuídos pelas entrevistadas aos temas relevantes para a pesquisa.

Formato: diálogo a partir de pontos de discussão, estabelecer uma troca entre entrevistadora e entrevistada, de modo que a conversa tenha mais fluidez e que as perguntas não fiquem engessadas.

1. Trajetória de militância:

- Nome e idade;
- Como ingressou na militância? Havia familiares ou pessoas próximas envolvidas com movimentos sociais ou espaços políticos? (Se sim, quem? Como essa(s) pessoa(s) participou desse processo?)
- Quais pautas, questões e agendas são as mais importantes para você? Tem um “eixo central” na sua militância?
- Quais grupos você faz parte? Quais os focos desses coletivos? Que tipo de ação empreendem (formações, protestos e atos, participação institucional)? Como financiam suas atividades?

2. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)

- Estava na AMNB desde o início dela? Se sim: como chegou nela? Como foi esse momento? Por qual razão ela foi criada?
- Qual é o projeto político da AMNB?
- Como ela se organiza e se financia? Que papéis você desempenha na AMNB?
- A AMNB tem algum tipo de incidência política com instituições estatais? Quais instituições têm sido buscadas pelo movimento para demandar direitos e reparação? (executivo, legislativo, plano internacional?)

- Quais as principais dificuldades e antagonismos na experiência da AMNB?

3. Conjuntura política atual

- Leitura da Marcha das Mulheres Negras, e das marchas no geral;
- O Bem Viver, proposta de um novo pacto civilizatório (sentidos, sentimentos, significados e práticas que se desprendem desse projeto).
- Percepções sobre o momento político atual (percepções sobre o avanço do neoconservadorismo e sobre a disputa eleitoral de 2022;
- É ou já foi filiada a algum partido? (Se não, apoia algum partido ou candidato?)
- Como vê a relação os atuais partidos de esquerda?
- Saídas para a crise, como incidir em direção a um aprofundamento democrático?